

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
– MESTRADO –

Sérgio Carlos Müller

NARRATIVAS IDENTITARIAS:
A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO GAÚCHO EM PASSO FUNDO – RIO
GRANDE DO SUL

Santa Cruz do Sul, julho de 2011

Sérgio Carlos Müller

**NARRATIVAS IDENTITARIAS:
A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO GAÚCHO EM PASSO FUNDO – RIO
GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Mozart Linhares da Silva

Santa Cruz do Sul, julho de 2011

Sérgio Carlos Müller

**NARRATIVAS IDENTITARIAS:
A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO GAÚCHO EM PASSO FUNDO – RIO
GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Dr. Mozart Linhares da Silva

Orientador

Dr. Olgario Paulo Vogt

Dr^a Luciana Maria Crestani

Para
Jucélia de Fátima Pires
Maria Clara Pires Müller
Aline Cristina Riffel
Sirlei Teresinha dos Santos
Constantino Pires

AGRADECIMENTO

Em primeiro lugar a Jesus, meu fiel amigo, realizador de meus sonhos, aquele que tem a minha vida em suas mãos.

A minha família, sem a qual não seria possível trilhar este percurso. Minha esposa, pelo apoio, pela força e incentivo incomparáveis enviada por Deus, pela vida maravilhosa compartilhada e pela graça de estar comigo em mais esta etapa de muitas que passaremos juntos e por me ter dado a filha mais linda e maravilhosa do universo.

A minha colega de trabalho Dra. Luciana Crestani pelas importantes observações e correções deste trabalho pelo auxílio e prontidão quanto às inquietudes e dificuldades deste estudo.

Ao Prof. Dr. Mozart Linhares da Silva pela presteza em enfrentar este desafio na caminhada e pela sabedoria em auxiliar-me na realização deste estudo.

Enfim, a todos aqueles que direta ou indiretamente participaram de mais esta etapa importante.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a construção das narrativas identitárias que forjaram a imagem do gaúcho em Passo Fundo-RS, destacando as estratégias utilizadas na naturalização da identidade cultural da região e os agentes sociais implicados nesse processo. A análise da identidade regional, como é o caso do gauchismo no Rio Grande do Sul, nomeadamente no município de Passo Fundo, implicou numa revisão teórica do conceito de identidade cultural, procurando apontar os limites de uma concepção essencialista, comum na construção do Estado-nação, e as possibilidades analíticas contemporâneas. Assim sendo, procurou-se posicionar a análise numa perspectiva construtivista da Identidade Cultural, estratégia que possibilitou apontar os elementos implicados no processo de naturalização das identidades bem como posicionar a crítica a essa postura teórica. O caso do gauchismo em Passo Fundo, cujo processo de construção identitário data dos anos 1950 pra cá, serviu de pano de fundo para a crítica ao essencialismo identitário, pois revelou como as narrativas são construídas historicamente e quais os elementos utilizados na legitimação social dessas narrativas. Para tanto, em termos metodológicos, esse trabalho utiliza-se do método histórico, e instrumentalizado a partir da análise de discurso. Desta forma, para compreender o processo de elaboração da imagem do gaúcho em Passo Fundo, foram analisadas obras historiográficas, informativos, jornais da imprensa local e os projetos “Cultura e Folclore nas Escolas Municipais de Passo Fundo” e “Passo Fundo Tchê a Cidade mais Gaúcha do Rio Grande do Sul”. Este percurso permitiu identificar que os agentes responsáveis pela construção do gaúcho em Passo Fundo constituíram uma narrativa que não só forjou o mito como o naturalizou.

Palavras-chave: Identidade Cultural; Narrativa Identitária; Comunidade Imaginada; Gauchismo.

ABSTRACT

The present study has as a goal to analyze the identity narrative structure which forged the image of the gaucho in Passo Fundo-RS, highlighting the strategies used concerning the cultural identity of the region and its social agents implied in this process. The analysis of the regional identity, such as the gauchismo in Rio Grande do Sul state, especially in the county of Passo Fundo, implied a theoretical revision about the cultural identity concept, trying to point out the limits of an essentialist conception, common in the structure of the nation-state, and the analytical contemporary possibilities. This way, it was possible to show this analysis in a constructivist perspective of the Cultural Identity, a strategy which made possible to show the elements which were implied in the identity naturalization process, as well as to locate the critics according to this theoretical point of view. The case of the gauchismo in Passo Fundo, whose identity structure process started in the 1950s and it has still happening, served as a base to the critics concerning the identity essentialism, because it showed the way the narratives are historically created and what kinds of elements are used in the social legitimacy of these narratives. For that, in methodological terms, this study uses the historical method, and it uses instrumentalized techniques since the speech analysis. For this reason, to comprehend the image elaboration process of the gaucho in Passo Fundo, some historiographic works, newsletters, local press newspapers and the projects called “Culture and Folklore of the City Schools of Passo Fundo” and “Passo Fundo Tchê the most Gaucha city of the Rio Grande do Sul”. This path allowed us to identify that the agents who are responsible for the creation of the gaucho in Passo Fundo created a narrative which not just forged the myth as well as naturalized it.

Key words: Cultural Identity; Identity narrative; Imaginary Community; Gauchismo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Bota símbolo do projeto Passo Fundo, tchê	75
Figura 2 – Praça Marechal Floriano (Praça da cuia)	76
Figura 3 – Complexo turístico da Roselândia – Parque de Rodeios	76

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 NARRATIVAS IDENTITÁRIAS: CONSTRUINDO A NAÇÃO.....	14
1.1 Compreendendo a nação.....	14
1.2 Construindo a comunidade nacional.....	16
1.3 Identidade nacional e educação	26
1.4 Identidade e comunicação.....	30
1.5 Descentração das identidades modernas.....	32
2 A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO DO GAÚCHO NO RIO GRANDE DO SUL	38
2.1 O termo gaúcho, um problema etimológico	39
2.2 A construção do gaúcho através da literatura	40
2.3 A importância da historiografia na construção da identidade do gaúcho do Rio Grande do Sul	48
2.4 A contribuição do MTG na construção do gaúcho no Rio Grande do Sul	54
3 A CONSTRUÇÃO DO GAÚCHO EM PASSO FUNDO	61
3.1 A contribuição da historiografia para a construção do gaúcho em Passo Fundo.....	61
3.2 A importância dos CTGs e do MTG na construção do gauchismo em Passo Fundo	69
3.3 O projeto “Passo Fundo tchê a mais gaúcha cidade do Rio Grande do Sul”	73
3.4 A imprensa no contexto da criação do projeto “Passo Fundo tchê a mais gaúcha cidade do Rio Grande do Sul”	81
CONCLUSÃO	88
REFERÊNCIAS	93

INTRODUÇÃO

As identidades regionais estão na pauta das discussões sobre cultura como processo histórico de produção de memória e significado social. Falamos aqui de identidades culturais que são pensadas e elaboradas enquanto construção histórica, como vivências e memórias (re)construídas no tempo presente que remete ao passado, pois se referem a um tempo nostálgico das culturas vividas de importantes locais que foram profundamente transformados ou até mesmo destruídos. Assim as identidades dão sentido às comunidades e grupos sociais, sendo traduzidas ou construídas, e seu discurso se expressa nas diferenças que certo grupo ou comunidade pretende afirmar.

A cultura é considerada de fundamental importância na construção das identidades, pois estas são formadas através das representações e imaginários sociais de ordem cultural. Estas identidades culturais são sentidas também nas regiões, especialmente quando falamos do modo de vida, dos costumes, tradições de povos que buscam reger sua vida e ações dentro de arquétipos e esquemas imaginários culturais fortemente ligados ao passado, vividos simbolicamente, a exemplo do gauchismo no Rio Grande do Sul.

A construção das identidades se fez sentir de forma mais intensa principalmente no final do século XIX e início do século XX, quando o Estado tomou para si a responsabilidade de elaborar a identidade da nação através de políticas de igualdade e homogeneidade, consolidadas pelo viés cultural.

No período pós segunda guerra mundial, as identidades nacionais sofreram infiltrações culturais por conta da descentração das identidades modernas. Tal questão, aliada ao processo de globalização em que os povos estão cada vez mais interconectados - seja pela economia ou pela cultura – põe fim ao isolamento e o vernaculismo cultural e faz ressurgir movimentos identitários regionais que impossibilitam a ideia de pensar as culturas como puras, integrais, originárias, imutáveis e unificadas. Assim, o conceito de identidade passa historicamente por processos contínuos de crítica que geram mudanças ou rasuras, caracterizando um processo contínuo de desconstrução das identidades e originando reações, positivas ou negativas.

Alguns reflexos desta desconstrução puderam ser visualizados regionalmente, a partir dos anos pós-guerra, principalmente no ano de 1947, onde se inicia o Movimento

Tradicionalista Gaúcho no Rio Grande do Sul e, em 1952, quando é fundado o primeiro CTG na cidade de Passo Fundo.

O gauchismo no Rio Grande do Sul representou um movimento cultural regional atrelado a práticas rurais supostamente existidas na região Sul do Estado. É importante salientar que o gauchismo é um movimento construído e que possui uma força ideológica bastante interessante o que faz com que esse movimento, mesmo reproduzido intensamente nas áreas urbanas do Estado, mostra-se de forma homogeneizadora, vivido simbolicamente, ritualizado inclusive, não só no Rio Grande do Sul, mas também fora dele.

No caso do município de Passo Fundo este movimento é também sentido nas práticas sociais, nos movimentos culturais que buscam evocar os sentimentos daqueles (gaúchos) que supostamente construíram a história do município, construindo e naturalizando o mito do gaúcho. Desta forma o tradicionalismo é bem arraigado e exerce forte influência sobre as atitudes/posicionamentos sociais perpetradas no imaginário dos sujeitos sociais.

Neste sentido, o objetivo deste trabalho é realizar uma análise do processo de construção da identidade do gaúcho em Passo Fundo, verificando como a identidade do gaúcho foi narrada através da sua literatura, historiografia e, sobretudo, do MTG (Movimento Tradicionalista Gaúcho) e dos CTGs (Centro de Tradições Gaúchas). O movimento gaúcho é regionalista, típico de um grupo que busca rememorar seu passado, criado nos moldes do homem sulino que vivia nas áreas pastoris, dos campos, fazendas e estâncias no sul do Rio Grande do Sul.

Além disso, em Passo Fundo, outros fatores foram importantes para a construção da identidade gaúcha, trata-se dos projetos “Passo Fundo Tchê a mais gaúcha cidade do Rio Grande do Sul”, “Cultura e folclore nas escolas municipais” e o “Programa Permanente de Fomento a Tradição e Folclore”. Alia-se a isso a imprensa como mecanismo de divulgação e aglutinação social em torno dos projetos. É importante ter em mente que este movimento todo não representa o gauchismo e sim constituiu uma narrativa que não só forjou o mito do gaúcho, mas o naturalizou.

O estudo da construção da identidade cultural ligada ao gauchismo em Passo Fundo se mostra pertinente pela importância que os estudos das identidades tomaram após o período pós-guerra, principalmente através globalização que foi minando as identidades tidas como seguras e fixas, desconstruindo-as, e abrindo lugar para a criação ou a reafirmação de novas identidades. Isso pode ser observado também nas regiões que se levantam como contraponto

às culturas globalizantes. Por outro lado, é importante chamar a atenção para essas novas identidades construídas através de narrativas identitárias que podem naturalizar uma cultura também essencialista.

O recorte deste trabalho constitui-se na análise da construção do gauchismo no município de Passo Fundo, localizado na região Norte do Rio Grande do Sul, batizado pelos índios colorados como GOYO-EM, palavra que na língua dos mesmos significa muita água, rio fundo e, portanto, por analogia, foi traduzida por Passo Fundo.

Passo Fundo foi colonizada a partir do caminho dos tropeiros que passavam pela região rumo Sorocaba e faziam aqui suas paradas. Alguns destes tropeiros acabaram por se estabelecer no local, dando início a um povoado que hoje é a cidade de Passo Fundo. Fazem parte também do processo de colonização do município os negros, índios, caboclos. Os negros foram trazidos como escravos pelos fazendeiros que ocuparam as terras da região. No final do século XIX e início do século XX, chegaram outras etnias, como italianos, judeus, açorianos, alemães e portugueses, intensificando o processo de urbanização do município.

É importante observar que com o processo de urbanização e modernização da segunda metade do século XX a população urbana Passo Fundo aumentou de uma forma vertiginosa, sendo hoje uma das maiores cidades do interior do Rio Grande do Sul e também uma das mais densas, com uma população total de 184.869 habitantes, sendo que 98% desta encontra-se na área urbana. Passo Fundo faz limites com os municípios de Pontão e Coxilha a Norte, Mato Castelhano a Leste, Marau a Sul, Ernestina e Santo Antônio do Planalto a Sudoeste e Carazinho a Oeste.

Tendo como objeto de estudo o município de Passo Fundo, surge a seguinte questão: como Passo Fundo, uma cidade praticamente urbana, constitui-se como uma das cidades mais gaúchas do Rio Grande do Sul? No intuito de responder à referida questão, analisar-se-á o processo de construção da imagem do gaúcho, destacando quais os agentes responsáveis pela narrativa que construiu e naturalizou o mito do gaúcho em Passo Fundo.

Nesse sentido, esta pesquisa é de natureza qualitativa - descritiva, pois pretende analisar as ações e relações entre agentes de desenvolvimento da cultura em prol da criação de uma identidade cultural regional.

Para analisar a construção da identidade gaúcha em Passo Fundo é necessário ir a fundo às bases constituintes do Estado-nação. Desta forma, o primeiro capítulo trata das narrativas identitárias que nos remetem ao processo constitutivo da identidade nacional,

iniciado no final século XIX e início do século XX e instituído pelo Estado-nação através de políticas homogeneizadoras aliadas à cultura, à história, à memória e à tradição, com o objetivo de analisar como as identidades culturais foram pensadas nesse contexto. Veremos assim como é compreendida a nação, com que base foi construída a comunidade nacional, a importância da educação e da imprensa processo construtivo da identidade nacional. Por último será analisada a descentração das identidades modernas, o que possibilitou a criação de novas identidades ou a reafirmação de antigas, agora não no âmbito nacional, mas regional.

O segundo capítulo trata de um caso específico da narrativa identitária regional, ou seja, a construção da identidade gaúcha no Rio Grande do Sul e seus agentes construtores, representados pela historiografia, pela literatura e pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG).

O terceiro capítulo aborda a narrativa identitária construtora do gauchismo no município do passo fundo, através da historiografia, da literatura, do MTG e CTGs e do projeto “Passo Fundo Tchê a mais gaúcha cidade do Rio Grande do Sul”. Dentro desse projeto destaca-se a importância da educação como fomento de estudo e culto à cultura gaúcha no município e, por fim, a importância da imprensa no contexto da criação do projeto “Passo Fundo Tchê a mais gaúcha cidade do Rio Grande do Sul”.

1 NARRATIVAS IDENTITÁRIAS: A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO

A construção da nação não se deu através de um processo natural da história, nem de uma evolução espontânea da humanidade, mas sim foi sendo imaginada e construída por meio de narrativas identitárias. Esse processo é tipicamente moderno, iniciado no final século XIX e início do século XX, e realizado pelo Estado-nação através de políticas homogeneizadoras aliadas à cultura, história, memória e tradição.

Neste capítulo, analisar-se-á o que é nação, como é construída a comunidade nacional e qual a importância da educação e da comunicação na elaboração da narrativa identitária nacional. Por último, apresentaremos a descentração das identidades modernas e as consequências disso para a sociedade contemporânea.

1.1 Compreendendo a nação

É importante, antes de qualquer coisa, esclarecer o que se entende por nação. A nação não pode ser compreendida apenas como uma unificação de interesses políticos e econômicos num determinado território, muito menos como uma simples evolução natural da história da humanidade. Ela pode e deve ser entendida como uma comunidade política imaginada.

No entender de Benedict Anderson (1989), a nação possui características singulares que a distingue como um sistema cultural unificado e distinto. Essa distinção é percebida através do exercício de uma soberania comum e da construção e generalização da ideia de comunidade, tendo como características a unidade e a originalidade dos seus traços constituintes, sendo eles sociais, culturais e étnicos.

Ainda conforme Anderson (1989), a nação, como uma comunidade política imaginada, possui características que a singularizam, tornando-a única, limitada e soberana. Além disso, a comunidade é construída através da comunhão entre indivíduos e grupos sociais, que aspiram à condição de Estado soberano e dentro dela pretendem viver o emblema de sua liberdade.

Ainda, é importante ter em mente que uma nação possui limites bem estabelecidos. Isso pode ser percebido na medida em que possui fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais se encontram outras nações. Além disso, congrega-se à nação a ideia de plenitude, fato apreendido pela sua atuação, ou seja, esta é percebida uniformemente sobre cada centímetro quadrado de um território legalmente demarcado (ANDERSON, 1989).

A caracterização de uma nação exige também que seus membros identifiquem-se como pertencentes à comunidade nacional. Anderson (1989) salienta que não existe nenhuma “comunidade natural” em torno da qual se possa reunir as pessoas que constituem um determinado agrupamento nacional, sendo que ela precisa ser inventada, através de laços imaginários que permitam “ligar” as pessoas, as quais sem este imaginário seriam apenas indivíduos isolados sem nenhum sentimento em comum.

Esse processo leva a uma experiência de simultaneidade que, por sua vez, permite que os membros da nação, mesmo que nunca coabitem numa mesma região ou que jamais conheçam, ouçam falar, ou encontrem efetivamente a maioria de seus compatriotas, possam compartilhar um sentimento de unidade e pertencimento. A simultaneidade, portanto, possibilita a experiência da vivência como conjunto, o que caracteriza, para Anderson (1989), uma comunidade imaginada onde os indivíduos compartilham a mesma ideia, vivendo sua totalidade na imaginação, ou seja, na ideia que se tem dela. Desta forma, a totalidade da comunidade não é vivida e experienciada plenamente, ou fisicamente, mas vivida e idealizada mentalmente.

Nessa perspectiva, Hobsbawm (1990) auxilia na compreensão do que é nação ao dizer que esta constitui uma comunidade de cidadãos vivendo sob o mesmo regime ou governo, comungando interesses num mesmo território, possuindo tradições e aspirações comuns e sendo subordinados a um poder central, o qual se encarrega de manter a unidade do grupo, do povo.

A nação também pode ser entendida quando, no âmbito de um determinado território, ocorre um movimento de integração, que no entendimento de Renato Ortiz (1999) pode ser caracterizado por um mercado nacional, pela integração social através da política, da cultura ou da educação de todos os cidadãos.

Caracterizada como uma comunidade “imaginada” e homogênea, a nação é construída através da negociação. Bauman (2001) sugere que a ideia de unidade da nação é constituída mediante negociações e lutas que levam a um processo homogeneizador. Este processo é

demandado por um acordo, extraído da diversidade, que, no dizer do autor, é “artificialmente produzido”. Vale lembrar também que a construção “artificial” da comunidade determina que a unidade seja sempre preservada, já que nem sempre se está imune a contestações e, para mantê-la unida, exige-se da comunidade uma renovação periódica.

Exemplos desta construção puderam ser observados em países como Alemanha, Itália e Polônia, os quais se tornaram Estados-nação somente no final do século XIX. No caso da Itália, o processo de construção da unidade foi lento e gradativo, visto que “em 1871, na primeira sessão do parlamento do recém-unificado reino da Itália, Massimo d’Azeglio afirmou: ‘Nós fizemos a Itália, agora temos de fazer italianos’. De forma semelhante, o libertador da Polônia declarou: ‘É o Estado que faz a nação e não a nação o Estado’” (OLIVEN, 2006, p. 21). Diante disso, compreende-se que a nação não é apenas uma unificação territorial, mas, sobretudo, uma construção cultural realizada pelo próprio Estado.

1.2 Construindo a comunidade nacional

A nação é uma comunidade imaginada e construída pelo Estado-nação, fruto de uma narrativa em cujo processo construtivo alguns elementos são relevantes e devem ser analisados, tais como: a ruptura dos reinos dinásticos da Idade Média alicerçados na sacralidade, a construção da identidade e da cultura nacional, a imposição de uma língua oficial, a ancestralidade dos membros da nação, a raça e a etnia.

Alguns movimentos como o Humanismo, século XVI, e o Iluminismo, século XVIII foram importantes para o nascimento do “indivíduo soberano” visto que antes se acreditava nas tradições e nas estruturas divinamente estabelecidas. Com essa ruptura foi possível pensar um “sujeito” livre do jugo divino, e em consequência, um Estado livre e soberano. (HALL, 2006, p. 25).

Desta forma, sua influência é notada na medida em que coloca em dúvida a legitimidade dos reinos dinásticos divinamente construídos, abrindo espaço para o pluralismo religioso e, em contrapartida, libertando a nação do jugo divino do soberano. Assim, não havia mais a necessidade do intermédio do soberano para se ter acesso a Deus, e dessa forma,

sem interpostos, as nações puderam ser livres, sendo o penhor e o símbolo dessa liberdade, segundo Anderson (1989), o Estado soberano.

Sobre a possibilidade de idealizar a nação como imaginada e soberana, Anderson expõe que ela é reforçada por algumas concepções culturais fundamentais que deixam de possuir um caráter axiomático ou divino. Fazem parte destas concepções: o destronamento do latim como língua sagrada e oficial, a dessacralização do caráter natural, a divisão dos reinados e a mudança da concepção de tempo linear para um tempo transversal e simultâneo. Assim, “Essas idéias, associadas, enraizavam firmemente as vidas humanas na própria natureza das coisas, conferindo determinado sentido às fatalidades diárias da existência e propiciando vários modos de libertar-se delas” (ANDERSON, 1989, p. 45).

A primeira concepção que minou a comunidade religiosa e sagrada foi, no caso dos reinos dinásticos cristãos, o destronamento do latim. Na modernidade, esta língua deixou de ser vista como inseparável da própria verdade religiosa e abriu a possibilidade da mensagem ser expressa em outras línguas, popularizando a leitura dos textos sagrados, traduzidos em língua vulgar (SOBRAL, 2003).

Destaca-se esta questão porque as línguas sagradas eram o meio pelo qual as grandes comunidades globais do passado eram imaginadas e concebidas. A língua também caracterizava emanções da realidade e não representações, como era o caso das comunidades dinásticas e religiosas, pois

uma determinada língua escrita oferecia acesso privilegiado à verdade ontológica, precisamente por ser parcela inseparável daquela verdade. Foi essa ideia que permitiu que surgissem as grandes congregações transcontinentais da cristandade, do islamismo e as demais (ANDERSON, 1989, p. 45).

Se no passado a língua sagrada era um dos elementos constituintes das comunidades religiosas, na modernidade ela representou a ruptura entre a realidade e a verdade religiosa, abalando a ideia da sacralidade dos reinos, o que, por conseguinte, possibilitou a construção da nação.

A segunda concepção que contribuiu para o desmantelamento das comunidades antigas foi o destronamento e a dessacralização do caráter natural das sociedades. Antes, havia a crença de que a sociedade era organizada de maneira natural em torno e sob centros elevados, isto é, organizados em volta da comunidade religiosa, representada pelo reino dinástico. Nas comunidades modernas, houve a ruptura dos atributos sagrados, cosmológicos

e divinos do soberano da comunidade, aproximando-o da figura do homem comum, o que permitiu a imaginação de uma fraternidade coletiva (SOBRAL, 2003).

Anderson salienta que

os monarcas que eram pessoas distintas dos outros seres humanos que governavam por alguma forma de disposição cosmológica (divina). As lealdades humanas eram necessariamente hierárquicas e centrípetas, porque o governante, como a escritura sagrada, era um ponto central de acesso à existência e a ela inerente (ANDERSON, 1989, p.45).

A constituição da forma de reinado divino centralizou no soberano o poder espiritual e temporal, criando súditos, e não cidadãos. Assim, a comunidade era imaginada e definida por centros que se fundiam uns aos outros imperceptivelmente, afirmando a origem divina da monarquia. Isso possibilitou também que os reinos pré-modernos mantivessem o comando sobre as populações muito heterogêneas, caso que não acontece na vida política moderna.

Na modernidade, a sacralidade dos reinos não se sustentava mais porque a construção das nações estava baseada na soberania, na autonomia e pela demarcação do território. Anderson complementa que “na concepção moderna, a soberania do Estado é plena, categórica e uniformemente atuante sobre cada centímetro quadrado de um território legalmente demarcado” (ANDERSON, 1989, p. 28).

Além da soberania plena do Estado na constituição da nação através de sua demarcação, este processo gerou uma nova concepção de tempo e história, substituindo a concepção da temporalidade sacra por um tempo dessacralizado. Isso significa dizer que, enquanto a comunidade religiosa ligava a história humana aos planos de Deus, construindo uma totalidade na qual passado, presente e futuro estavam interligados, a modernidade inseriu um tempo no qual esta prefiguração não mais existia, um tempo transversal, marcado pelo relógio e pelo calendário, e não por Deus e o monarca (SOBRAL, 2003).

Para Anderson este fato é importante porque

o que veio tomar o lugar da concepção medieval de simultaneidade longitudinal ao tempo é uma idéia de tempo homogêneo e vazio, no qual a simultaneidade é como se fosse transversal ao tempo marcado não pela prefiguração e cumprimento, mas por coincidência temporal e medida pelo relógio e pelo calendário (ANDERSON, 1989 p. 33).

A concepção do tempo como transversal foi relevante para a construção da comunidade nacional visto que permitiu pensar em um coletivo como algo que existia

simultaneamente em locais muito distintos. Abre-se, assim, a possibilidade de imaginar a nação concebendo companheirismo e ações horizontais, gerando sentimentos de profunda coesão em torno da comunidade.

Outro elemento fundamental para que a nação pudesse ser de fato efetivada é a instituição de uma língua oficial. Isso porque é através da língua que a cultura da nação pode ser narrada e, conseqüentemente, ela auxilia na construção da identidade nacional. Assim, a língua unificada torna-se uma ferramenta importante, uma vez que propõe a coesão de indivíduos de um determinado território, aumentando a ideia de pertencimento. Uma língua unificada, principalmente escrita, foi um dos meios por excelência para a imaginação da nação (ANDERSON, 1989).

De acordo com Bauman, a língua unificada e os currículos escolares formaram um poderoso apoio na construção da nação, devido ao supervisionamento do Estado na produção da comunidade. O autor afirma isso ressaltando que

essa tarefa não surgiu ao acaso, tinha objetivos claros e bem definidos, assim, os Estados-nação não se lançaram à tarefa no escuro e nem pensariam em depender apenas da força da doutrinação. Seu esforço tinha o poderoso apoio da imposição legal da língua oficial, de currículos escolares e de um sistema legal unificado (BAUMAN, 2001, p. 199).

Uma língua vernácula construída e imposta pelo Estado Moderno tornou-se mercadoria a ser produzida em massa. Seus efeitos fizeram-se sentir no plano da consciência nacional, pois através dela foi possível um público mais amplo comunicar-se e identificar-se entre si. O material escrito, ao conferir um caráter fixo e uniformizado à linguagem, contribuiu para outorgar um sentido de continuidade à nação, um sentimento de pertencimento. Isso se confirma porque a língua unificada permite um código único de comunicação, formando sujeitos homogêneos (SOBRAL, 2003).

Sendo a língua oficial impressa um meio para a homogeneização da nação, a mesma possibilitou o surgimento de uma nova consciência, a do pertencimento a um grupo que se identifica pelo mesmo campo linguístico.

Todas essas características foram construindo o embrião da comunidade nacionalmente imaginada. Anderson (2008) fala que o Estado-nação impôs a unificação gramatical e sintática às línguas, uniformizando suas variantes. Dessa forma, as línguas vernáculas que, quando faladas eram diferentes entre si, quando impressas passaram a se

submeter a uma mesma regra comum, sobrepondo-se às línguas vernáculas existentes num determinado território.

Na construção dos Estados Modernos, a existência de uma língua vernácula constituiu-se numa base indispensável para a criação da consciência nacional. Isto pôde ser concretizado, conforme Hobsbawm (1990), porque a língua é proveniente de valores, tradições e lembranças do passado, os quais, por sua vez, possibilitam um compartilhamento de planos para o futuro. Esses elementos estão contidos em uma cultura particular, a qual é pensada e falada também numa língua particular.

A língua não demonstra apenas significados sintáticos, mas representa também outros elementos importantes na construção da consciência nacional, como simbólicos e afetivos. Argumenta Anderson (1989) que, na imaginação da comunidade, a língua é primordial porque a mesma está assomada imperceptivelmente de um passado remoto, estando mais arraigada do que qualquer outra coisa. Assim, a língua nos liga efetivamente aos antepassados, pois capta uma sugestão fantasmagórica de simultaneidade através do tempo homogêneo e vazio. Isso quer dizer que o peso das palavras não provém apenas de seu significado solene, mas também da história dos antepassados, possibilitando a imaginação da comunidade ou da nação.

Nesse sentido, a língua unificada é um dos elementos centrais no processo de produção da consciência nacional, sendo que possibilita, conforme comenta Silva (2008), a construção de símbolos nacionais como hinos, bandeiras e brasões, os quais auxiliam na elaboração da tecitura do imaginário da comunidade. Esse imaginário permite a “ligação” de pessoas, que sem esse seriam simplesmente indivíduos isolados, sem nenhum sentimento de terem qualquer coisa em comum. Acrescenta o autor que “a história da imposição das nações modernas coincide, em grande parte, com a história da imposição de uma língua nacional comum” (2008, p. 85).

Além dos símbolos nacionais, como a bandeira e os brasões, Anderson (1989) sugere outros elementos importantes para a imaginação da comunidade, como a poesia e as canções. Esses elementos foram cristalizados na história através dos hinos nacionais cantados nos feriados e datas comemorativas, unindo, através do imaginário, os indivíduos de uma nação. Assim,

não importa quão banal seja sua letra e medíocre sua música, há em cantá-los uma experiência de simultaneidade. Precisamente nesses momentos, pessoas inteiramente desconhecidas umas das outras emitem os mesmos versos com a mesma melodia, [...] e mesmo sabendo que outros estão cantando essas canções no mesmo momento

e do mesmo modo que nós, não temos uma idéia de quem sejam eles, nem de onde, fora do alcance de nossos ouvidos, estão eles cantando. Nada nos une senão o som imaginado (ANDERSON, 1989, p. 158).

Aliada aos elementos linguísticos e simbólicos que constroem o imaginário da comunidade está a ideia do Espaço-tempo. Essa ideia está representada como memória estrutural, construída e organizada através do passado. Essa forma organizativa do passado possui uma importância expressiva na construção da nação porque é através dela que se busca o elemento primeiro, considerado fundante da identidade, seja ela qual for. Assim, este mesmo elemento é narrado pela memória, por estereótipos, por mitos e símbolos nacionais, como explica Silva (2007). Nas palavras do autor, pode-se compreender que a nação está estruturada

sob a égide de um espaço-tempo organizado, ordenado, simbolizado e significado, cuja percepção de pertencimento se dissemina a partir de uma genealogia estrutural, como memória primeira, organizada pela história e pelos mitos, não é sem sentido que a nação é vivida a partir de um construto imaginário sempre reforçado e assegurado pelos símbolos nacionais (SILVA, 2007, p. 85).

É oportuno observar que um dos agentes responsável pela construção da nação foi o Estado, que através de suas políticas homogeneizadoras, sobrepôs-se às diversidades, como no caso das línguas regionais, as quais passaram a ser assimiladas pela língua nacional ou folclorizadas a partir de um regionalismo controlado, como nos lembra Silva (2007).

Necessário lembrar que a unificação da língua, como política homogeneizadora, tornou-se um excelente veículo de desestruturação dos localismos, os quais, de certa forma, foram controlados para potencializar o poder do Estado-nação. Dessa maneira, a utilização de elementos como a memória, a história e a tradição foi necessária como subsídio unificador de um povo, através de práticas de repetições de signos, datas comemorativas, idealizações do passado, exaltação dos heróis da pátria, de narrativas épicas, levando a um sentimento de pertencimento nacional (SILVA, 2007). Foi possível, assim, imaginar uma nação culturalmente homogênea em detrimento das culturas locais.

Da mesma forma, Bauman afirma que o Estado-nação, através de políticas de promoção da unificação das várias línguas numa única e oficial, destruiu seus localismos, regionalismos, etnias e culturas diferentes, devendo seu sucesso à supressão de comunidades que se autoafirmavam. Assim, o Estado “lutou com unhas e dentes contra o paroquialismo, os

costumes ou dialetos locais promovendo uma língua unificada e uma memória histórica às expensas das tradições comunitárias” (2001, p.198).

Logo, o Estado utilizou-se de uma língua oficial, para possibilitar também que a generosidade e a bondade do seu povo fossem disseminadas, traduzindo-se em juízo de valor e de autorreferência sempre positiva, sendo por isso uma forma estruturante da comunidade nacional, o que promove certa sobreposição do anonimato, uma recusa do individualismo em prol da coletividade, contribuindo para a legitimação e a construção nacional (ANDERSON, 1989).

Para manter o sonho de unidade da nação, o Estado exigiu a obediência dos indivíduos através da ancestralidade dos seus membros, o que garantia o pertencimento étnico. Esta exigência étnica do Estado através da ancestralidade representou para a nação o sonho da pureza, usado também como elemento legitimador da unidade nacional, pois determinou a subordinação incondicional à nação (BAUMAN, 2005).

Consoante Hall (2006), a etnia referencia características culturais como a língua, a religião, o costume, a tradição e o sentimento de lugar. Essas características foram compartilhadas por um povo, e por isso, desempenharam papel importante nos discursos sobre a nação e a identidade nacional.

Além da exigência por obediência incondicional para construir a nação, era necessária a adesão inquestionável, com fidelidade exclusiva, ao Estado, o qual não reconhecia competidores nem opositores. A nação era, então, construída pelo Estado e suas forças, com o objetivo de alcançar o direito monopolista de traçar fronteiras entre o “nós” e o “eles”.

Esta forma de construção da nação através do Estado ofuscou as culturas locais, não tolerando quem não fosse imbuído de lealdade nacional. Além disso, para manter essa lealdade o Estado necessitava de vigilância contínua e, para obtê-la usou uma boa dose de força a fim de assegurar que suas exigências fossem ouvidas e obedecidas (BAUMAN, 2005).

Assegurar a unidade através da força exigiu também o pertencimento individual, o qual só fazia sentido se confirmado pelo Estado através do endosso-seguido-de-proteção dos órgãos autorizados, confirmando a superioridade da ‘identidade nacional’. Por outro lado, a identidade não certificada era considerada uma fraude e seu portador, um impostor ou vigarista. (BAUMAN, 2005).

A unidade da nação está ligada também à questão da raça, a qual contribui para a construção da identidade nacional na medida em que naturaliza a nação. Ela é compreendida como uma

categoria organizada daquelas formas de falar, daqueles sistemas de representação e práticas sociais (discurso) que utilizam um conjunto frouxo, frequentemente pouco específico de diferenças em termos de características físicas – cor da pele, textura de cabelo, características físicas e corporais, etc. como marcas simbólicas, a fim de diferenciar socialmente um grupo de outro (HALL, 2006, p. 63).

Compreende-se assim que a diferenciação naturalizada da nação ou grupos afins demarca fronteiras, estabelecendo o que faz e o que não faz parte da nação. Através deste processo, construiu-se uma identidade nacional, a qual procurou dar uma imagem à comunidade abrangida por ela (OLIVEN, 2006, p. 20).

A identidade nacional é também imaginada através das representações compartilhadas pelo mito fundador e, em alguns casos, pela invenção da tradição, pela história e pela diferença. Assim, ela, para ser elaborada, necessitou muitas vezes voltar ao passado, a partir da memória de momentos específicos ou de acontecimentos considerados essenciais para que a nação pudesse ser construída.

Entende-se que o discurso da cultura nacional constrói identidades que são colocadas entre o passado e o futuro. Ela equilibra-se entre a tentação por retornar às glórias passadas e o impulso por avançar ainda mais em direção à modernidade. Hall afirma isso ao dizer que “as culturas nacionais são tentadas algumas vezes a se voltar para o passado, a recuar defensivamente para aquele tempo perdido quando a nação era grande; são tentadas a restaurar as identidades passadas” (2006, p. 56). Nesse sentido, as identidades nacionais são em grande parte construídas pela memória de um tempo passado, o qual empurra a nação para o futuro.

Para Woodward,

algumas comunidades buscam retornar a um passado perdido, ordenado por lendas e paisagens, por histórias de eras de ouro, antigas tradições, por fatos heróicos e destinos dramáticos localizados em terras prometidas, cheias de paisagens e locais sagrados (WOODWARD, 2008, p. 23).

As identidades nacionais, desta forma, procuram justificar sua posição evocando origens mitológicas para produção de uma cultura unificada e homogênea, buscando a

correspondência em um local que seja percebido como o território, a “terra natal” de um povo ou nação.

Assim, busca-se no passado um conjunto cristalino e autêntico de características que uma nação partilha e que não se alteram ao longo do tempo, julgadas como verdadeiras, imutáveis e permanentes. Então, as identidades são autenticadas invocando algo que seria inerente à pessoa, buscando sua “autêntica” fonte na história. (WOODWARD, 2008, p. 13).

Essas identidades são ainda impregnadas de traços que os indivíduos trazem consigo ao nascer e que não se modificam. No caso das identidades culturais, por extensão, um determinado coletivo também carrega marcas comuns, imutáveis, estabelecidas no passado. Essa concepção, no entanto, não leva em conta nem a história, já que a identidade não se altera e é independente das transformações por que passam as sociedades, nem o caráter discursivo da identidade nacional (FELIPPI, 2006).

Essa narrativa evoca uma ênfase nas origens, na comunidade, na tradição e na intemporalidade, isto é, a identidade é representada como primordial, estando na verdadeira natureza das coisas, sendo fixa, imutável e eterna. Hall comenta que “os elementos essenciais do caráter nacional permanecem imutáveis, apesar de todas as vicissitudes da história. Está lá desde o nascimento, unificado e contínuo, ‘imutável’ ao longo de todas as mudanças, eterno” (FELIPPI, 2006, p. 53).

No entanto, é difícil afirmar uma essência fixa, imutável e cristalina da identidade nacional, mas as pessoas envolvidas no processo de construção das identidades preocupam-se em ressuscitá-la e comportam-se como se ela ainda existisse, expressando um desejo pela restauração da unidade dessa comunidade.

Por outro lado, deve-se levar em conta que esta construção nem sempre é pacífica visto que a tentativa de recuperar e reescrever a história pode, em muitos casos, levar a conflitos culturais e étnicos, pois afirma políticas identitárias que exigem alguma forma de autenticação, sendo que essa “autenticação é feita por meio da reivindicação da história do grupo cultural em questão” (WOODWARD, 2008, p. 25) em contraste com outras identidades, desta foram, as identidades são construídas através da diferença na qual uma cultura é afirmada em oposição a outra posição cultural.

Em grande parte dos casos, a identidade cultural é construída de forma violenta, pois, de acordo com Hall (2006), a maioria das nações consiste de culturas separadas e que só foram unificadas por um longo processo de conquistas violentas, por meio da supressão

forçada da diferença cultural das nações, subjugando culturas, costumes, línguas e tradições, impondo assim uma cultura homogênea e unificada.

Ao tratar das narrativas identitárias, Silva (2008) chama a atenção a respeito do mito fundador da identidade nacional, manifestando que este remete a um momento crucial do passado em que algum gesto ou acontecimento, em geral histórico, épico ou monumental, iniciado ou executado geralmente por alguma figura providencial, inaugura as bases de uma suposta identidade nacional. Afirma ainda que “pouco importa se os fatos assim narrados são ‘verdadeiros’ ou não; o que importa é que a narrativa fundadora funciona para dar à identidade nacional a liga sentimental e afetiva que lhe garante uma certa estabilidade e fixação, sem as quais não teria a mesma e necessária eficácia” (SILVA, 2008, p. 85).

O mito fundacional, segundo Hall (2006), caracteriza-se como a “narrativa da nação” porque é contada e recontada nas histórias e nas literaturas nacionais, na mídia e na cultura popular, fornecendo uma série de estórias, imagens, panoramas, cenários, eventos históricos, símbolos e rituais nacionais. De acordo com essa concepção, a nação é uma construção simbólica, uma comunidade imaginada, da qual todos compartilham e que é preexistente a eles. Essas representações, nas palavras de Hall,

simbolizam ou representam as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres que dão sentido à nação. Como membros de tal ‘comunidade imaginada’, nos vemos no olho de nossa mente, como compartilhando dessa narrativa. Ela dá significado e importância à nossa monótona existência, conectando nossas vidas cotidianas com um destino nacional que preexiste a nós e continua existido após nossa morte (HALL, 2006, p. 52).

Destaca-se, também, a importância das tradições na construção da identidade nacional. Silva (2007) declara que a tradição é entendida a partir de uma delicada rede de significações do passado, no tempo presente, que permite a elaboração de um discurso de pertencimento e identificação cultural. Desse modo, a tradição opera recortes do passado e da memória e reinventa-se no presente.

Para Hobsbawm e Ranger (1997), a tradição não se resume em costumes antigos supostamente existentes no passado. Eles defendem que as tradições são, muitas vezes, inventadas e que estas constituem a continuidade e a atualização da história.

Tradição inventada significa um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamentos através da repetição, a qual automaticamente implica continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. [...] Mais interessante, do nosso ponto de vista, é a utilização de

elementos antigos na elaboração de novas tradições inventadas pra fins bastante originais. Sempre se pode encontrar, no passado de qualquer sociedade, um amplo repertório destes elementos; e sempre há uma linguagem elaborada, composta de práticas e comunicações simbólicas. Às vezes, as novas tradições podiam ser prontamente enxertadas nas velhas; outras vezes, podiam ser inventadas com empréstimos fornecidos pelos depósitos bem supridos do ritual, simbolismo e princípios morais oficiais (HOBSBAWM e RANGER, 1997, p. 09,14).

Assim a partir das tradições o agente construtor da identidade é o Estado, a partir da monoidentificação cultural, tornando a identidade nacional refratária às culturas diferentes, consideradas perigosas, em muitos casos.

A produção da identidade, desse modo, mostra-se através das diferenças, pois estas marcam as fronteiras que separam “nós” do “eles”. Defende Bauman (2001) que as fronteiras estão claramente traçadas e são fáceis de ver, uma vez que o certificado de “pertencer” só tem uma rubrica, e o formulário que aqueles que requerem uma carteira de identidade devem preencher contém uma só pergunta, que deve ser respondida por “sim” ou “não”, ou seja, pertence ou não, é um de “nós” ou não. Assim as diferenças se mostram quando

as fronteiras não reconhecem e registram um estranhamento já existente; elas são traçadas, como regra, antes que o estranhamento seja produzido. Primeiro há um conflito, uma tentativa desesperada de separar “nós” e “eles”. Então os traços cuidadosamente espiados “neles” são tomados como prova e fonte de uma estranheza que não admite conciliação. Sendo os seres humanos como são, criaturas multifacetadas com muitos atributos, não é difícil encontrar tais traços quando a busca é feita a sério. Assim, o nacionalismo tranca as portas, arranca as aldravas e desliga as campainhas, declarando que apenas os que estão dentro tem direito de aí estar e acomodar-se de vez (BAUMAN, 2001, p. 202-203).

Vê-se que a luta pela afirmação e manutenção da nação e das identidades nacionais, passa por políticas nacionalistas e homogeneizadoras, as quais têm a cultura como um “cimento constitutivo” que evoca e constrói a imagem que a nação possui, através da memória, das tradições, lendas e heróis que viveram num passado “supostamente” existente.

1.3 Identidade nacional e educação

No processo construtivo da identidade nacional, a educação é um elemento essencial, pois através dos sistemas educacionais oficiais do Estado, pela alfabetização, da unificação da

língua, da história nacional, da memória e da tradição auxilia-se a construção da ideologia nacionalista.

A consequência desta união foi a homogeneização, a disciplinação e a moralização da ideia de cultura e identidade nacional única sobrepondo-se a outras culturas.

Dentro do processo formador da nação, a educação auxiliou na secularização, na expansão e na disseminação do discurso da nação, uma vez que a unificação das instituições de ensino durante os séculos XVIII e XIX, sob responsabilidade política do Estado, é fundante na constituição do “ethos nacional”. Assim, a “crescente secularização do saber, a criação de uma história nacional que permitisse a criação, pela via da objetividade, da veracidade, da genealogia nacional e de seus mitos fundantes, foram fundamentais para a construção do chamado ‘ethos nacional’” (SILVA, 2007, p. 85).

A educação se mostra importante também na medida em que o aprendizado da língua unificada é levado a cada indivíduo da nação, sendo essa tarefa realizada pelo Estado, através de projetos pedagógicos oficiais, no ensino da gramática oficial, que por transmitir ao “povo” a perspectiva de uma “história nacional”, dos “heróis da pátria”, do culto “às tradições”, da memória aos antepassados, sedimentaram a ideia de comunidade homogeneizada. Essas características pedagógicas contribuíram e possibilitaram a construção da identidade nacional (CARVALHO, 2009).

Carvalho diz ainda que os limites fronteiriços, a divisão territorial e a noção de comunidade linguística encontravam-se nos textos de aprendizagem das primeiras letras. O ensino da história, por seu lado, transmitia também uma perspectiva histórica intranacional, na qual as entidades exteriores desempenhavam habitualmente o papel de defensores e ameaçadores da integridade e da soberania nacionais (CARVALHO, 2009).

A marca identitária do Estado-nação está, então, baseada em políticas pedagógicas homogeneizadoras, caracterizada pela coesão da comunidade que ela representa, abarcando os individualismos numa única representação, definindo limites claros capazes de abarcar e reunir em torno de si a ideia e a prática de um sonho de pertencimento, de uma comunidade imaginada, soberana, pura e igualitária (BAUMAN, 2005).

Com o intuito de reforçar ainda mais a ideia de nação, os espaços de aprendizagem – as salas de aula - foram decorados com retratos dos chefes da nação, bem como com o mapa do território nacional, mostrando claramente seus limites fronteiriços, a fim de provocar um sentimento de patriotismo. Assim, foram construídos sistemas legais unificados, um sistema

pedagógico, uma imprensa, uma literatura, enfim, uma cultura, uma identidade nacional homogênea (CARVALHO, 2009).

A ideia de nação foi inculcada pelo modelo educacional, através da ideologia nacional ou do nacionalismo patriótico nas escolas, propiciada, sobretudo, pelo ensino de História em escolas primárias e secundárias. Essas disciplinas eram cognominadas “disciplinas da nacionalização” e foram fundamentais na formação do “cidadão” instituído pelo Estado-nação moderno (VLACH, 2009).

Alia-se ao estudo da história, principalmente, a análise do território, dado seu valor simbólico, o qual representa, primeiro na Europa Ocidental, a identidade nacional em cada Estado. Dessa forma, as relações sociais, em sentido amplo, desenvolvidas por indivíduos ou grupos ao longo do tempo histórico são indissociáveis da ideia de que estes mesmos indivíduos ou grupos fazem de seu território, o que confere à sua representação uma força extraordinária no processo de plasmar a identidade nacional (VLACH, 2009).

Para Silva, os modelos educacionais e pedagógicos são estratégicos para a construção da identidade no Estado-nação, pois enaltecem suas diferenças, possuindo papel moralizador e identitário. Assim, é “a partir da escola que a narrativa da nação formava a tecitura sobre a qual as diferenças nacionais eram exaltadas e enaltecidas as qualidades próprias da nação em particular” (SILVA, 2007, p.7-8).

A narrativa pedagógica da identidade nacional tem a capacidade de auferir relatos identitários com coerência discursiva e homogeneizadora, na tentativa de manter fixada a ideia de identidade como algo naturalizado ou substantivado, tendo seu foco pedagógico centralizado no sujeito histórico de uma nação ou grupo. Tudo isso, na tentativa de disciplinar e domesticar um espaço-tempo identitário, a partir de uma narrativa homogeneizadora, a qual diz que a condição humana racional é unificada e imaginada como comunitária e igualitária, dentro da ideia de comunidade pura e autêntica (SILVA, 2007).

A formação de uma cultura nacional, consoante Hall

contribuiu para criar padrões de alfabetização universais que generalizou uma única língua vernácula como meio de comunicação em toda a nação, criou uma cultura homogênea e manteve instituições culturais nacionais, como um sistema educacional nacional (HALL, 2006, p. 49-50).

A educação, no processo construtivo da identidade nacional, é centralizadora, estando também ancorada na base firme do tempo e espaço. De acordo com Silva (2007a), a

educação, nesse sentido, foi o grande arauto da criação identitária nacionalista, pelo seu papel estratégico e disciplinador, domesticador do espaço-tempo e de narrativas identitárias homogeneizadoras, típicas da modernidade, cuja origem remonta a um tempo pedagógico estratégico para o Estado-nação. Isso é percebido desde a Revolução Francesa, quando a educação passou a ser estratégica para os Estados modernos por vários motivos, entre eles, pelo cumprimento de um papel moralizador e identitário.

A Escola, segundo Afonso (2001), agiu fortemente em prol da socialização de identidades dispersas, fragmentadas e plurais, constituídas em torno de uma ideia política e cultural comum, genericamente designada de nação ou identidade nacional. Assim, na construção dos modernos Estados-nação, a educação escolar assumiu lugar privilegiado de transmissão e legitimação de um projeto social integrador e homogeneizador, o qual pretendeu, mesmo coercitivamente, sobrepor-se às múltiplas subjetividades e identidades culturais, raciais, linguísticas e religiosas originárias.

Pierre Bourdieu (2001) nos lembra que a escola se tornou um dos lugares centrais do exercício da violência simbólica, pois a função de socialização ou homogeneização faz parte de um processo mais amplo de transmissão da cultura hegemônica e de inculcação de conhecimentos, valores e visões do mundo que, embora sendo considerado um arbitrário cultural, dissimula o seu caráter impositivo, ao levar a considerar como sendo do interesse de todos aquilo que, de fato, tende a coincidir, sobretudo, aos interesses do Estado-nação.

Canen (2000) sustenta que a escola, através da concepção de currículos nacionais voltados à homogeneização de saberes em torno de competências, é instrumento de controle, pautada por conceitos que desconhecem sujeitos, saberes e formas de conhecimentos diversos, como a pluralidade de vozes e de identidades culturais.

Portanto, conclui-se que a educação é um instrumento importante para a construção da cultura nacional, já que é um mecanismo homogeneizador que sobrepõe às culturas locais um caráter linguístico único, essencialista, moralizador, por meio de um projeto pedagógico identitário, que naturaliza a identidade no sujeito histórico, no mito fundacional particular, domesticando o espaço-tempo, o qual narra a condição humana racional e imagina a comunidade como igualitária. É sem dúvida um mecanismo pedagógico de coerção e de opressão das culturas regionais.

1.4 Identidade e comunicação

No contexto da criação da identidade nacional, a imprensa teve uma função expressiva, pois através dela o Estado pôde trabalhar na criação ou reelaboração de identidades culturais. Salienta-se que a mídia, principalmente escrita, no século XIX, possuía um poder de persuasão muito grande, influenciando na produção cultural da identidade, construindo imaginários e discursos capazes de produzir práticas culturais, modos de vidas e formas de agir de um povo.

Na narração da identidade, a comunicação, representada pela imprensa, pelo jornal e, fundamentalmente, pelo capitalismo editorial, foi e representou a possibilidade de pensar uma comunidade nacional, unida pela leitura e a imaginação.

Quanto aos modelos de comunicação entre pessoas que reconhecem uma soberania nacional, houve um conjunto de profundas mudanças. Esses modelos alteraram-se em função do desenvolvimento dos meios de comunicação, o que trouxe às pessoas a consciência da simultaneidade de existência com outros grupos. Tais inovações estão ligadas profundamente à alfabetização em grande escala, que permitiu a utilização da comunicação escrita a uma vasta camada populacional, a qual passou a ler jornais, revistas e livros. A consciência da existência simultânea estava assim criada, sendo fundamental para a nação (CARVALHO, 2009).

Criada essa consciência, o indivíduo podia receber sinais de que existiam muitos outros indivíduos nas mesmas condições. Tornou-se então necessário legitimar o exercício da soberania comum, através da construção e generalização do pensamento de comunidade. Uma ferramenta importante para isso é o que Anderson (1989) chama de capitalismo editorial.

O capitalismo editorial, segundo Anderson se refere a junção das possibilidades do capitalismo à tecnologia de imprensa, possibilitando a homogeneidade linguística e cognitiva. Isso de certa forma atribuiu nova fixidez à língua, o que ajudou a construir uma imagem de pertencimento, essencial para a ideia de nação. O capitalismo editorial criou línguas-de-poder, que impressas, dominaram suas formas finais.

Nesse aspecto, a imprensa, em especial, da escrita, é vista como mercadoria a ser produzida em massa e, dentro do capitalismo, objetivou o maior lucro possível através da reprodução de obras que fossem de interesse para o maior número de pessoas, o que por sua vez, reforçou o desenvolvimento de variadas línguas vulgares. Dessa forma, a atividade

editorial fazia-se abundante, tornando possível uma ligação estreita entre o capitalismo comercial e produtivo e a diversidade de línguas. Anderson certifica isso ao dizer que

num sentido positivo, o que tornou imagináveis as novas comunidade foi uma interação semifortuita , mas explosiva, entre um sistema de produção e de relações produtivas (capitalismo), uma tecnologia de comunicações (a imprensa) e a fatalidade da diversidade lingüística do homem (ANDERSON, 1989, p. 52)

Outro elemento no processo de formação das nações como comunidades imaginadas é o jornal. Escrito numa língua vernácula e com relatos de ações simultâneas de agentes, em múltiplos lugares, com relatos pormenorizados e com as notícias recebidas de vários pontos distantes, permitiu ligar pessoas as quais nunca se conheceram pessoalmente ou que mesmo nunca irão se conhecer, identificando um território e imaginando uma nação, ou as várias nações, cada qual com sua língua vernácula.

As línguas vernáculas faladas em cada nação, utilizadas pela imprensa, segundo Anderson (1989), contribuíram lançando as bases para a consciência nacional, criando campos unificados de intercâmbio e comunicação abaixo do latim e acima das línguas vulgares faladas. Exemplifica o autor que

os falantes da enorme variedade de línguas francesas, inglesas, ou espanholas, que podiam achar difícil, ou até impossível, compreender-se reciprocamente em conversa, tornaram-se capazes de compreender-se via imprensa e papel. No decorrer do processo, tornaram-se gradativamente conscientes das centenas de milhares, até mesmo milhões, de pessoas existentes em seu determinado campo lingüístico e, ao mesmo tempo, que apenas essas centenas de milhares, ou milhões, a ele pertenciam. Esses co-leitores, a que estavam ligados pela imprensa, formavam, em sua visível invisibilidade secular peculiar, o embrião da comunidade nacional imaginada (ANDERSON, 1989, P. 54).

Percebe-se, assim, que a convergência do capitalismo e da tecnologia da imprensa sobre a diversidade das línguas humanas criou a possibilidade de uma nova forma de comunidade imaginada que, em sua morfologia básica, prepara o cenário da nação moderna. (ANDERSON, 1989).

Portanto, a imprensa, principalmente através do capitalismo editorial, aliada à língua vernácula, contribuiu para a constituição do imaginário social, da cristalização da memória, do passado e de uma identidade nacional.

1.5 Descentração das identidades modernas

O mundo pós-guerra assistiu a um processo de desconstrução das identidades que até então estavam asseguradas pelo arranjo político do Estado-nação.

Alguns fatores colaboraram para o processo de crítica e descentramento das identidades, dentre eles destaca-se quatro fatores, a globalização, a homogeneização cultural, a migração dos povos e o descentramento do sujeito. À medida que as ações de descentramento vão ocorrendo, acontecem reações das identidades locais, as quais se levantam contra o processo globalizador das identidades.

Hall (2008) declara que as identidades passam, ao longo da história, por uma sucessão sistemática de críticas, as quais geram algumas mudanças ou rasuras, caracterizando um processo contínuo de desconstrução, o que impossibilita, assim, afirmá-las como integrais, originárias, imutáveis e unificadas.

Bauman (2006) alerta que uma reflexão sobre conceitos não pode ser fechada em si ou definida, mas deve ser um constante estabelecer de conexões com fenômenos sociais ou manifestações do ethos público, pois a sociedade tornou incertas e transitórias as identidades sociais, culturais e sexuais. Assim, qualquer tentativa de “solidificação” levará, inevitavelmente, à crítica, podendo gerar consequências perigosas.

Pensar a identidade é pensá-la como um processo histórico, aberto, não essencialista e em constante processo construtivo, mutável, mas estabilizado, que garanta pertencimento e seja construído ao longo do discurso, de práticas e de posições que podem tanto se cruzar como ser antagônicos. Uma concepção mais ampla é

aceitar que as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo do discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicas. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação (HALL, 2008, p.108).

Alia-se a isso o fenômeno da globalização, o qual desloca poderosamente as identidades. No dizer de Hall (2008), a globalização é um complexo de processos e forças de mudanças, atuantes numa escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo. Ela torna o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado.

A globalização produz também, no entendimento de Woodward (2008), mudanças na economia global, dispersando as demandas ao redor do mundo, não apenas em termos de bens e serviços, mas também em relação ao mercado de trabalho. Assim, as necessidades econômicas das pessoas têm se espalhado pelo globo levando a uma migração internacional, o que tem provocado impacto não somente na economia, como no diverso número de comunidades e culturas, tanto sobre o país de origem, quanto o país de destino. Dessa maneira, a migração produz identidades plurais.

Essa dispersão das pessoas ao redor do globo produz identidades que são moldadas e localizadas em diferentes lugares, sendo elas muitas vezes contraditórias. As novas identidades tanto podem ser desestabilizadas, como também ser desestabilizadoras. É o que Paul Gilroy (1997 apud Woodward 2008) caracteriza no conceito de diáspora, o que permite compreender algumas dessas identidades que não têm uma “pátria” e que não podem ser simplesmente atribuídas a uma única fonte.

Outro aspecto importante que marca as identidades é a compressão do espaço e tempo, muito bem elaborada por David Harvey (1989), a qual acelera os processos globais, de forma que se sente que o mundo é menor, que as distâncias são mais curtas e que os eventos ocorridos em um determinado local têm um impacto imediato sobre pessoas e lugares, mesmo estando estes muito distantes. Harvey estabelece que

à medida que o espaço se encolhe para se tornar um aldeia ‘global’ de telecomunicações e uma ‘espaçonave planetária’ de interdependências econômico e ecológicas – para usar apenas duas imagens familiares e cotidianas – e à medida em que os horizontes temporais se encurtam até ao ponto em que o presente e tudo que existe, temos que aprender a lidar com um sentimento avassalador de compressão de nossos mundos espaciais e temporais (HARVEY, 1989, p. 240)

O homem sempre esteve preocupado em encurtar os espaços, em construir veículos que podiam mover-se mais rapidamente. Bauman (2001) manifesta que o homem sempre busca algo a mais e, nesse sentido, cria o tempo para se mover mais e mais rápido, diminuindo o espaço. Assim, o “tempo se tornou o problema do ‘hardware’ que os humanos podem inventar, construir, aprimorar, usar e controlar” (BAUMAN, 2001, p. 129-130). Aliada a isso está a tecnologia da informação, que interliga o mundo de qualquer ponto, possibilitando que este seja como um quintal de livre acesso (HARVEY, 1989).

O encurtamento do espaço e do tempo não é sentido apenas na esfera social, mas também na concepção de identidade, visto que no Estado-nação havia o pertencimento total a uma única identidade. Com a globalização e suas consequências, como o aceleração do

tempo e o encurtamento do espaço através da tecnologia, tem-se como resultado o fenômeno da desterritorialização do espaço, tão estimado para o Estado-nação, e o descentramento, abrindo um processo de reconfiguração das identidades.

Todos esses processos favoreceram a fusão das identidades, bem como afinidades humanas em relações artificiais do território, pois as dimensões de espaço e tempo na cultura estão sendo impugnadas pela cultura virtual, ou seja, pelas manifestações culturais e modos de vida surgidos do ciberespaço. Esses processos contradizem, de certa forma, o sentido de pertencer a uma determinada sociedade, localizada e vinculada por um idioma, uma história e um destino comum, e provocam novas combinações do espaço-tempo, fazendo do mundo uma realidade e uma experiência mais interconectada (MONTIEL, 2003).

Junto com a artificialização das relações no território e da fusão das identidades, na sociedade pós-moderna, o sujeito também está sendo descentrado ou deslocado por forças fora de si mesmo. O sujeito na modernidade, visto como unido, identificado e estável, está se fragmentando, composto não de uma única, mas várias identidades. Dessa forma, o próprio processo de identificação do sujeito, através do qual são projetadas as identidades culturais, vai se tornando mais provisório, variável e problemático (HALL, 2006).

Outra consequência da artificialização das relações entre os sujeitos é, como proclama Bauman (2005, p. 58), a liquefação das indenidades, fenômeno que ocorre porque não se consegue manter a forma por muito tempo e neste ambiente não há como saber o que se pode esperar, se é uma coisa ou outra, nem mesmo se as estruturas disponíveis duram muito tempo, ou mesmo não serão capazes de aguentar o “vazamento, a infiltração, o gotejamento, e o transbordamento”. Da mesma maneira, podemos atribuir essa liquefação às identidades pós-modernas, as quais não aguentaram as infiltrações e o gotejamento, trazidos pelas migrações, pelas mudanças econômicas, sociais e culturais da globalização. O Estado-nação não deu mais conta das mudanças, nem das identidades construídas pelo próprio projeto identitário nacional.

De acordo com as ideias de Hall, o processo pós-moderno desloca o sujeito, produzindo um sujeito “instável”, que “celebra o móvel” e que é transformado continuamente por relações que assumem identidades diferentes a cada momento, não unidas ao redor de um “eu”, mas sim contraditórias, empurradas para diferentes direções. Assim, o sujeito e a identidade vistos na modernidade como plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia, pois “à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de

identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente” (HALL, 2006, p. 13).

Outro fator que abala a unidade das identidades na pós-modernidade é o que Hall (2006) chama de pós-moderno global que, aliado aos fluxos culturais entre nações e ao consumismo global, cria possibilidades de “‘identidades partilhadas’, como ‘consumidores’ para os mesmos bens”¹, sendo, portanto, uma difícil tarefa conservar identidades culturais intactas ou impedir que se tornem enfraquecidas, dado o bombardeio e a infiltração cultural.

Todo esse processo caracterizado pela globalização, através dos fluxos culturais, tende a homogeneizar as culturas nacionais, bem como as identidades, num grande mercado global, no qual se pode ter acesso, em qualquer tempo e espaço, a qualquer produto cultural, desvinculando as identidades do tempo, lugares, histórias e tradições, encontrando-se livres, líquidas e flutuantes.

Por outro lado, o processo globalizador não parece ocorrer de forma totalmente tranquila e pacífica, pois as identidades estão, em muitos casos, negando o global para afirmar o local, questionando e autoafirmando novas identidades através de movimentos sociais com fortes tentativas de reconstruir identidades essencialistas e purificadas, restaurando, assim, sua coesão e seu fechamento, na procura de tradições antigas.

Um exemplo desta construção de uma identidade pura, fechada e excludente é a Europa, na qual os trabalhadores vindos da África do Norte são representados como uma ameaça à pureza europeia. Percebe-se, assim, que existe uma tendência da cultura ocidental em produzir um conjunto de pressupostos e representações sobre o “Oriente”, construindo em torno dele uma aura de fascinação e perigo, tendo-o como exótico e ao mesmo tempo ameaçador. Woodward entende

que as representações sobre o Oriente produzem um saber ocidental sobre ele, um fato que diz mais sobre os medos e as ansiedades ocidentais do que sobre a vida no Oriente e na África do Norte. As atuais construções do Oriente têm se concentrado num suposto fundamentalismo islâmico, o qual é construído – ‘deionizado’ seria o termo mais apropriado – como a principal e nova ameaça às tradições liberais (2008, p. 24).

Além disso, há um ressurgimento do nacionalismo na Europa Oriental e o crescimento do fundamentalismo étnico.

¹Ver também Bauman em: O Mal-estar da Pós-Modernidade, onde o autor trata da cultura como consumidor cooperativo (1998, p. 160).

Bauman (1998) lembra que o fundamentalismo pode levar a grandes conflitos étnicos, como o holocausto, os quais, visualizados pelo sonho da pureza, buscam a anulação dos estranhos e até a sua destruição de fato. Outro exemplo dessas lutas entre povos de diferentes raças foi a dos sérvios e bósnios, muito bem retratada por Woodward (2008).

A globalização pode produzir mudanças pelo mundo inteiro, até mesmo resistências, por vezes positivas e por outras contrárias à cultura global, levando a fortes tendências ao fechamento, como é o exemplo do fundamentalismo cristão, do islâmico e do hindu. Nota-se ainda o ressurgimento do nacionalismo ético na Europa Central e Oriental, através da postura anti-imigrante e eurocética, bem como o nacionalismo cultural, na forma de reafirmação conservadora da herança e da tradição (HALL, 1997).

É importante reiterar que o processo da globalização que tende à homogeneização “global” não é deveras tranquilo, pois ao lado desta tendência há também uma fascinação pela diferença, pelo “local”. Não parece assim provável que a “globalização vá simplesmente destruir as identidades nacionais. É mais provável que ela vá produzir, simultaneamente, novas identificações globais e novas identificações locais” (HALL, 2006, p. 78).

Há ainda a questão da globalização cultural, a qual Hall (2006) define como sendo um fenômeno que se dá de forma desequilibrada ao redor do mundo. Além disso, a globalização também é uma forma de ocidentalização das relações culturais ao redor do planeta, o que leva a enclaves e à pluralização das culturas e identidades nacionais. Isso, por sua vez, gera contestações dos “contornos estabelecidos da identidade nacional e o de expor seu fechamento às pressões da diferença, da “alteridade” e da diversidade cultural” (HALL, 2006, p. 83).

Outro efeito desse processo foi de ter provocado um alargamento do campo das identidades, proliferando novas posições-de-identidade e a polarização entre elas, corroborando a ideia do fortalecimento de identidades locais ou aumentando a produção de novas identidades (HALL, 2006).

Essa proliferação das identidades locais ou mesmo a produção de novas identidades têm suas bases estabelecidas pelo discurso da diferença, que possibilita entender quem é incluído e excluído. Esse discurso mostra também que as identidades, sendo marcadas pela diferença, são relacionais, e essa consiste numa negação de que exista qualquer similaridade entre dois grupos culturais, sendo o “outro” visto sempre como estranho.

Dessa forma, o discurso da diferença está sustentado pela exclusão. Isso pode ser exemplificado quando, por exemplo, em um discurso de afirmação da brasilidade de uma pessoa em relação à outra nacionalidade, essa última seria negada, ou seja, o fato de ser brasileiro implicaria em não reconhecer qualquer outra forma de nacionalidade. Outro exemplo que se pode mencionar é quando alguém afirma que é gaúcho, excluindo, portanto, qualquer possibilidade de ser carioca ou paulista.

A identidade, nesse caso, é relacional, pois, conforme Woodward (2008), para se afirmar uma identidade, está-se na dependência da existência de outra fora dela, na qual não haja a possibilidade de qualquer similaridade. Essa diferença é construída através da identificação de um conjunto cristalino, autêntico, de características únicas partilhadas, as quais são colocadas em oposição, envolvendo uma reivindicação de quem pertence e quem não pertence a determinado grupo identitário, da qual a identidade é vista como fixa e imutável. Assim, a identidade é marcada pela diferença e sustentada pela exclusão.

Pode-se entender, assim, que o processo da globalização, tanto econômica quanto cultural, foi um fator importante no processo de desconstrução das identidades, pois da mesma forma que promoveu uma maior homogeneização cultural, levou também a uma resistência, marcada pelas diferenças, a qual é capaz de reafirmar a identidade ou levar ao surgimento de novas posições identitárias locais e regionais.

Alguns efeitos dessa desconstrução identitária puderam ser sentidos em vários lugares, entre eles destacamos o feminismo nos Estados Unidos, o movimento *Black* das comunidades afro-caribenhas, o retorno do “inglesismo” no Reino Unido, o movimento cultural chamado Tradicionalismo Gaúcho no Rio Grande do Sul, que teve como objetivo construir uma identidade baseada na figura do gaúcho, bem como contestar a ocidentalização cultural e, em alguns casos, a americanização da cultura promovida principalmente pela indústria cultural norte-americana.

Neste sentido o objeto de estudo que segue objetiva compreender como foi construído o imaginário do gaúcho no Rio Grande do Sul através de elementos como a historiografia, a literatura e o Movimento Tradicionalista Gaúcho, responsável pela sua “institucionalização”.

2 A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO DO GAÚCHO NO RIO GRANDE DO SUL

O processo da globalização produz diferentes resultados em termos de identidades: pode levar a um processo de homogeneização cultural, por conta do mercado global, gerando um distanciamento da identidade em relação à comunidade e a cultura local; também pode desencadear uma resistência que afirma e fortalece algumas identidades nacionais, locais e regionais; ou mesmo suscitar o surgimento de novas posições de identidade.

É correto afirmar, segundo Hall (2006), que a globalização tem sim um efeito de contestar e deslocar as identidades centradas e fechadas de uma cultura nacional. Tem também um efeito pluralizador sobre as identidades, produzindo a possibilidade de novas posições de identificação mais posicionais, políticas, plurais e diversas. Nesse caso, a construção das identidades locais gravita ao redor das tradições que procuram recuperar a pureza anterior e recobrir as unidades e certezas perdidas no passado.

A legitimação das identidades locais ou regionais está baseada também na diferença e na forma como são imaginadas. Esta posição imaginária pretende afirmar uma determinada identidade legitimando-a através de narrativas que evocam referências de uma história “oficial”, um suposto passado autêntico e glorioso. Essa tentativa de legitimação também se inscreve no discurso da diferença, evocando o sentimento de pertencimento àqueles que fazem parte do grupo e a exclusão daqueles que não fazem, assim se diferenciam o “nós” e o “eles”, quem faz parte da identidade regional e quem não faz.

Neste sentido, alguns movimentos são construídos através de narrativas identitárias que buscam elaborar um imaginário, construído através de identidades essencialmente enraizadas na história, elaborando acontecimentos supostamente existentes e tomados como verdadeiros e pertencentes a um determinado grupo.

É pertinente analisar, tendo como pano de fundo as características anteriormente elencadas, o processo de construção de uma identidade regional relacionada ao tradicionalismo gaúcho. A construção do mito do Gaúcho no Rio Grande do Sul passa pela narrativa construída através da literatura, da historiografia, e por fim, a partir do Movimento Tradicionalista Gaúcho, um movimento sociocultural responsável pela sua “institucionalização”.

2.1 O termo gaúcho, um problema etimológico

De origem controvertida, o termo gaúcho foi, nos primórdios da colonização do Rio Grande do Sul, utilizado para caracterizar os habitantes dos campos - descendentes de índios - que habitavam a bacia platina e que foram incorporados às atividades pecuaristas como vaqueiros. Na sua origem, segundo Moure (1994), a palavra pode derivar do francês, significando indivíduo sem ocupação séria, que vive errante pelos campos, sem casa. O autor diz também que para os argentinos e uruguaios este termo é genérico e particulariza os vaqueiros “quase bandidos”, “o gaúcho é um indivíduo malvisto e discriminado na cultura da elite argentina e uruguaia” (MOURE, 1994, p. 118).

Segundo Gonzaga (1996), gaúcho significa, de um modo geral, homens errantes, rudes, “mal vestidos”, com pouca higiene, sem família, valores ou apego material e emocional, que praticavam “roubos e assassinatos”, viciados em jogos e ladrões de mulheres, cuja única qualidade era a fidelidade a quem lhe dava pouso ou trabalho temporário. Mais tarde, o vocábulo foi servindo de denominação também para os trabalhadores das estâncias, peões, diaristas, changadores que realizavam pequenos serviços nas fazendas sem vínculo empregatício e *posteiros*². Enfim, o tipo errante do século XVIII vai se transformando no trabalhador das fazendas no processo de povoamento do Estado.

Para Zaniol (1982), quanto à origem do gaúcho, este estaria ligado ao período colonial, onde o habitante do Rio Grande do Sul era chamado de “guasca”³, ou “gaudério”. A palavra gaudério seria a caracterização do homem que vivia nos campos ou nas regiões de fronteiras, significando também guardião, pois o gaudério tinha como função guardar o gado.

Gaudério também significava aquele indivíduo vadio e preguiçoso, que gostava de festas e folias, considerado também um ladrão de gado pelos proprietários de terras justamente porque não se submetia à dominação pelos grandes latifundiários. Estes adjetivos foram construindo um sentido pejorativo para a palavra gaúcho (KRÄMER, 1992).

² *Posteiro* é a palavra que designa o empregado de uma estância que, morando nos limites ou divisas da mesma, ajuda nos rodeios e cuida do gado e das cercas. Cf: NETO, João Simões Lopes. Contos Gauchescos & lendas do sul. (reedição) Passo Fundo, Berthier. 2005.

³ “Guasca” significa homem do campo ou interior, gaúcho. Refere-se também a um tirante de couro para prender o animal. (Idem, 2005)

Observa-se, também, que alguns relatos feitos, no final século XVIII, por historiadores ou viajantes⁴ europeus sobre o tipo humano que aqui habitava ou circulava no espaço territorial do que seria hoje o pampa uruguaio, brasileiro e argentino, dão conta de apresentá-lo pejorativamente.

Por outro lado, as características pejorativas do termo gaúcho foram sendo alteradas passando a representar um tipo humano valente, guerreiro, orgulhoso de suas raízes e tradições. Este fato iniciou-se a partir do século XIX e consolidou-se no século XX, permitindo a construção de um tipo positivo, que passou a ser utilizado para caracterizar, de uma forma geral, todos os habitantes do extremo Sul do Brasil, forjando e construindo também uma identidade que aglutina a sociedade num único tipo social, a saber, o gaúcho.

Segundo Oliven (2006), em meados do século XIX, com a organização das estâncias, este tipo humano foi sendo chamado de gaúcho, passando a significar o peão e o guerreiro. Segundo o autor o que houve foi uma ressemantização do termo, e, assim, o sujeito social considerado desviante e marginal também foi “reelaborado”, adquirindo um novo significado, agora positivo, sendo transformado em símbolo da identidade regional.

2.2 A construção do gaúcho através da literatura

A literatura é um elemento importante no processo construtivo da uma comunidade imaginada. No caso do Rio Grande do Sul, na construção da identidade do gaúcho. Na medida em que foram surgindo elementos literários, históricos e culturais, estes foram também edificando a ideia de que no Rio Grande do Sul existe um tipo humano em particular. Este, dentro de um cenário específico, vai sendo constituído simbolicamente, tornando-se elemento agregador da chamada comunidade imaginada, como diz Anderson (1989). Assim, a partir da análise de algumas obras literárias, perceberemos que o gaúcho foi tratado como tipo antropológico e cultural característico, o que auxiliou a construção da narrativa do gaúcho no Estado.

⁴ Sobre escritos de viajantes e historiadores ver texto de Heloisa Jochims Reichel relacionado aos relatos de viajantes no século XVIII, principalmente de autores como D’Orbigny e Arsène Isabelle. ISABELLE, Arsène. Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, Zelio Valverde, 1949. D’ORBIGNY, Alcides. Viagem à América Meridional – 1826-1833. Buenos Aires, Futuro, 1945. Disponível também no site <http://eh.net/XIIICongress/cd/papers/60JochimsReichel320.pdf>.

Antes de qualquer coisa, é importante salientar que a questão do regionalismo é enfatizada num momento histórico em que acontece um processo de descentralização política e econômica, permitindo, também, a abertura de discussões acerca da região. Isso se confirma porque “durante a República Velha se acentua a tendência de pensar a organização da sociedade e do Estado no Brasil e de discutir a questão da nacionalidade e da regionalização”. (OLIVEN, 2006, p. 40)

Outra questão, segundo Oliven (2006), responsável pelo fortalecimento do regionalismo foi a busca de poder por parte da burguesia em nível nacional, que, por sua vez, fortaleceu também as elites em níveis regionais. Isso, segundo o autor, explica o fortalecimento do regionalismo no Brasil naquele momento histórico.

Segundo Bernd (1992), a construção literária brasileira foi fortemente influenciada pelo romantismo no século XIX, que ambicionou imprimir à literatura brasileira um caráter nacional e, para tanto, buscou no romance indianista valorizar as raízes nacionais representadas pelo índio e pela vida rural. Entre as obras que mais se destacam estão os romances indianistas *O Guarani*, *Iracema* e *Ubirajara*, bem como os romances regionalistas *O Gaúcho*, *O Tronco do Ipê*, *Til* e *O Sertanejo*, todos de José de Alencar. Estes romances reforçam e constroem uma identidade, no caso do Rio Grande do Sul, reforçam a ligação do índio com a figura do gaúcho, principalmente no aspecto da sua liberdade.

Alia-se a estes, conforme Marques (2006), a poesia romântica de Gonçalves Dias, tido como um dos fundadores do indianismo no Brasil, através do qual se inaugura um novo juízo estético que, em meados da década de 1850, era voz corrente na crítica local. Os poemas indianistas de Gonçalves Dias, como a *Canção do Exílio*, definiram não só o tom nacionalista ansiado, mas também os elementos de uma nova escola literária, voltada mais para a valorização do Nacional.

Voltando-se para o Rio Grande do Sul, Fischer (2004) argumenta que a literatura gaúcha data da década de 1870, justamente quando o sistema monárquico entra em crise, proporcionando uma abertura para o regionalismo. Destarte, a literatura se organiza sistematicamente pautada justamente neste regionalismo. Tem também a preocupação de construir uma cultura regional, uma identidade, tematizando, portanto, a figura do gaúcho.

Um dos primeiros movimentos literários ligados ao regionalismo no Rio Grande do Sul, de cunho romântico, foi o *Parthenon Literário*, fundado em junho de 1868, em Porto Alegre. É importante observar que seus escritores eram oriundos das classes médias letradas e

urbanas, ligados também ao ensino. Estes se esforçaram para desenvolver uma literatura local, optando pelo regionalismo na ânsia de recuperar a tradição popular oral e difundir a iniciativa dentro do Estado ou, na época, da Província. Neste sentido, começaram a criar um mercado consumidor e um ambiente cultural até então quase inexistente (ZILBERMAN, 1985).

Segundo Oliven (1992), é importante observar que a literatura regional é construída por intelectuais que vivem nos centros urbanos, mas trazem nos seus temas a figura do “homem do campo”. Portanto, a literatura regional caracterizou-se como uma criação urbana, mas que teve seus objetivos voltados para a exaltação do regional, no caso do Rio Grande do Sul, da figura do gaúcho.

O Parthenon Literário contava com colaboradores de toda Província. Seu surgimento permitiu o intercâmbio de informações, textos e ideias entre os autores membros, promovendo a circulação de matérias literárias em diferentes jornais com grande alcance no Rio Grande do Sul. Sua atuação focava a divulgação literária, principalmente da “cultura dos gaúchos”, oferecendo cursos para adultos. O movimento publicou também, de 1869 a 1879, a tradicional Revista Literária, que circulou durante dez anos e continha críticas, biografias, comentários, editoriais e estudos sobre a história e a cultura gaúcha (MOREIRA, 2002).

Os autores do Parthenon Literário trataram do regionalismo gaúcho, dedicando-se a fazer identidade local através de um tema local, ou seja, a figura do gaúcho, o tipo humano que até aquela época praticamente estava esquecido. Fazem parte do Parthenon Literário autores como Caldre e Fião (1821-1876), com a obra *A divina pastora* (novela riograndense) e a obra romântica riograndense chamada *O Corsário*; Apolinário Porto Alegre (1844-1904), que escreveu o romance intitulado *O vaqueano*; e Bernardo Taveira Júnior (1838-1892), que escreveu vários poemas chamados *Provincianas* (FISCHER, 2004)

A obra de Caldre Fião chamada “*O Corsário*”⁵, publicado em folhetim no ano de 1849 e considerado o marco inicial da narrativa literária sul-rio-grandense e gauchesca, merece destaque por estar baseada numa narrativa romântica regionalista em que o autor descreve a figura do gaúcho. Pode-se analisar um trecho desta obra que descreve alguns de seus personagens:

Eram quatro moços vestidos à gaúcha: eles traziam chapéus arredondados de abas largas; trajavam chilipás com franjas; coletes vermelhos com botões amarelos, chales de cachemira velhos amarrados à cintura, excetuando um deles, que cingia uma linda e bordada guaiaca; e traziam ainda grandes e pesadas chilenas de prata;

⁵ CALDRE E FIÃO, José Antonio do Vale. *O corsário: romance rio-grandense*. Porto Alegre: Movimento: IEL; Brasília: INL, edição de 1979, p. 158-159

estavam armados à rio-grandense, com espada, duas pistolas, uma faca, uma carabina e o laço e as bolas, que estavam seguras aos tentos dos cavalos; seus aspectos eram guerreiros; em seu todo, apresentavam uma lhana franqueza e alegria bem pronunciada. Três dentre eles tinham cabelos ruivos em cabeleiras pendentes sobre os ombros, exceto o que cingia a guaiaca, que tinha cabelos castanhos também da mesma forma dispostos (CALDRE E FIÃO, 1979, p. 158-159).

Neste trecho do romance, podemos observar alguns aspectos da figura do gaúcho, sua indumentária, bem como a “estampa de guerreiro”. Essa descrição delineou o “monarca das coxilhas” e se aprofundou na arqueologia do passado desenhando os primórdios da formação literária que marca a construção de uma identidade no Rio Grande do Sul, ou seja, a figura do gaúcho.

Este romance tem como cenário a Revolução Farroupilha e o seu personagem central, **Vanzini**, procura reviver a tradição, a astúcia e o destemor criados por Garibaldi na Guerra dos Farrapos. Além do aspecto histórico, a obra está ligada ao regionalismo literário quando retrata o sentimento íntimo e profundo do personagem em relação à paisagem e a realidade campeira, o que reflete a ação do meio social na literatura deste autor.

Na construção da identidade do gaúcho, além dos autores do Parthenon Literário, destaca-se José de Alencar (1829-1877) que, apesar de não ter nascido no Rio Grande do Sul, escreve sobre o tipo antropológico que vivia na Província. Uma das suas obras mais importantes foi *O Gaúcho*, escrito em 1870. Esta obra tem como personagem o morador local da zona rural da campanha. A importância desta está em seus elementos, pois estes influenciaram na construção de uma identidade regional, que vai idealizar e mitificar o tipo social chamado de “centauro dos pampas”.

José de Alencar, com um olhar sobre o gaúcho ou o habitante do pampa, constrói e mitifica o gaúcho como “centauro”. A ideia traz a imagem idealizada do gaúcho montado a cavalo. Na narrativa literária, o cavalo e o gaúcho são unidos, são “cúmplices”, são amigos, companheiros fiéis na luta pela terra e nas lides de campo, confirmando a representação de que existe uma união entre o homem, seu cavalo e a terra em que habita e a qual defende.

O cavalo empresta ao homem seu instinto de ser livre, sua velocidade, sua virilidade, sua elegância, enfim, sua majestade. Homem e cavalo, unidos, formam o centauro dos pampas, habitando o pampa do Rio Grande do Sul.

Segundo Chaves (1999), o “centauro dos pampas” é a qualificação que permaneceu definitivamente no imaginário social dos gaúchos e que, possivelmente, não será esquecida.

O centauro dos pampas é um ser com qualidades sobrenaturais inserido numa realidade de constantes combates, principalmente na Revolução Farroupilha, onde se fundou um lugar para o reconhecimento da legitimidade deste herói.

Fischer (2004) argumenta que na virada do século XX há uma preocupação com o naturalismo, que vai até os anos 20. Neste período, destacam-se a poesia e a prosa, onde o tema local aparece fortemente. Dentre as obras mais importantes, podem-se citar: *Antonio Chimango* (1915), poemeto campestre de Amaro Juvenal; *Ruínas vivas* (1910), romance de Alcides Maya; e o livro de João Simões Lopes Neto, intitulado *Contos Gauchescos & lendas do sul* (1912-1913).

A obra *Contos Gauchescos & lendas do Sul* é importante na medida em que suas histórias retratam o regionalismo que mergulha na existência humana dentro do cenário de sua própria existência, valorizando a figura do morador local e a paisagem em que este vive, ou seja, os campos e a vivência do gaúcho nas lides do campo. Simões Lopes narra o pampa através dos “bois Tatás” e o “Cruzeiro do Sul”, mostrando a figura do galpão, das estrelas a iluminar a querência, dos campos e rios onde o gado pasta e mata a sede. Podemos observar também que a figura do gaúcho aparece nos escritos do autor de uma forma gentílica, representado pelo guapo⁶ que sorve um amargo (o chimarrão) “que passa de mão em mão”, transparecendo a ideia de que no Rio Grande do Sul a sociedade está organizada de forma horizontal.

No prefácio da edição do livro lançado em 2005⁷, Daltro José Wesp⁸ faz uma exaltação das histórias bem como do próprio autor. Simões é ovacionado como o protótipo do gaúcho que nascia. Esse discurso pode ser observado quando se afirma que Simões Lopes pretendia construir um futuro próspero sem perder de vista as glórias do passado.

Trazendo a narrativa das estâncias, da vivência do homem do campo, da natureza e da hospitalidade do gaúcho, os contos de Simões Lopes trazem o tema do homem, do espaço e do tempo conferindo-lhes aura mítica, elevando o regionalismo a uma dimensão universal.

Nos anos 20 e 30 há uma tendência à modernização do Brasil com mudanças significativas no contexto histórico nacional. Segundo Oliven (2006), destacam-se a formação de uma indústria nacional de substituição de importações de bens duráveis, o crescimento das

⁶ A palavra *guapo* no vocabulário do próprio autor significa homem.

⁷ NETO, João Simões Lopes. *Contos Gauchescos & Lendas do Sul*. Passo Fundo, Berthier. 2005.

⁸ Daltro José West é Superintendente da Fundação Cultural Planalto de Passo Fundo, responsáveis pelas Rádios Planalto AM e FM, que tem na sua programação exclusivamente músicas de cunho tradicionalista. A Fundação Cultural Planalto é responsável também pela Revista Somando.

idades caracterizadas como grandes centros regionais, a crise do café, a crise mundial de 1929, a falência do sistema de combinação política entre as oligarquias agrárias, as revoltas sociais e militares. Na literatura, a década de 30 é marcada pela tendência de pensar a cultura nacional e uma identidade brasileira em moldes mais modernos. Segundo Oliven (2006), o responsável por essa construção foi o movimento modernista de 1922, que se volta para a cultura nacional. Por outro lado, a partir de 1924 em diante, este movimento recusa o regionalismo como parte da construção da cultura brasileira.

Em 1926, em Recife, é promovido o I Congresso Brasileiro de Regionalismo, liderado por Gilberto Freyre, que através do Manifesto Regionalista⁹ propõe a defesa da região enquanto unidade de organização nacional bem como a conservação dos valores regionais e tradicionais do Brasil.

O manifesto é importante na medida em que suas ideias sugerem uma cultura popular e regional representada pelo folclore e tradição, presentes num passado autêntico, indicando que a nação seria a soma das regiões, das raças e de suas manifestações culturais.

No final dos anos 30, mudanças significativas no cenário político e cultural aconteceram no Brasil. No campo da política houve a centralização o poder, deslocando-o do âmbito regional para o nacional, retirando de cena o debate sobre a região. Oliven (2006) argumenta que “é significativo que a constituição decretada por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937, e que deu início ao *Estado Novo* (1937 – 1945) tenha suprimido as bandeiras estaduais ao afirmar que a bandeira, o hino, o escudo e as armas nacionais são de uso obrigatório em todo o país. Não haverá outras bandeiras, hinos, escudos e armas”.

No campo da cultura, principalmente na literatura, pôde-se notar a preocupação em realizar uma espécie de fusão ou ligação entre o tema regional e a atitude modernista, mesclando a atitude renovadora e a sugestão local.

No Rio Grande do Sul, segundo Chaves & Battisti (2006), destacam-se autores como Mário Quintana, autor de várias obras de poesia, críticas literárias, memórias e folclore. Este iniciou na carreira literária com a poesia *A rua dos cataventos*. Ao todo, publicou mais de vinte obras, incluindo poesia infantil. Além de Mario Quintana, Raul Bopp também merece destaque com a obra *Cobra Norato*, publicada em 1931. E, por fim, marcando a tríade de autores românticos e modernistas do Rio Grande do Sul, destaca-se Augusto Mayer.

⁹ FREYRE, Gilberto. *O manifesto regionalista*. Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1976.

Segundo Silva (2002), os gauchismos nas obras de Augusto Meyer são naturais, não são “procurados”, não são intencionais, são também a manifestação de uma sensibilidade saturada de cultura. Outro aspecto importante a ser lembrado na obra de Augusto Mayer é que apesar de ser porto-alegrense, ter em sua volta a paisagem urbana, sua alma está impregnada de pampa, nos gestos, nos modos de ser e, sobretudo, no vocabulário com que escrevia seus poemas.

Exemplos como "Sou um tranquilo de petição contente", ou "A raiva dói como um guarqueação", ou ainda "Ladra ladra o guaipeca a bordo", são poemas em que as palavras relacionadas ao gauchismo são naturais, palavras do seu dia a dia. Ainda conforme Silva (2002) havia uma presença da paisagem rio-grandense e dos modos de ser do gaúcho ao longo de toda a poesia de Meyer, fato que pode ser observado nos títulos de seus poemas como: "Ressolana", "Manhã da estância", "Oração da estrela boieira", "Minuano", "Cemitério campeiro" e "Caminho de Santiago".

Augusto Mayer é, segundo Chaves & Battisti (2006), um dos mais importantes autores românticos e dos literatos modernos do Brasil. Sua obra possui um cunho modernista lírico, incorporando elementos simbólicos que contribuem para reafirmar, em especial, o imaginário social da região da Campanha. Assim:

nota-se uma tendência à exaltação dos tipos humanos e do meio físico relacionados a esse espaço, numa perspectiva semelhante à literatura romântica, que foi responsável pela criação e sedimentação da abordagem regionalista. O poema “Ó de casa”, que integra o livro *Alguns poemas (1922-1923)*, é exemplar nesse sentido, [...] o poema recria um ambiente rural, no qual se destacam elementos concretos que o caracterizam, tal como: a porteira, o cachorro e o cavalo. Pelo uso dos termos “morocha”, “guaipeca”, “mate” e “baio”, pode-se dizer que se trata de uma típica estância da região da campanha gaúcha (CHAVES & BATTISTI, 2006, p. 16-17).

É importante ressaltar que este autor recoloca a questão do regionalismo com ênfase na natureza sul-rio-grandense, como argumentam Chaves & Battisti (2006), pois o conjunto da produção literária de Meyer escrita entre 1922 e 1955 aponta para uma supervalorização da natureza em seus múltiplos aspectos e nas mais variadas relações com o ser humano, despindo a paisagem local da sua rudeza “gauchesca” e enfatizando apenas os elementos líricos e simbólicos que constituem o universo da representação idealizada do homem do campo, do seu local de vivência, ou seja, o campo, a estância e sua lida diária.

Podem-se também destacar outros poemas que retratam o pampa, a paisagem e o ambiente rural, mas já em outro período, como é o caso do poema “Cemitério campeiro”, que

abre o livro *Últimos poemas (1950-1955)*. É importante observar que neste o autor é um tanto saudosista em relação à vida no campo, pois ressalta a solidão do pampa, mostrando uma experiência vivida anteriormente no campo.

No período da década de 40, houve algumas mudanças significativas que foram sentidas também na literatura. Oliven (2006) aponta que, em 1945, são convocadas eleições gerais para o Brasil, dando fim ao Estado Novo. Surgia, assim, novamente a possibilidade da descentralização do poder e a abertura política e cultural para as regiões, mas o que aconteceu foi somente um acalorado debate entre o regional *versus* o Estado unitário, o que efetivamente não mudou o cenário regional e nacional.

Nessa época, segundo Fischer (2004), surge um fato novo na literatura rio-grandense com a entrada em cena de um autor que merece destaque, trata-se de Cyro Martins (1908-1995), que apresenta a face do gauchismo saudosista, retratada na “Trilogia do Gaúcho a pé”. O primeiro volume, escrito em 1937, foi intitulado *Sem Rumo*. A segunda parte foi escrita em 1944, com o título de *Porteira Fechada*. Por último, é lançado *Estrada Nova*, em 1954.

Nesta obra, Cyro Martins retrata um gaúcho longe da imponência histórica criada pela literatura até então, apresenta o peão de estância a pé, desafortunado e marginalizado. É importante perceber assim, “que sua narração demonstra grande apetite para enfocar personagens derrotados do campo, ou seja, a Metade Sul, a Campanha e a Fronteira Sul” (FISCHER, 2004, p. 87).

Além da obra de Cyro Martins, Érico Veríssimo (1905-1975) escreve, em 1949, o primeiro volume da trilogia *O tempo e o vento*, chamado *O Continente*. Esta obra, bem como seu autor, marca a construção da identidade gaúcha e sua idealização. As características desta construção podem ser visualizadas no personagem **Capitão Rodrigo**, personagem descrito na obra *Um certo capitão Rodrigo*¹⁰, onde Rodrigo Cambará é representado como um impetuoso capitão gaúcho que desbravou os pampas e os corações, considerado homem livre como o vento, e cujo heroísmo deixa marcas na história. Desta forma, construindo a representação ideal e romântica do gaúcho, o autor exalta, idealiza e mitifica o homem campeiro.

Isso se confirma porque Veríssimo traz nos seus escritos elementos que criam e solidificam o imaginário do gaúcho como sinônimo de valente, peleador, livre, viril, que precisa enfrentar a natureza dos pampas, as grandes lonjuras, o frio, e as constantes contendas incorporadas à identidade gaúcha de uma forma romântica. Nas palavras do próprio autor:

¹⁰ VERRISSIMO, Erico. *Um certo capitão Rodrigo*. São Paulo: Globo, 1987.

Pense nas duras atividades da vida campeira — alçar, domar e marcar potros, conduzir tropas, sair da faina diária quebrando a geada nas madrugadas de inverno — e você compreenderá por que a virilidade passou a ser a qualidade mais exigida e apreciada do gaúcho. Esse tipo de vida é responsável pelas tendências algo impetuosas que ficaram no inconsciente coletivo deste povo, e explica a nossa rudeza, a nossa às vezes desconcertante franqueza, o nosso hábito de falar alto, como quem grita ordens, dando não raro aos outros a impressão de que vivemos num permanente de estado cavalaria (VERÍSSIMO, 1969, p. 3-4).

Conforme Oliven (2010), do conjunto da obra de Erico Veríssimo desprende-se uma gama de elementos que constroem e moldam o gaúcho, assim “a necessidade de garantir fronteiras, dominar a natureza, rebelar-se contra os desmandos do governo central, além dos conflitos internos do próprio estado, ajudariam a explicar o caráter um tanto feroso que já teria se incorporado ao inconsciente coletivo gaúcho”. Portanto, “as peculiaridades do Rio Grande do Sul contribuem para a construção de uma série de representações em torno dele que acabam adquirindo uma força quase mítica que as projeta até nossos dias e as fazem informar a ação e criar práticas no presente” (OLIVEN, 2010, p. 01).

Assim compreende-se que a literatura rio-grandense traz no seu discurso um ufanismo que busca reescrever e reconstruir um tipo humano que vivia na zona rural, nas fazendas e estâncias. Este trabalhador, representado pelo vaqueiro, chamado mais tarde de gaúcho, tido até então como negativo, ganha conotações positivas, influenciando fortemente a construção de uma identidade regional gauchesca. Portanto, a literatura regional enraíza no passado, constrói uma identidade regional preocupada em idealizar um tipo social que habita a campanha, destacando a liberdade do homem do campo. Com subjetivismo e culto aos costumes regionais, os autores abriram uma autonomia para a produção literária rio-grandense (MOREIRA, 2002).

2.3 A importância da historiografia na construção da identidade do gaúcho do Rio Grande do Sul

Na construção da identidade, a historiografia tem uma função peculiar. No intuito de compreender essa importância, analisa-se como a história narrou e utilizou alguns eventos históricos para construir a epopeia do Gaúcho no Rio Grande do Sul.

Tais acontecimentos são criados pela historiografia e utilizados como mito fundador, servindo, segundo Silva (2008), de liga sentimental e afetiva e garantindo, desta forma, estabilidade e fixação para a identidade. No caso do Rio Grande do Sul, a historiografia constrói e homogeneiza a identidade dos que vivem neste Estado como gaúchos.

A história das guerras e revoluções é importante para a construção do gauchismo porque os historiadores, segundo Felippi (2006), possuíam um respaldo de serem “científicos” e, primando pelo detalhismo nas lutas e guerras, idealizavam o tipo humano local e construía miticamente os personagens da história, transformando-os em heróis, símbolos das características do povo local.

No caso da construção do gaúcho, era necessário, em primeiro lugar, caracterizá-lo e distingui-lo. Segundo Gutfreind (1998), o gaúcho no Rio Grande do Sul era apresentado como “herói nacional” e luso-brasileiro, qualificado e idealizado como um “fiel soldado” na defesa das fronteiras brasileiras. Já o gaúcho platino era tido como ladrão, contrabandista.

Além disso, segundo Pesavento (1980), a historiografia oficial trata de construir uma identidade estritamente nacional para o Rio Grande do Sul, busca edificar uma imagem de um Rio Grande essencialmente ligado à formação lusitana e brasileira, negando influências externas, principalmente as platinas.

O gaúcho rio-grandense, então, é construído, mitificado e idealizado, galgando características lusitanas. Desta maneira, o discurso da historiografia sobre o gaúcho nega a influência platina sobre este, passando a construí-lo através de narrativas positivas, supervalorizando as características de homem forte, livre, peleador, homem campeiro, peão da estância, trabalhador e disciplinado, utilizado como mão de obra nas charqueadas e estâncias de criação de gado. Estas características foram construídas visando enaltecer os homens que trabalhavam nas estâncias, já que na época do império a pecuária representava a maior força econômica do Rio Grande do Sul, responsável pela inserção do estado na economia brasileira.

Alia-se a isso a questão da disputa entre Portugal e Espanha pelas terras sulinas. Para defender os limites luso-brasileiros, os soldados recrutados para formar o contingente militar foram índios, escravos, negros e peões das estâncias, que viam na atividade bélica a possibilidade de liberdade e ascensão social (GOLIN, 2004).

Segundo o mesmo autor, era necessário ainda apressar a ocupação do território e, para tanto, o governo português tomou algumas medidas, sendo uma delas a legalização de fluxos de ocupação. Este também facilitou o registro de terras distribuídas a militares em

forma de sesmarias¹¹ em maior número possível, possibilitando que soldados e militares ascendessem socialmente e transformando o Sul do estado num grande latifúndio.

Além da participação nas guerras fronteiriças, o Rio Grande do Sul também demandava, para o poder central, contingente militar local para as guerras, como foi o caso da guerra do Paraguai e para defender as fronteiras portuguesas no Brasil contra as invasões espanholas. Isso corrobora a afirmação de Flores (2006) de que no início do século XIX o Rio Grande do Sul era um acampamento armado para lutar pela política externa do Brasil de domínio do rio da Prata, e para repelir as invasões dos espanhóis que tentavam recuperar o antigo território, traçado pela Linha de Tordesilhas.

A situação bélica do Rio Grande do Sul aliada a uma elite agrária – que no início do Século XIX viu seus ganhos serem reduzidos através das políticas imperiais que baixaram o preço do charque gaúcho – levaram os proprietários rurais a protagonizarem uma revolta separatista. Esta revolta é conhecida como a Revolução Farroupilha¹², também chamada de Guerra dos Farrapos. Esta guerra deflagrada contra o império brasileiro instituiu a República Rio-grandense que durou de 1835 até 1845, quando os revoltosos assinam o Tratado de Ponche Verde, dando fim ao conflito.

Segundo Flores (2005), a Revolução Farroupilha foi o acontecimento histórico mais enaltecido pelos historiadores, tornando-se o símbolo máximo do tradicionalismo gaúcho evocado como uma nova identidade, elaborando assim, a memória da Revolução como um sinal de testemunho da identidade rio-grandense. Este fato, portanto, tornou-se um dos mitos fundadores da identidade gaúcha.

Alves (2005) também entende que os historiadores foram responsáveis pela transformação da guerra civil dos Farroupilhas em mito, o que teria moldado a “alma gaúcha”. Diz o autor que

essa historiografia foi responsável pela transformação da guerra civil de 1835-1845 em verdadeiro mito, modelando-a como o mais importante momento da história rio-grandense, uma das marcas registradas do que chamavam de “alma gaúcha”, e,

¹¹ Conforme Golin, o lote de terras recebido pelos povoadores era o da quadra de sesmaria de campo que tinha, em média, 13 mil hectares. Muitos conseguiam várias sesmarias. Essa forma de ocupação fez com que surgissem latifúndios, transformando o pampa em propriedade de poucos, afastando a posse da terra da multidão de gaúchos e subalternos, cujo destino era trabalhar como peão, vagar pelos campos ou servir como soldado nas guerras (2004).

¹² A Revolução Farroupilha é conhecida também como a Guerra dos Farrapos. Este conflito durou 10 anos, iniciou em 1835 e terminou em 1845, com o tratado de paz de Ponche Verde. O principal motivo da revolta está na economia, pois o charque produzido estava sendo desvalorizado, causando descontentamento entre os donos das estâncias produtoras. Esta revolução teve também a influência das ideias positivistas representadas pelas oligarquias e da elite do Estado.

portanto, a “grande epopéia” que brindara o Brasil com uma “plêiade” de “lendários heróis” (2005, p. 106)

Para Hees (2010), a chamada cultura gaúcha, formadora de uma identidade, também tem suas raízes históricas no legado glorioso dos farroupilhas. Isso se justifica pelo envolvimento e mobilização compulsória de peões, índios e escravos, fazendo crer que essa luta era de todos os gaúchos. Assim, o acontecimento Farroupilha entra na narrativa como ideário cultural e identitário, onde todos comungam da mesma cultura.

Pesavento (1980) afirma também que a historiografia tradicional, que representa um grupo social (os pecuaristas), traz a hipótese de que a Revolução Farroupilha procura sacralizar uma posição ideológica de um passado dignificante, apresentado em nome de todo um “povo”, não apenas de uma classe social, mas de todos os gaúchos.

Na historiografia oficial ¹³, segundo Pesavento, a Revolução Farroupilha é transformada em símbolo do espírito de bravura do povo gaúcho, onde o acontecimento é o mais festejado da historiografia oficial do Rio Grande do Sul, caracterizado por visões saudosistas e glorificadas. Diz a autora:

Dentro de uma tendência idealista, os arautos da historiografia regional celebraram os feitos de seus “heróis” e visualizaram esse prolongado conflito da Província contra o Império como uma verdadeira “epopéia” [...] Para a historiografia tradicional, a Revolução Farroupilha tornou-se o símbolo do espírito de bravura do povo gaúcho e de suas tendências libertárias (1985, p. 8-9).

Outro aspecto importante apontado por Pesavento é a construção dos “Heróis Farroupilhas”, principalmente da figura de Bento Gonçalves, considerado pela historiografia oficial como o herói da revolução, corporificando todas as virtudes típicas do homem rio-grandense.

Um dos historiadores responsáveis por essa construção é, segundo Pesavento (1980), Arthur Ferreira Filho que apresenta, além de Bento Gonçalves, a figura de Davi Canabarro e de Antônio de Souza Netto como protótipos de heróis e homens de bravura que representam a alma e o espírito de todos os gaúchos. Bento Gonçalves, porém, é apresentado como o maior,

Gen. Bento Gonçalves, o maior rio-grandense do passado, herói autêntico, figura de romance, encarnação das melhores virtudes de nossa raça. Personagem sem contrastes, brilhou como sol entre as luminárias de uma época em que o Rio Grande se notabilizou pela superioridade moral de seus filhos (PESAVENTO, 1980, p. 72).

¹³ Quando falamos da historiografia oficial tratamos dos historiadores ligados ao IBHG (Instituto Brasileiro de Historia e Geografia)

Além da obra sobre a História do Rio Grande Sul, Arthur Ferreira Filho (1986) também escreveu “Revoluções e Caudilhos”, na qual o autor retrata o perfil de alguns caudilhos, considerados homens de fibra e coragem que se destacaram na guerra e na política. O autor justifica o aparecimento do caudilhismo no Rio Grande do Sul pela necessidade da defesa de suas sesmarias, fazendo das armas a suprema garantia de seus direitos. Da mesma forma o caudilho foi se tornando um sujeito “protetor, mediador, conselheiro e patriarca” (1986, p.19), elevado a herói nas revoluções de Estado.

Ainda nesta obra, Arthur Ferreira Filho (1986) apresenta os “grandes heróis” do Rio Grande do Sul, como Gumercindo Saraiva, Hipólito Ribeiro, Francisco Rodrigues Lima, Juca Tigre, Pinheiro Machado, Felipe Portinho, Hipólito Ribeiro Filho, Vazulmiro Paim Filho, Zeca Neto, Salvador Pinheiro, Flores da Cunha, Leonel Rocha e João Antonio da Silva. Esses são considerados pelo autor autênticos caudilhos que defenderam nossa terra, transformando-se em heróis Farrroupilhas e Federalistas de 1835, como é o caso de Gumercindo Saraiva (1986, p.9).

A visão da historiografia oficial rio-grandense traz, assim, fatos e homens, estes elevados a heróis construídos e figuras responsáveis pela construção da história do Rio Grande do Sul.

Após a Revolução Farrroupilha, no final século XIX, acontecem mudanças no cenário nacional. Quando é proclamada a República do Brasil, em 1889, inicia também, no Rio Grande do Sul, a disputa pelo poder entre o Partido Federalista, representado pela elite estancieira, e o Partido Republicano, que tem como base pequenos comerciantes, colonos, a classe média urbana e militar. Em 1835, quatro anos após a proclamação da República, é deflagrada a revolta entre as duas facções, trata-se da Revolução Federalista¹⁴.

Este fato também chama a atenção de Flores (2005), pois o autor afirma que a guerra civil de 1835 acentuou o espírito regionalista dos rio-grandenses e se transformou num símbolo de identidade na construção da memória. É importante perceber que tanto o Partido Liberal como o Republicano evocam a guerra civil dos Farrapos (ou Revolução Farrroupilha)

¹⁴ Existiam no Rio Grande do Sul nesse período dois partidos: o Partido Federalista e o Partido Republicano Rio-grandense. Os representantes do PF (Partido Federalista) eram conhecidos como homens de bombachas, lenços vermelhos, guaiacas, chapéus de abas largas. Tinham sua base política nos grandes proprietários rurais. Seus líderes principais foram Manoel Luís Osório - o Marquês do Herval, militar e estancieiro - e Gaspar Silveira Martins, estancieiro e senador. Reclamavam sobre governo central o desleixo com o Rio Grande do Sul, mesma bandeira de lutas dos Farrroupilhas em 1835. Seus principais líderes foram Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros. A Revolução durou 31 meses e foi extremamente violenta, com um saldo de 10 mil mortos.

para dizerem que eram continuadores dos seus ideais, idealizando mais uma vez a identidade gaúcha.

Pesavento (1985) também corrobora essa ideia dizendo que mesmo com a radicalização das disputas políticas que se seguiram a 1889, na chamada República Velha (1889-1930), ambos os partidos, Republicanos e os Federalistas, apelidados de Pica-Paus, se consideravam “herdeiros das tradições de 35”.

Por outro lado, Alves (2005) apresenta outra versão sobre a revolução de 1893. O autor explica que alguns historiadores, como Emílio Fernandes de Souza Docca (1884-1945), tratam a Revolução Federalista negativamente, referindo-se a ela como um mau exemplo, um conflito fratricida, repleto de violências e que não estaria alinhado com o modelo da “heróica” revolução gaúcha, ou Farroupilha. Segundo o mesmo autor, a revolução de 1893 passou a ser negligenciada e a sofrer fortes preconceitos, o que redundaria em certo esquecimento do evento histórico.

No início do século XX, a situação econômica do Rio Grande do Sul, segundo Flores (2006), era de crise devido ao baixo preço do gado e à falta de apoio do governo ao setor pecuário, o que pôs em xeque mais uma vez o poder da oligarquia agrária. Em 1923, a oposição se rebelou contra a eleição fraudulenta de Borges de Medeiros, anunciando mais uma revolta civil no estado¹⁵. Mais uma vez a oligarquia agrária evoca os feitos gloriosos, a coragem, o amor pela terra, os anseios de liberdade dos gaúchos Farroupilhas.

Tendo em conta a história das guerras e revoltas acontecidas no Rio Grande do Sul, denota-se, em primeiro lugar, que o discurso histórico apresenta a construção do Rio Grande do Sul sempre de forma positiva, enaltecendo a bravura do gaúcho nas guerras, bem como a importância das estâncias e do charque no desenvolvimento econômico do Estado.

Tanto a Revolução Farroupilha quanto as demais guerras e revoltas contadas na historiografia rio-grandense elaboram o mito do gaúcho e constroem a memória do povo, disseminando que estes feitos marcaram sua bravura, sua identidade, fazendo com que todos comunguem desta cultura. Tal processo, gerador de uma unificação da cultura sul-riograndense, cristaliza e procura fortalecer no seio da população um forte sentimento de pertencimento.

¹⁵ A Revolução de 1923 foi o movimento armado ocorrido durante onze meses no estado do Rio Grande do Sul, em que lutaram, de um lado, os partidários de Borges de Medeiros (Republicanos) e, de outro, os aliados de Joaquim Francisco de Assis Brasil, (Federalistas).

Da mesma forma, segundo Chaves (1983), a construção do gaúcho através da elaboração de uma identidade que tem como fonte o peão e o soldado atribui a ele uma área de herói, sendo parte também de um processo ideológico de mitificação da figura do gaúcho. Isso faz sentido quando os historiadores tratam das epopeias brasileiras e, no Rio Grande do Sul, principalmente da Revolução Farroupilha. Diz o autor que “trata-se essencialmente de um fenômeno ideológico e processo de construção do gaúcho como campeador e guerreiro, inserindo-o num espaço histórico onde os atributos de coragem, virilidade, argúcia e mobilidade são exigidos a todo o momento, transportando-o ao plano do mito” (1983, p. 2).

Assim, a historiografia trata de construir a identidade gaúcha no Rio Grande do Sul de forma romântica, ideológica e mitificadora, tomando alguns acontecimentos, ou fatos históricos, como seu fundamento.

2.4 A contribuição do MTG na construção do gaúcho no Rio Grande do Sul

A construção da identidade gaúcha no Rio grande do Sul também está relacionada – além de à literatura e à historiografia – a um movimento sociocultural chamado MTG (Movimento Tradicionalista Gaúcho), que se tornou o institucionalizador e catalisador do movimento tradicionalista. Nesse sentido, analisaremos a importância deste movimento como modelo construtivo de cultura que, no dizer de Oliven (2006), tem como ponto de partida o campo e a região da campanha do Rio Grande do Sul.

O MTG objetiva ser um movimento catalisador de todas as manifestações culturais que têm referência ao gauchismo. Este movimento é oficializado em 1967, mas antes disso houve outras agremiações e associações culturais que criaram as tradições reelaborando os feitos heróicos do gaúcho.

Um dos primeiros movimentos responsáveis pelo tradicionalismo no Rio Grande do Sul foi o Grêmio Gaúcho Porto Alegre, fundado em 22 de maio de 1898, com forte participação de intelectuais do Parthenon Literário. Este movimento foi inaugurado num momento histórico em que o país passava por mudanças significativas no seu processo de urbanização, a população urbana crescia vertiginosamente, principalmente nas capitais, levando a uma modificação mais acelerada da vida do campo. Segundo Oliven (2006), esse

processo levou os intelectuais a recriar o que seria o passado rural, mostrando o papel que a nostalgia rural exerceu nesta época.

O Grêmio Gaúcho Porto Alegre enfatiza o culto às tradições, onde o passado é a fonte em que o presente se inspira para delinear o futuro. Seus objetivos propõem organizar o quadro das comemorações, dos acontecimentos “gloriosos” do Estado do Rio Grande do Sul.

Na obra *Assuntos do Rio Grande do Sul*, do fundador do Grêmio Gaúcho Porto Alegre, editada originalmente ano de 1912, reeditada em 1979 pela editora Erus, João Cezimbra Jacques destaca que a agremiação está

destinada a manter o cunho de nosso glorioso Estado e conseqüentemente as nossas grandiosas tradições integralmente por meio de comemorações regulares dos acontecimentos que tornaram o sul-riograndense um povo célebre diante, não só de nossa nacionalidade, como do estrangeiro; por meio de solenidades ou festas que não excluem os usos e costumes, os jogos ou diversões do tempo presente, porem, figurando nelas um tanto quanto possível, os bons usos e costumes, os jogos e diversões do passado; por meio de solenidades que não só relembrem e elogiem o acontecimento notável a comemorar, pelo verbo ou pelo discurso, como por meio de representações de atos, tais como canções populares, danças, exercícios e mais praticas dignas, em que os executadores se apresentem com o traje, e utensílios portáteis, tais como os de usos gauchescos (JACQUES, 1979, p. 56 - 58)

Pode-se observar que o discurso do fundador do Grêmio Gaúcho Porto Alegre remonta a um tempo passado que busca reviver suas glórias, lembra uma época típica da vivência do pampa gaúcho, de áreas pastoris do Sul do Estado. Nesse caso, o discurso é ufanista, pois traz na linguagem a intenção de glorificar as tradições, os feitos dos gaúchos, não apenas para o país, mas também para o estrangeiro. Nesse sentido, o movimento também busca recriar nas representações e solenidades os atos heróicos dos gaúchos, os acontecimentos notáveis, através da invenção de canções, do uso de trajes e utensílios dos gaúchos.

Barbosa Lessa se refere a essa agremiação como patriótica, que mantém o cunho glorioso dos acontecimentos do estado. Diz o autor: “Pensamos que esta patriótica agremiação não é destinada a manter na sociedade moderna usos e costumes que estão abolidos pela nossa evolução natural, mas sim, a manter o cunho do nosso glorioso estado e conseqüentemente as nossas grandiosas tradições”¹⁶.

Dezesseis meses após a fundação do Grêmio Gaúcho, é criada a União Gaúcha de Pelotas, fundada em 10 de setembro de 1899. Sediada na cidade de Pelotas, foi o segundo

¹⁶ História tradicionalismo e primeiras entidades, disponível em: <http://www.ctgraizesdosul.com.br/tradicionalismo.html>.

marco do tradicionalismo gaúcho, implantado por João Simões Lopes Neto, cuja proposta objetivava o civismo e o patriotismo antes de elucubrações emotivas.

Segundo Oliven, logo a seguir são fundados: o Centro Gaúcho de Bagé (1899), o Grêmio Gaúcho de Santa Maria (1901), a Sociedade Lombagrãndense (1938), fundada numa área de colonização alemã, e o Clube Farroupilha de Ijuí (1943), fundado numa área de colonização alemã e italiana. Segundo o autor, essas entidades são geralmente consideradas “pioneiras” pelos tradicionalistas (OLIVEN, 2006, p. 103).

Aliado aos vários movimentos tradicionalistas acima referidos, em agosto de 1947, em Porto Alegre é fundado o Departamento de Tradições Gaúchas, no Colégio Júlio de Castilhos, encampado por jovens estudantes oriundos do meio rural e de todas as classes sociais e liderados por Paixão Cortes. No ano seguinte, esses jovens fundam em 1948 o primeiro CTG (Centro de Tradições Gaúchas), chamado de 35¹⁷, também em Porto Alegre. Este movimento também criou a 1ª ronda crioula¹⁸.

Segundo Oliven, o contexto histórico em que esses jovens iniciaram o movimento tradicionalista em Porto Alegre é bastante significativo. Em primeiro lugar porque nesse período, principalmente no pós-guerra, há um movimento forte de urbanização da capital, com um crescimento de 45% a cada 10 anos. Em segundo porque esse período estava também relacionado aos produtos da indústria cultural vindos dos Estados Unidos através da indústria fonográfica, do cinema e dos ídolos. Aliam-se a isso, conforme o autor, as filosofias cétricas vindas da Europa, que questionavam o sentido da vida e do mundo. Isso tudo impulsionou “a reação desses jovens interioranos expostos a essas experiências a apegar-se ao que era considerado seguro e claro: o campo e o passado” (OLIVEN, 2006, p.109).

Pode-se observar neste movimento o discurso da diferença, buscando afirmar características peculiares de certo grupo social que estava sendo sufocado pelo discurso da globalização e pela “americanização cultural” em franca expansão na época. Uma forma de afirmar a diferença destes jovens em relação à cultura americana foi através das reuniões que o grupo realizava todos os sábados num galpão, construindo a memória dos antepassados,

¹⁷ O nome 35 é uma referência à Revolução Farroupilha ocorrida nos anos de 1835 a 1845.

¹⁸ A ronda crioula foi criada no ano de 1947, quando alguns membros representantes do Departamento Tradicionalista Gaúcho, como Paixão Cortes, Fernando Machado Vieira e Cyro Dutra Ferreira, decidiram no dia 7 de setembro, à meia noite, antes de extinto o "Fogo Simbólico da Pátria", retirar uma centelha de fogo e representá-la como a hoje "Chama Crioula", que ardeu em um candeeiro crioulo até a meia noite do dia 20 de setembro, quando foi extinta no Teresópolis Tênis Clube, onde se realizava o primeiro Baile Gaúcho por eles organizado. Mais tarde, essa semana de festejos foi incorporada ao tradicionalismo e chamada de Semana Farroupilha, festejada em todos os CTG do Estado e fora dele. Cf. <http://www.paginadogauchocom.br/ctg/ctg35.htm>

representados pelo chimarrão, pela imitação de hábitos do interior, das anedotas e charlas¹⁹ que os peões costumavam ter nos galpões das estâncias.

Outro marco que fundamenta a construção do mito do gaúcho através do tradicionalismo foi o traslado dos restos mortais de David Canabarro, considerado o segundo homem da Revolução Farroupilha, de Santana do Livramento para Porto Alegre. Na ocasião, oito jovens realizaram uma guarda de honra para acompanhar o traslado. Segundo Oliven, este episódio “aparece, em vários depoimentos de tradicionalistas, como um ritual de passagem fundamental e como mito de criação do Movimento Tradicionalista Gaúcho” (OLIVEN, 2006, p.106).

É interessante observar que o tradicionalismo não é uma criação do campo ou da zona rural, mas sim uma criação urbana, pois, conforme Oliven, o Movimento Tradicionalista Gaúcho revela uma ligação entre os intelectuais urbanos, fundadores do movimento, com pequenos proprietários rurais pastoris e latifundiários em processo de descenso social. O que denota que este movimento é uma criação urbana que procura recuperar os valores rurais do passado, assim o “tradicionalismo é um fenômeno tipicamente citadino e não do campo, urbano e não rural” (OLIVEN, 2006, p. 108)

A força homogeneizadora do tradicionalismo está representada principalmente pelos CTGs, o que pode ser notado pela sua rápida expansão por todo estado, inclusive em locais colonizados por imigrantes alemães e italianos. Também pode ser observada na força simbólica de ascensão social que apresenta, infiltrando-se em toda sociedade riograndense, na cultura, na música, dança, crenças religiosas, poesia. Assim a vida campeira se tornou um símbolo e uma forma de distinção social, de uma identidade regional gaúcha (OLIVEN, 1992).

Em 1954, acontece o 1º Congresso Tradicionalista Gaúcho²⁰, com objetivo de discutir os rumos do movimento. Em 1967, é oficializado o MTG (Movimento Tradicionalista Gaúcho), com a finalidade de institucionalizar e catalisar os demais movimentos, principalmente os CTGs.

Neste sentido, o MTG buscou não somente institucionalizar o movimento, mas também visava a uma unificação representativo-simbólica do regionalismo, baseada na identificação comum com o passado mítico campeiro e no tipo social ideal do gaúcho: peão

¹⁹ Charlas são conversas e diálogos informais.

²⁰ Nesta ocasião Barbosa Lessa apresentou as famosas teses do tradicionalismo que serviu de linha para todo o movimento tradicionalista. O texto traz como tema o “O Sentido e o Valor do Tradicionalismo”.

de estância montado a cavalo (RIBAS, 2007, p. 427). O MTG foi também um dos responsáveis por espalhar o tradicionalismo para todo o estado, através de manifestações socioculturais baseadas principalmente nos Centros de Tradições Gaúchas, liderados especialmente por Paixão Cortes e Barbosa Lessa.

Assim também foi se construindo socialmente um conceito de identidade do gaúcho, visto que com a globalização e a urbanização do estado esse movimento tradicionalista se espalha nas cidades onde principalmente jovens não vindos do interior consomem os produtos culturais de tal movimento, reportando-se ao modo de vida que teria existido no passado em áreas pastoris do estado, principalmente na metade sul (OLIVEN, 1992).

Rubem Oliven (1994) argumenta que o modelo construído, quando se fala do gaúcho, em realidade, é um modelo baseado em um passado supostamente existente na região pastoril do Estado do Rio Grande do Sul, numa região da campanha, onde nasce a figura mitológica do gaúcho. Além disso, segundo o autor, o tradicionalismo gaúcho constrói e legitima a ideia de homogeneidade cultural, abarcando e construindo uma tradição que pretende ser a de todos os nascidos no Rio Grande do Sul e vem centrada num único tipo social: o Gaúcho, o cavaleiro, o peão de estância da região sudoeste, que o distingue dos demais brasileiros (1992).

O Movimento Tradicionalista Gaúcho catalisou e institucionalizou a figura do gaúcho e o homogeneizou para que este se tornasse o ícone representativo de todos os habitantes do Rio Grande do Sul. Tau Golin²¹ (2010), em entrevista à Revista Instituto Humanitas da Unisinos, diz que o MTG, depois de passar por algumas fases distintas, assumiu oficialmente um caráter “oficialista”, cívico e fundamentalista. O autor destaca ainda que a história do gaúcho não condiz com os traços culturais e humanos que formaram o povo gaúcho, pois

Cada vez é mais forte a percepção de que tradicionalista não significa necessariamente gaúcho; e, muito menos, rio-grandense. Aliás, no mundo real da campanha, nas regiões de hábitos autênticos do povo concreto, mestiço, caboclo, interétnico etc., há um sentimento (e muitos o verbalizam) de que o tradicionalista, ao menos estilisticamente, é a carnavalização do gauchismo. Tem forte componente da indústria cultural, não necessita da experiência da territorialidade. Ele é uma agremiação estilística que, no seu limite, chega ao fundamentalismo. Escreveu alguns manuais encíclicos e pretende convertê-los em práticas litúrgicas da vida (GOLIN, 2010).

²¹ Tau Golin é talvez um dos críticos mais importantes do tradicionalismo gaúcho. Para ele, este movimento mascara um modelo de opressão e exploração daqueles que são os “verdadeiros gaúchos”, ou seja, o sem-terra, o peão de estância, o índio e o negro que ficaram à margem da narrativa identitária do gaúcho no Rio Grande do Sul.

Além disso, segundo o autor, o MTG (Movimento Tradicionalista Gaúcho), através do tradicionalismo, pretende unir gentilmente todos os gaúchos, mas escamoteia a opressão e a submissão relacionadas às formas autoritárias de exercer a cultura gaúcha, pois sua principal fundamentação é a obediência ao patrão, símbolo máximo de uma relação entre patrão e peões de estância.

Tau Golin, através de um documento chamado Manifesto Contra o Gauchismo²², argumenta que a formação do tipo humano do gaúcho tem uma representação étnica com várias influências. O gaúcho teve sua formação étnica a partir da mistura de várias etnias, fazendo parte destas os índios, os espanhóis, os negros, os portugueses e outros.

Segundo Camargo (2000), os índios tiveram participação na construção do vocabulário gaúcho, ao qual agregaram termos como anu, arara, biguá, capivara, abacate, arará, cipó catapora, pampa e outros. Algumas cidades também utilizam nomes indígenas, como Bagé, Marau, Caçapava, Botucarái, Taquari, e outras.

Além dos aspectos linguísticos, o índio, segundo Oliven (2006), é ovacionado e acionado pelo tradicionalismo devido à liberdade que demonstra, à bravura, e por ser hábil cavaleiro, o que permite uma associação à figura valente e altaneira do gaúcho. Para o tradicionalismo é motivo de orgulho afirmar que no gaúcho corre sangue de índio, da mesma forma é corriqueiro ouvir a expressão “índio velho” traduzindo uma forma carinhosa em relação à figura do gaúcho. O negro, segundo o mesmo autor, entra no discurso do gaúcho no aspecto folclórico e religioso, através da lenda do Negrinho do Pastoreio, escrito por Simões Lopes Neto. Esta forma de tratamento do negro e do índio leva o tradicionalismo a afirmar que no Rio Grande do Sul existe uma democracia social, onde estes são tratados com igualdade.

Esta democracia social entende que no Rio Grande do Sul há uma mistura genética de etnias, o que, por sua vez, leva a sociedade a proclamar que a identidade do gaúcho tem uma conotação democrática, construída, segundo Moure (1994), pela ideologia tradicionalista e a cultura rio-grandense. Isso se mostra porque a cultura enaltece o estancieiro e o peão,

²² As críticas feitas ao MTG estão num documento chamado *Manifesto contra o gauchismo*, escrito por um grupo composto de jornalistas, historiadores, produtores culturais, artistas locais, pedagogos e autoridades acadêmicas que divulgaram o documento em março de 2007, contendo reflexões sobre o Movimento Tradicionalista na sociedade gaúcha. “A conclusão fundamental é que o MTG atropela diversas instâncias da vida republicana”, afirma o grupo. O manifesto caracteriza-se como uma representação de um movimento de ilustração contra o fundamentalismo. O documento poderá ser acessado e lido na íntegra através do blog:<http://gauchismos.blogspot> disponível também em: http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_entrevistas&Itemid=29&task=entrevista&id=6505

misturando papéis sociais que na verdade são opostos. A “democracia social” ideologicamente desenvolvida escamoteia a dominação social e transforma o peão num igual ao estancieiro, mascarando a expropriação.

A “democracia social”, difundida e defendida pelo tradicionalismo, tem suas raízes nas estâncias onde o estancieiro, após as lides de campo, se reunia com a peonada para tomar chimarrão e contar alguns causos. No entanto, é possível observar que os papéis de cada um eram bem delineados: a relação era de patrão e empregados. Portanto, a cultura rio-grandense e a tradicionalista transforma o gaúcho num igual, mas a realidade é outra, “o vaqueiro é um agregado dependente, sem autonomia de vida e sufocado pelo autoritarismo do senhor de terras” (MOURE, 1994, p. 118). Esta relação é recriada pelo tradicionalismo gaúcho nos CTGs e pode ser vista pela autoridade exercida pelo patrão.

Tal questão pode ser observada justamente no modo como os fundadores do CTG35 propuseram a estrutura organizacional do primeiro CTG, representando a forma administrativa do ambiente de uma estância, ficando assim definido:

No lugar de presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro, diretor, empregaram-se títulos de patrão, capataz, sota-capataz, agregado, posteiros. No lugar de Conselhos deliberativos ou Consultivos, foi colocado o Conselho de Vaqueanos, e em vez de departamentos foram criadas invernadas. De forma semelhante, todas as atividades culturais, cívicas ou campeiras receberam nomes que tivessem origem nos usos e costumes das estâncias gaúchas, tais como rondas, rodeios, tropeadas (OLIVEN, 2006, p. 111).

Segundo Moure (1994), a estrutura funcional do CTG representa a estrutura de dominação agrária oligárquica constitutiva da expropriação e exploração da gauchada e está sendo reproduzida pela própria cultura tradicionalista de caráter regionalista.

3 A CONSTRUÇÃO DO GAÚCHO EM PASSO FUNDO

Neste capítulo, será realizada a análise da construção do gaúcho em Passo Fundo. A análise passa pela historiografia ancorada por instituições políticas e socioculturais que financiam obras vinculadas ao gauchismo, como é o caso do poder municipal, dos CTGs e do MTG (Movimento Tradicionalista Gaúcho).

Além disso, a construção do gaúcho em Passo Fundo está ligada ao projeto turístico chamado “Passo Fundo Tchê a Cidade mais Gaúcha do Rio Grande do Sul” e ao projeto “Cultura e Folclore nas Escolas Municipais de Passo Fundo”, ambos instituídos pelo poder municipal, institucionalizando a cultura gaúcha no município.

Com o intuito de entender a construção do gauchismo em Passo Fundo, analisaremos, primeiramente, a contribuição da historiografia; em seguida, a importância dos CTGs e do MTG; e, finalmente, o projeto “Passo Fundo Tchê a Cidade mais Gaúcha do Rio Grande do Sul”.

3.1 A contribuição da historiografia para a construção do gaúcho em Passo Fundo

Na busca dos elementos constitutivos e construtores da identidade gaúcha em Passo Fundo destaca-se a historiografia. Esta é importante porque contribui na construção das narrativas míticas fundantes da identidade gaúcha no município.

É importante lembrar, antes de qualquer coisa, que as tradições, segundo Eric Hobsbawm (1997), são inventadas, muitas vezes, por movimentos ideológicos ou grupos que buscam uma continuidade histórica através da criação - pela lenda ou pela invenção - de um passado antigo que extrapola a continuidade da história real. Nesse sentido, a própria história acaba sendo utilizada como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal.

A construção mítica do passado perdido elabora uma identidade homogênea. Essa evocação, segundo Woodward (2008), justifica uma origem mítica que produz uma cultura

unificada que busca a correspondência do presente com base no passado caracterizado como uma construção e não como eventos sucessivos da história.

Quando se fala em construção e legitimação de identidades regionais através do discurso, é importante lembrar que, segundo Bourdieu (1998), a construção e legitimação de identidades significa disputa pelo monopólio da definição das divisões do mundo social e pelo consenso sobre a unidade de um grupo. Este pensamento leva a um discurso regionalista que impõe como legítima uma delimitação de região em particular e, o que é mais interessante, faz com que sua eficiência seja performativa e sua opinião seja validada como a única fonte histórica verdadeira, fundadora do discurso homogeneizador.

No caso do município de Passo Fundo, alguns elementos foram importantes na construção do discurso delimitador de uma identidade regional, dentre eles se destaca a historiografia. A produção historiográfica ligada ao gauchismo no município pode ser percebida principalmente a partir da década de 50, mas é a partir das décadas de 80 e 90 em diante que ela se desenvolveu com mais intensidade, devido a uma vinculação mais estreita da historiografia ao movimento tradicionalista. Segundo Ribas (2007), no embalo dos movimentos nativistas, os escritores reforçaram uma vinculação entre o gauchismo e a história de Passo Fundo.

Na historiografia, os escritos acerca do gaúcho de Passo Fundo são bastante expressivos. Dentre os principais escritos sobre o tema, destacam-se os de Jorge E. Cafruni, com *Passo Fundo das Missões: Estudo histórico do período jesuítico* (1996); os de Marilda Kirst Parizzi, *Passo Fundo: sua história e evolução* (1983) e *Nossas raízes: folclore* (1990); as três obras de Pedro Ari Veríssimo da Fonseca, *Formação do gaúcho* (1985), *O gaúcho quem é...* (1999) e *Tropeiro de Mula: a ocupação do espaço, a dilatação das fronteiras* (2004); a obra de Orfilina Vieira Mello, *Resgate da música gaúcha em Passo Fundo* (1995); o livro de Rodrigo Pimentel, *Páginas da Nossa História* (2000); o de Arthur Ferreira Filho, *O decênio heróico* (2001); o de Jobs Paim Bandeira, *Batalha do Pulador: história & encenação* (2006); e os de Francisco Antonio Xavier Oliveira, *Annaes do município de Passo Fundo* (1990), constituído este de 3 volumes. Todas essas obras trazem um conteúdo que enaltece o gaúcho passo-fundense (RIBAS, 2007).

Segundo um estudo realizado por Ribas (2007), tais obras representam 63% do que se produziu acerca da história de Passo Fundo a partir de ano de 1925 até 2006. Ribas analisou mais de 22 obras e constatou que 14 delas estão diretamente relacionadas à construção da figura do gaúcho no município.

O autor aponta também as instituições e os patrocinadores das obras historiográficas editadas em Passo Fundo. As principais instituições financiadoras são o Poder Público Municipal, representado pela Prefeitura Municipal e a Câmara de Vereadores, que financiou 6 obras; o IGTF (Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore); o MTG (Movimento Tradicionalista Gaúcho); a Fundação Cultural Planalto e a APL (Academia Passo-fundense de Letras). Tais instituições participaram ativamente na divulgação e na edição das obras historiográficas no município.

Um dos autores mais importantes na construção do gauchismo em Passo Fundo é Welci Nascimento²³, que escreveu *Terra, gente e tradições gaúchas* (1992), e *Pica-paus e maragatos: porque brigavam tanto* (1993). O discurso que aparece nessas obras é o de que em Passo Fundo o gaúcho é peleador e valente e essa valentia deve ser cultuada, pois “nas lutas, a valentia do gaúcho virou tradição” (NASCIMENTO, 1992, p. 20).

Além do aspecto da luta e da valentia, quando se fala do gaúcho no município, a historiografia trata de construí-lo com um espírito humanitário e igualitário. Uma das obras mais importantes da literatura regional que trata deste aspecto é o livro de Pedro Ari Veríssimo da Fonseca, *A Formação do Gaúcho* (1982), obra essa que diferencia a geografia e a raça do povo passo-fundense, também chamado de serrano.

O discurso do autor leva a compreender que na região de Passo Fundo o gaúcho foi forjado pela igualdade, humanidade e liberdade, havendo uma relação democrática entre as etnias que formaram este povo. Segundo ao autor, o patrão se reunia no galpão com a peonada para degustar seu chimarrão, trocar ideias, churrasquear e discutir problemas campeiros, moldando assim o caráter do nativo e seu próprio, daí se formou um novo gaúcho com espírito de liberdade e disciplina (FONSECA, 1982, p. 61).

Da obra de Francisco Antonio Xavier e Oliveira, intitulada *Anais do município de Passo Fundo* (1990), escrita em três volumes, destacam-se os aspectos geográficos, históricos e culturais da formação do povo passo-fundense. Apontamos o 2º volume, que trata da construção histórica do município.

Um primeiro aspecto importante desta obra se refere a sua capa. Nela vem estampada a figura de homens a cavalo vestidos com ponchos e algumas cabeças de gado, o que nos faz

²³ Welci Nascimento é professor, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, membro da Academia Passo-fundense de Letras. Exerceu também o cargo de Secretário Municipal de Educação e Delegado de Educação junto à 7ª Delegacia Estadual de Ensino.

imaginar que esta região foi construída pelo gaúcho a cavalo tipicamente vestido “à moda gaúcha”, remetendo-nos à vida na estância e ao frio do pampa.

O autor reconstrói nesta obra os aspectos da evolução política das Missões. Referindo-se aos jesuítas e indígenas na formação do município, o autor vincula a bravura do índio Sepé Tiaraju – e de outros heróis guerreiros na pela terra contra o império espanhol e português – ao povo passo-fundense. Oliveira afirma que:

Nessa luta gigantesca, sustentada contra os que, poderosos, se julgam com o direito de os absorver pela força, talvez pulsasse mais de um coração Passo-fundense no seio das gloriosas falanges de Sepé Tiaraju, Cacambo, Tatuguassu, Baldete, Languiru e tantos outros bravos que na maior parte se extinguiram nas cruas pelejas que selaram a destruição do nascente “império” das missões, iluminado em sua hora derradeira pelo clarão do incêndio da São Miguel (OLIVEIRA, 1990, p. 70)

O discurso do autor enaltece a figura do índio com suas atuações gloriosas, entrando no imaginário do gaúcho como um herói que lutou com amor pela terra. Em Passo Fundo, em especial, o gauchismo se utiliza deste imaginário para justificar e construir a ideia de que nesta terra a coragem do gaúcho está ligada à gravura do índio.

Esta bravura indígena é construída positivamente pela historiografia, mas, segundo Oliveira (1990), durante a ocupação da região não foi sempre assim. Os índios foram tratados como selvagens e rebeldes, eram brutalmente assassinados e considerados um “bando de criminosos”, ou seja, uma horda de celerados, cuja extinção seria necessária no caso de estes não se renderem, ou não se submeterem ao governo da Província. Enfim, os que não eram assassinados eram catequizados nos aldeamentos mais próximos, promovendo sua assimilação ao homem branco, o que os destruía enquanto grupo social.

Outra obra de fundamental importância na divulgação do gauchismo em Passo Fundo é o livro de Jobs Paim Bandeira, editado em 2006, intitulado *Batalha do pulador: História & encenação*. Nesta obra, o autor busca reviver um passado considerado glorioso para os passo-fundenses. A narrativa é bastante ufanista e trata o evento (Batalha do Pulador) como um marco de coragem, valentia e amor pela terra que ficou na memória do povo passo-fundense.

Durante a encenação, o autor faz questão de trazer o pronunciamento de João Nunes da Silva Tavares, o “Joca Tavares”, declarando a revolução Federalista em 05 de fevereiro de 1893, dando ênfase às razões da revolta.

É importante observar que nesta obra o discurso que constrói o gaúcho de Passo Fundo como herói e valente está ligado à fidelidade do combatente, ou seja, mesmo estando

em condições inferiores, em armamento, alimentação e fardamento, o gaúcho passo-fundense não fugia da luta. Isso se confirma pelo relato que o autor fez das tropas revolucionárias, em que estes aparecem como famélicos, com poucos cavalos, provisões e material bélico. Jobs Paim Bandeira afirma também que os revolucionários passavam fome e frio, muitas vezes sem roupas, semicongelados, em pleno inverno, ou ainda sem um prato de comida, alimentando-se de milho seco ou pinhão, mas, apesar de tudo isso, mostravam-se irredutíveis.

Esse discurso supervaloriza ainda mais o fato e a bravura do gaúcho de Passo Fundo. O sofrimento e a “inferioridade” em número de homens, condições e mantimentos constroem e mitificam o soldado pelo seu heroísmo quase sobrenatural, pois mesmo em situações adversas este não fugia à luta, continuava em pé, não desertava.

A narrativa enaltece também a força destes homens, deixando o legado de que os rebeldes foram gaúchos de fibra e coragem. Segundo a visão de Bandeira (2006), a valentia destes homens é sentida

pelo espírito daqueles que foram heróis da disciplina e fidelidade a si, a sua causa e a seus comandantes. Para isso não há resposta, pois não se fazem mais homens com a textura do barro que emoldurou a alma, o sonho, os objetivos e a fibra daqueles gaúchos que esta lição nos legam (BANDEIRA, 2006, p. 25).

Além da narrativa de exaltação aos gaúchos e revolucionários, o autor faz referência também a Gumercindo Saraiva²⁴ como o “grande comandante” do exército revolucionário, como “o ‘Napoleão dos Pampas’, o ‘Cícero da oratória’, o novo ‘César da Antiga Roma’ e suas conquistas” (BANDEIRA, 2006, p. 223).

Esse discurso historiográfico contribui para a construção do imaginário acerca da figura simbólica do gaúcho de Passo Fundo, pois retrata esta região como “palco” da maior batalha de Revolução Federalista e ovaciona os revolucionários com certa dose de ufanismo mítico, transformando-os em heróis quase que templários, testemunhas de uma época de glórias e revoluções. É importante observar que este discurso constrói a ideia de que os revolucionários gaúchos de fato amam sua terra e são capazes de morrer por ela, não havendo distinção entre negros, caboclos e índios. Todos são gaúchos e compartilham a ideia de igualdade, frutos do legado heróico dos antepassados.

²⁴ Gumercindo Saraiva Nasceu em Arroio Grande em 13 de janeiro de 1852, e morreu em 10 de agosto de 1894 em Carovi, no Rio Grande do Sul. Primogênito do ex-combatente farroupilha Francisco Saraiva e de Propícia da Rosa. Foi nomeado coronel da Guarda Nacional pelo Imperador Pedro II. Liderou as tropas republicanas (revolucionários) nos combates contra os pica-paus (federalistas) na Revolução Federalista de 1893.

Além disso, outra defensora e construtora da identidade gaúcha em Passo Fundo, advogada dos CTGs, é Marilda Kirst Parizzi. Na obra *Passo Fundo: sua história e evolução* (1983), a autora faz uma exaltação do gauchismo e dos CTGs desta cidade. Procura fazer um esboço de uma cultura autêntica, de seiva, responsável pelo progresso do município. Outra obra da autora, chamada *Nossas raízes: folclore*, trata de diferenciar a cultura em relação ao tradicionalismo, abordando também a história do povoamento do território do município, a Revolução Farroupilha, o gaúcho, os costumes, artes e a história dos CTGs.

A historiografia apresenta também outro elemento na construção do gauchismo no município incorporada à cultura gaúcha, falamos da música regionalista. Melo (1998), na obra *Resgate da Música Gaúcha em Passo Fundo*, faz uma reconstrução da história da música, destacando a figura de Teixeira que, segundo a autora, fez com que Passo Fundo ficasse conhecida tanto no Brasil como no exterior, através dos shows realizados nos Estados Unidos, Canadá, Portugal, América do Sul e Europa. Assim, Teixeira é considerado o “gaúcho coração” de Passo Fundo e do Rio Grande.

Ainda se referindo à música regionalista, é importante destacar a referência que Melo (1998) faz aos Birivas, caracterizados basicamente pelos tropeiros, que passavam aqui para descansar e depois seguir viagem rumo a Sorocaba, São Paulo. Os birivas são importantes porque constroem a ideia de que o gaúcho passo-fundense é cordial e amigável.

Alia-se a isso, segundo Golin (2004), um elemento instrumentalizador da memória musical de Passo Fundo para fins ideológicos: a Fundação Cultural Planalto, que coordena as rádios Planalto AM e FM e tem na sua programação músicas “100% gaúchas”, intitulando-se como “a rádio mais gaúcha do Rio Grande do Sul”.

Esta fundação é responsável também por uma revista (*Somando*) que está a serviço do Tradicionalismo Gaúcho, trazendo em suas matérias artigos que enaltecem os feitos heróicos que edificaram o gaúcho em Passo Fundo, como foi o caso do panfleto *O decênio heróico* (2001), de Arthur Ferreira Filho. Na ocasião, Daltro Jose Vesp superintendente e editor da revista, se reportou à Revolução Farroupilha como um fato engrandecedor da cultura gaúcha e enfatizou que o fato histórico da Revolução fundamenta o tradicionalismo gaúcho.

O importante é perceber que o discurso acima, que tem na figura do gaúcho forte, corajoso, amigo, companheiro e acolhedor sua maior característica, entra positivamente na narrativa do gaúcho, resultando uma predileção de representação positivista, mas que é

também é artificial, já que há uma identificação com o tipo bravo e ao mesmo tempo cortês do gaúcho (GOLIN, 2002).

Para Golin (2004a), as músicas gaúchas são construções poéticas que evidenciam aspectos fundamentais da identidade gaúcha, tais como o lazer, a natureza, o amor, a animalidade e a violência. Nesse sentido, a identidade resulta da construção de personagens que se fundem a indivíduos e arquétipos gentílicos, ou seja, o gaúcho é tido como modelo de homem sul-rio-grandense, onde a natureza dimensiona a espacialidade, caracterizada pelo universo pampiano, e a animalidade está ligada ao comportamento do homem com o animal (cavalo).

Além da exclusividade com a música gaúcha, a Fundação Cultural Planalto (FCP) apoiou a reedição de uma obra poética importante na fundamentação do ideário gaúcho, trata-se do livro *Contos Gauchescos & Lendas do Sul* (2005), de João Simões Lopes Neto. É interessante observar que, na apresentação da obra, Daltro José Wesp (superintendente da FCP) utiliza-se de uma forma de linguagem que enaltece o autor, ovacionado-o como um antigo e fiel companheiro de luta na divulgação da cultura gaúcha.

A reedição deste livro retrata a importância da obra, escrita originalmente em 1912-1913. Nela se reafirma que Simões foi o “protótipo do gaúcho do século que nascia”, sendo também o arauto do futuro sem perder de vista as glórias do passado, por isso sua produção, apesar de ser literária, valoriza a história do gaúcho e suas tradições (2005).

Esta obra foi reeditada em Passo Fundo, em 2005, mas seu autor é de Pelotas, filho de uma família abastada da região. O discurso apresentado no livro enaltece a figura de um gaúcho voltado para o passado, que revive seus tempos de glória e valentia. Este discurso é típico de uma construção narrativa mítica que se apoia no passado para construir o presente e, o que é mais importante, resguarda de forma tradicional a memória desse passado, dando-lhes o status de memória exclusiva.

A historiografia construtora do gaúcho no município de Passo Fundo está também ligada ao tradicionalismo, pois a maioria dos historiadores possui uma ligação estreita com entidades socioculturais que defendem o gauchismo, como é o caso de Jobs Paim Bandeira (fundador dos Cavaleiros do Mercosul), Welci Nascimento (Ex-patrão do CTG Lalau Miranda), Orfilina Vieira Melo, Marilda Kirst Parizzi (1983) e outros. Esses autores, além de historiadores, são considerados os maiores “tradicionalistas” do município. Assim, a

construção e a legitimação do gaúcho passo-fundense passa pela história e constrói um tipo antropológico fundamentado num único arquétipo, o gaúcho.

Isso se confirma, segundo Ironita Machado (2001), porque o agente historiador está engajado na produção de uma identidade que norteie o discurso de suas obras, e, em contrapartida, constrói também a memória de um povo, sugerindo a manutenção e o reconhecimento da existência social de uma elite cultural que confere laços de identidade. Além disso, na construção de conhecimento histórico, busca-se a memória dos antepassados, datas comemorativas e fotos históricas da região que possam legitimar um mito fundador da identidade gaúcha de Passo Fundo.

A constatação historiográfica, literária, poética e musical leva a entender que o papel dos agentes historiadores foi determinante na construção social do gaúcho em Passo Fundo. Cabe dizer ainda que foi uma ilusão muito bem fundamentada e divulgada por Teixeira – com sua música (1960) e filme (1978), intitulado “Coração de Luto” – e que continua sendo legitimada pelos meios de comunicação e pelo poder público, enaltecendo a bravura dos gaúchos de Passo Fundo nas lutas políticas e militares que aqui existiram, principalmente na Batalha do Pulador. A propósito, esta Batalha é utilizada pelo Movimento Tradicionalista como “troféu”, uma relíquia da história do gaúcho no município (RIBAS, 2007).

O discurso historiográfico do município é duramente criticado por alguns autores, como Tau Golin, Ribas, Kujawa, quando fala da igualdade entre aqueles que construíram o gaúcho de Passo Fundo. Afirmam estes autores que o discurso que construiu o gaúcho de Passo Fundo camufla a real diferença, escravidão e subjugação de segmentos importantes na formação étnica do município, como é o caso do negro, do índio e do caboclo.

Ribas (2007) argumenta que houve, nesta cidade e região, escravidão, exploração e expropriação dos direitos dessas etnias. Entende o autor que embora elas também tenham sido responsáveis pelo desenvolvimento do Município, ficaram fora do discurso oficial, ou foram incorporadas num movimento que nivelou todos os participantes desse processo a um único tipo antropológico, ou seja, o gaúcho.

Vale lembrar que a maior parte dos historiadores diletantes está ligada ao tradicionalismo ou a instituições culturais históricas, folclóricas, literárias e, principalmente, tradicionalistas. Dessa forma, além da historiografia, é importante analisar a construção da história dos CTGs e do MTG deste município para entender a força homogeneizadora que esta organização sociocultural exerce na sociedade.

3.2 A importância dos CTGS e do MTG na construção do gauchismo em Passo Fundo

Vale lembrar, em primeiro lugar, que a história dos CTGs de Passo Fundo está ligada à historiografia, pois os CTGs, juntamente com os historiadores tradicionalistas, construíram um movimento sociocultural que se tornou homogêneo. Os historiadores mais influentes do município, tais como Welci Nascimento, Jobs Paim Bandeira, Marilda Kirst Parizzi, Orfilina Vieira Melo, afirmam ser os CTGs e o MTG o lugar da preservação cultural do povo rio-grandense e passo-fundense. Assim, os CTGs bebem das fontes históricas construídas pelos próprios tradicionalistas que evocam feitos históricos do passado, construindo identidades.

Esta ligação entre a historiografia, o MTG e os CTGs pode ser notada já na década de 50, devido à expansão do movimento. Isso se confirma porque, no início da década, foi fundado o primeiro CTG do município, sendo este o 4º do Estado do Rio Grande do Sul. A ideia da fundação desta agremiação foi trazida por um professor de Pelotas (SANTOS, 1997). O nome escolhido foi Lalau Miranda²⁵.

O CTG Lalau Miranda iniciou suas atividades incluindo em seu quadro de sócios-fundadores renomados historiadores do município, dentre eles destaca-se o historiador Welci Nascimento, consagrado pelo padrão do CTG Lalau Miranda na época como “um dos peões da cultura do CTG” (RIBAS, 2007. p. 440), o que evidencia a ligação do autor com o tradicionalismo e sua militância nesta entidade tradicionalista.

O CTG Lalau Miranda também foi importante na divulgação e solidificação das artes e danças de salão no município, patrocinando e realizando em sua sede cursos de danças de salão. O intuito era o de levar aos associados as “raízes” das “autênticas” danças de salão, pois “tinham o desejo de aprender corretamente as danças gaúchas de salão” (CAMARGO, 1997 p. 104), inventadas pelos próprios fundadores do tradicionalismo.

O idealizador deste projeto, financiado por Lalau Miranda, foi o professor Camargo, com o grupo “Estampa Gaúcha”. Camargo ministrou cursos destas danças em São Paulo e Mato Grosso do Sul, representando exclusivamente o CTG Lalau Miranda, e mais tarde,

²⁵ O CTG Lalau Miranda foi fundado em 24 de março de 1952, quando reuniu-se em Passo Fundo, nas dependências do Clube Comercial, uma comissão provisória, entre os membros estava Múcio de Castro. A ideia foi trazida por um professor de Pelotas chamado Antônio Donin (SANTOS, 1997). Era fundado o primeiro CTG do município e o 4º do Estado (CAMARGO, 1997). O patrono do novo CTG foi Estanislau de Barros Miranda, conhecido como Lalau Miranda. Este possuía razoáveis posses, era campeiro, músico e muito bem relacionado, nascido em Passo Fundo e filho de Francisco de Barros Miranda, herói da Guerra do Paraguai. Lalau Miranda presidiu o Conselho Municipal de Passo Fundo, em 1865.

prestou serviços a todos os CTGs da região, sendo consagrado pelo MTG como o melhor professor de danças de salão do estado (CAMARGO, 1997).

A ligação dos CTGs com o tradicionalismo também se percebe através da música regionalista. A obra da tradicionalista Orfilina Vieira Melo reflete esta influência da cultura gaúcha, onde a predileção por um tipo específico de música está ligada a uma instituição ideológica, chamada CTGs. Isso fica evidenciado em seu livro quando ela afirma “com toda a certeza, os CTGs desempenham um papel fundamental na formação cívica, cultural e artística de várias gerações, desde a sua criação e afirmação” (1998, p. 20).

Corroborando essa ideia, o CTG Lalau Miranda foi um dos precursores na divulgação da música regionalista, tendo realizado o primeiro programa de rádio transmitido ao vivo diretamente do CTG (MELO, 1998). Além disso, promoveu por muitos anos, juntamente com a Prefeitura Municipal, o Rodeio de Passo Fundo. Algum tempo depois, os demais CTGs fundados na década de 60 e 70 também aderiram à promoção do evento. O Rodeio de Passo Fundo passou a ser considerado Internacional, mas também teve que passar pelo Crivo do MTG para ser aprovado.

Com a adesão de novos “escritores gaúchos” ao Movimento Tradicionalista, foram fundados vários CTGs no município. No ano de 1960, foi fundado o CTG Getúlio Vargas; em 1962, o CTG Fagundes dos Reis; em 1968, o CTG Osório Porto. Hoje, o município conta com mais de 10 entidades tradicionalistas²⁶ (CTGs), bem como diversas associações e grupos folclóricos, piquetes e associações, e o que é mais importante, todos filiados ao MTG.

O MTG (Movimento Tradicionalista Gaúcho) foi criado em 28 de outubro de 1966, na capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. A criação deste movimento é oriunda do anseio e da culminância do trabalho de muitos tradicionalistas, principalmente Paixão Cortes e Barbosa Lessa, que viam neste um órgão catalisador, disciplinador, orientador das atividades dos seus filiados, especialmente no que diz respeito àquilo que traz a sua Carta de Princípios e estatuto (MTG, 2008).

O MTG ressalta que os CTGs são a célula mais viva na construção da identidade gaúcha, identidade essa que busca a homogeneização de todos os seus filiados, pois não é reconhecida como tradicionalista a instância que não estiver filiada ao mesmo.

Como instância máxima do tradicionalismo, o MTG chega a Passo Fundo em 1968, dois anos após sua fundação em nível estadual. O objetivo era o de unir todos os CTGs

²⁶ A história de cada CTG pode ser verificada na obra da historiadora Marilda Kirst Parizzi (1983)

inaugurados no município, pois entre os anos de 1952 a 1968 já haviam sido fundados 5 CTGs no município, sem contar as outras entidades da região como o CTG Rincão Serrano de Carazinho, Felipe Portinho de Marau, ambos fundados em 1956, o que denota a grande força do movimento.

Dessa forma, foi instituída no município uma coordenação regional vinculada ao movimento Estadual, e Passo Fundo passou a constituir a 7ª Região Tradicionalista do MTG, tendo seu estatuto aprovado em 1968 (PARIZZI, 1990). Seu primeiro conselheiro, ou coordenador provisório, foi o Sr. Nelson Petry, primeiro apresentador do programa radiofônico ao vivo do CTG Lalau Miranda. Segundo os estatutos do MTG, o coordenador deve ser trocado a cada ano, o que não foi diferente em Passo Fundo. A sede do MTG passou por vários municípios da região desde a sua fundação, mas, devido à centralidade e ao número de entidades tradicionalistas, a sede definitiva passou a ser em Passo Fundo.

A preocupação deste movimento em Passo Fundo foi, sobretudo, aglutinar todos os movimentos tradicionalistas (CTGs) numa única entidade representativa que zela pelas “raízes” da cultura gaúcha, pois “o movimento que não tem raízes firmes na cultura é um movimento supérfluo, os indivíduos que nele militam não tendo conhecimento básico do que estão pregando, discorrem ao sabor de modismos e gauchadas” (PARIZZI, 1990, p. 87).

Nesse sentido, Parizzi (1990) afirma que todos os CTGs devem seguir as normas do MTG, pois, do contrário, podem nascer certos modismos dentro do próprio movimento. Assim, a 7ª Região Tradicionalista segue a cartilha daquilo que é aprovado nos encontros e congressos estaduais do MTG, onde se decidem os rumos que esta entidade e as filiadas a ela devem seguir.

Portanto, os objetivos do MTG, bem como da 7ª Região Tradicionalista estão dentro dessa perspectiva e Parizzi os apresenta desta forma:

O MTG (Movimento Tradicionalista Gaúcho) de Passo Fundo tem como premissa ‘a cultura’, preservar o patrimônio, legado por nossos antepassados que perpassam os tempos, não deve sofrer adulterações das correntes oposicionistas, a fim de que suas raízes profundas de conhecimento populares e seus adeptos representados por elementos que congregam os centros de tradições preservem e cultuem as origens de nossa cultura, sem modismos (1990, p. 88).

É importante observar que o MTG prima pela preservação do patrimônio legado pelos antepassados sem sofrer alterações através dos tempos. Ora, essa narrativa mostra que os costumes e tradições são criados e, não podendo sofrer alterações, levam ao essencialismo.

Ainda segundo o MTG, os CTGs têm a finalidade e o dever de preservar e manter essa essência.

A influência da 7ª Região Tradicionalista na divulgação, orientação e na deliberação de projetos ligados ao tradicionalismo é arbitrária, isto é, os projetos culturais que não seguem os princípios do MTG são refutados. Esse foi o caso do projeto “Passo Fundo Tchê a Cidade mais Gaúcha do Rio Grande do Sul”²⁷, lançado no dia 13 de outubro de 1980, oficializado pela Lei nº 1922, de 28 de dezembro de 1980. O projeto não foi aceito pelo MTG e pelos CTGs porque o mesmo trazia a figura de um gaúcho estilizado, uma culinária adaptada à região, uma indumentária fora dos “padrões” e, desta forma, segundo o MTG, o projeto feria a essência do gaúcho, sua tradição e cultura.

Por outro lado, o projeto da 1ª Amostra da Cultura Gaúcha, realizada em Passo Fundo, primeiramente pelo CTG Tropel de Caudilhos, foi apoiado e oficializado pelo MTG em 1993. Até esta data, vinham acontecendo apenas desfiles de cavalaria, sem uma amostra temática.

O objetivo desse evento apoiado pelo MTG da 7ª Região Tradicionalista era dar um novo enfoque às comemorações da Semana Farroupilha, além de ensinar aos associados dos CTGs os costumes, princípios, hábitos e tradições do povo gaúcho, especialmente os passo-fundenses, para que território e povo soubessem se diferenciar, pelo seu grande amor pela terra, na reverência aos seus vultos históricos, na fidelidade aos costumes centenários, mas sempre atuais. Outro objetivo desta amostra era a de proporcionar aos quadros sociais dos CTGs um estudo acerca dos conhecimentos históricos relativos à formação e transformação do Estado, através da rememoração dos costumes dos antepassados que estavam como que esquecidos (MUSSINI, 1993).

Dessa forma, o projeto construído em Passo Fundo foi aprovado e recomendado pelo MTG no 38º Congresso Tradicionalista, ocorrido em Santo Ângelo, em 1993, que, inclusive, tornou oficial o desfile da Amostra da Cultura Gaúcha em todo o estado.

Isso denota mais uma vez a força política do MTG. E também fica claro que quando os projetos ligados ao tradicionalismo não possuem objetivos que busquem construir a memória dos antepassados, elevados a heróis e amantes de seu chão, da sua terra, estes não são apoiados.

²⁷ Cf. o projeto original apresentado por Walmor Palma à prefeitura de Passo Fundo que será analisado mais tarde.

A força política, cultural e histórica do MTG se revela por meio da quantidade de CTGs que possui. Atualmente, são mais de 10 entidades filiadas, sem contar com os piquetes e grupos folclóricos. Isso denota que o tradicionalismo se tornou uma das maiores forças ideológicas do município, seguindo a cartilha do Estado, visto que o seu objetivo é, segundo Parizzi embasado nas palavras de Barbosa Lessa: “operar para que todos os indivíduos que compõem a Região sintam os mesmos interesses, os mesmos afetos, e desta forma integrem a unidade psicológica da sociedade regional”. (1990, p.88).

Essa forma de agir mostra uma preocupação com aquilo que é considerado “essencial” à cultura gaúcha. Leva a entender que o Movimento Tradicionalista Gaúcho fundado em Passo Fundo aos moldes do MTG Estadual, por meio da 7ª Região Tradicionalista, é essencialista, típico de um movimento instrumentalizador, homogeneizador e aglutinador, construindo a ideia de que Passo Fundo cultua o que há de mais autêntico na cultura sul-rio-grandense.

Por fim, Passo Fundo se tornou um município de forte cunho tradicionalista, construído pela historiografia, pelos CTGs e pelo MTG, tendo sempre a preocupação com a preservação dos costumes, das tradições dos antepassados, negando os modismos e os movimentos gauchescos estilizados.

Por outro lado, mesmo sem o apoio do MTG e dos CTGs, o projeto “Passo Fundo Tchê a Cidade mais Gaúcha do Rio Grande do Sul” teve uma repercussão muito forte sobre a construção da ideia de que Passo Fundo é uma cidade fortemente tradicionalista, considerada inclusive “a mais gaúcha do Estado”. Este projeto será analisado agora.

3.3 O projeto “Passo Fundo Tchê a mais Gaúcha Cidade do Rio Grande do Sul”

A construção da identidade gaúcha no município de Passo Fundo não está ligada apenas à historiografia, aos CTGs e ao MTG, mas também a políticas públicas com apoio do empresariado municipal. O projeto “Passo Fundo Tchê a mais Gaúcha Cidade do Rio Grande do Sul” foi idealizado por um empresário da cidade e, posteriormente, apoiado e oficializado pelo poder público municipal.

Destaca-se agora como nasceu o projeto e a forma pela qual este construiu a ideia de que Passo Fundo é uma cidade de tradições gaúchas, inclusive sendo idealizada como a mais gaúcha do Estado do Rio Grande do Sul.

O projeto “Passo Fundo Tchê a mais Gaúcha Cidade do Rio Grande do Sul” é de autoria de Walmir Palma, jornalista, cronista esportivo, chargista, cartunista, e desenhista de publicidade. Convidado pelo poder público para desenhar o símbolo e o logotipo do *slogan* “Passo Fundo a Capital do Planalto”, o autor escreve que “existia alguma possibilidade, mas muito remota, de fazer algum desenho baseado no mesmo” (PALMA, 1977, p. 1).

O autor argumenta ainda que sentia uma “imensa dificuldade no momento de, através de um desenho, símbolo ou logotipo, representar Passo Fundo, pelo simples fato de que Passo Fundo não tem nada de especial, nada que pudesse destacar, por alguma razão, o município dos outros” (PALMA, 1977, p. 1)

O poder público, na tentativa de reverter essa situação, criou então um concurso para escolher um novo slogan para o município. O escolhido foi “Passo Fundo, Passo Firme para o Progresso”. Este também não teve o impacto desejado.

Palma (1977) destaca que tendo o hábito de constantemente procurar descobrir ideias publicitárias e promocionais, passou a procurar uma “fórmula especial” para, de alguma maneira, auxiliar no desenvolvimento de Passo Fundo, ou pelo menos divulgar o seu nome. Teve então a ideia de criar o slogan “Passo Fundo Tchê”, que mais tarde, se tornou o projeto turístico “Passo Fundo Tchê, a mais Gaúcha Cidade do Rio Grande do Sul”.

A idéia teve início quando a algum tempo por ocasião de uma curta viagem que fiz, deparei com um homem vendendo cuias a beira da estrada, como achei que as mesmas eram de boa qualidade comprei um lote com a intenção de vendê-las após pirografadas com alguns desenhos. Quando desenhava nelas motivos gauchescos que sem dúvida eram os mais próprios tinha intenção de gravar nelas a tradicional frase ‘lembrança de’ no caso lembrança de Passo Fundo – depois, para fugir a essa frase que já era comum e já se havia tornado vamos dizer ‘um Clichê’ como é do meu feitio, procurei encontrar alguma coisa diferente e acabei escrevendo depois de estudar outras alternativas a frase Passo Fundo Tchê. (PASSO FUNDO TCHÊ, 1977).

As cuias referidas pelo autor foram revendidas rapidamente, obtendo boa aceitação por parte da comunidade. A partir disso, Walmir começou a confeccionar camisetas, chaveiros e adesivos com a logomarca “Passo Fundo Tchê”. Através destes resultados, diz Palma, “nasceu então a ideia de transformar Passo Fundo numa cidade gauchesca, ou seja, a

ideia de transformar Passo Fundo na “Mais Gaúcha Cidade do Rio Grande do Sul”, sobretudo, uma cidade TURÍSTICA!” (1977, p. 6).

Na década de 80, Walmir Palma, idealizador do projeto, apresenta-o a outro empresário de influência na cidade, do ramo de comércio, trata-se de Aldo Battisti. Aldo, na época, era o presidente da CICASP (Câmara da Indústria Comércio Agropecuária e Serviços de Passo Fundo), hoje conhecida como ACISA (Associação do Comércio, Indústria e Serviços de Passo Fundo), e apresentou o projeto ao empresariado da cidade no dia 13 de outubro de 1980, sendo este aceito com entusiasmo pela entidade.

Da mesma forma, Aldo Battisti apresentou o projeto também ao poder público municipal, que oficializou-o pela Lei nº 1922, de 28 de dezembro de 1980. A partir daí, iniciou-se a execução do projeto e a construção de Passo Fundo como a cidade mais gaúcha do Rio Grande do Sul.

Instituiu-se, primeiramente, como símbolo máximo do projeto, a bota com a escrita “Passo Fundo Tchê”:



Figura 1 – Bota símbolo do projeto Passo Fundo, tchê

Fonte: CICASP, 1981

Realizou-se também a construção de outros elementos simbólicos do projeto, como, por exemplo, a da cuia existente na Praça Marechal Floriano, no centro da cidade. A cuia foi oficializada pelo poder público municipal como símbolo da cultura gaúcha na cidade.

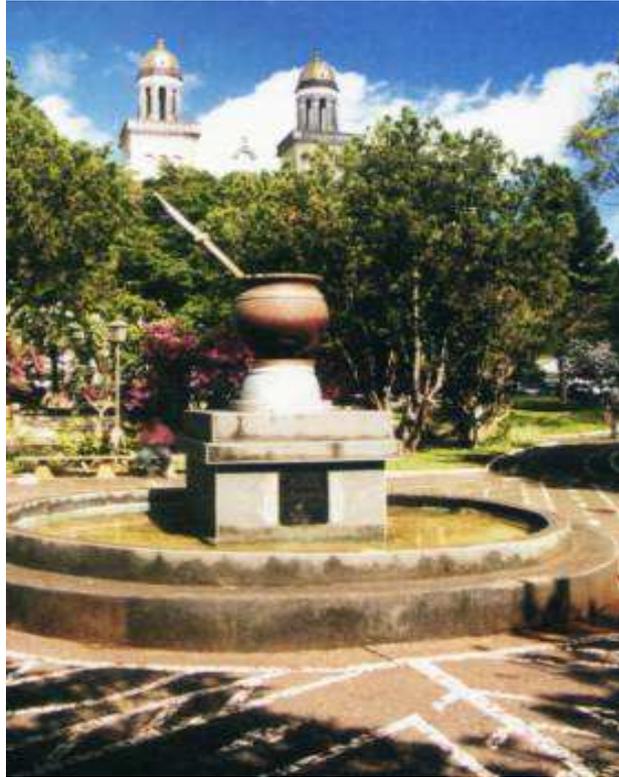


Figura 2 – Praça Marechal Floriano (Praça da cuia)

Fonte: Registros fotográficos – Prefeitura Municipal de Passo Fundo, 2007

Também foi construído o pórtico de entrada do parque de rodeios que tem como símbolo um chapéu apoiado em um par de botas, como pode ser visto na ilustração.



Figura 3 – Complexo turístico da Roselândia – Parque de Rodeios

Fonte: Registros fotográficos – Prefeitura Municipal de Passo Fundo, 2007

Os símbolos, como a bota, a cuia e o pórtico de entrada do parque de rodeios foram elaborados pelo projeto “Passo Fundo Tchê, a mais Gaúcha Cidade do Rio Grande do Sul” e construídos pelo poder público municipal.

Faz-se importante abrir um parêntese a respeito das figuras consideradas “ícones” do gauchismo, tais como a bota com as esporas e o chapéu. Vale lembrar que a bota foi desenhada por uma estilista de São Paulo, como foi o caso também de todas as figuras do projeto²⁸. Esta foi justamente a crítica que o MTG fez ao projeto, pois a “bota símbolo” não possuía as características típicas de uma “autêntica” bota gaúcha, mas trazia traços que lembram os rodeios paulistas, ou ainda, lembram botas *country*. O chapéu, segundo os críticos, segue esta mesma linha e também não faz lembrar um “verdadeiro” chapéu gaúcho.

Nesse sentido, entende-se o porquê da crítica do MTG ao projeto, visto que as figuras consideradas “essenciais” pelos tradicionalistas apareciam em forma estilizada e não traziam as características “típicas” do Movimento Tradicionalista Gaúcho. Mais uma vez se evidencia que o gauchismo preza pelos “autênticos” costumes do gaúcho e não aceita os modismos que podem “poluir” esta autenticidade.

Por outro lado, nos objetivos do projeto “Passo Fundo Tchê a mais Gaúcha Cidade do Rio Grande do Sul”, é possível observar que o autor se refere à cultura gaúcha e às tradições como essenciais e indispensáveis para a construção da identidade gaúcha no município. Palma argumenta que

não queremos de modo algum depreciar os trajes essas consideras indispensáveis, pois representam as nossas tradições e o nosso folclore e nunca deverão deixar de ser usados, especialmente no momento de representar as várias épocas, costumes e a história do Rio Grande do Sul (1977, p.10).

O autor destaca ainda que as escolas seriam importantes na criação da identidade gaúcha, se instituíssem o uso da “pilcha gaúcha” como uniforme. Argumenta Palma que

poder-se-ia através de um estudo mais profundo encontrar uma forma de uniformizar os alunos, pelo menos os das escolas municipais, de maneira muito especial e característica, para que essas crianças com seu vai-e-vem pela cidade dessem aquele colorido, aquela alegria, e ao mesmo tempo criassem um excelente ambiente (PALMA 1977, p. 10)

²⁸ Conforme documentos oficiais do projeto, BATISTI, Aldo B. PASSO FUNDO, TCHÊ. A mais Gaúcha Cidade do Rio Grande do Sul. 16 de novembro de 1981.

Além disso, sugere que poderia ser criado um museu com a exposição das antigas artes gauchescas, trajes e objetos usados através dos tempos para que não se perdessem as “raízes” da cultura gaúcha. Além dos museus, o projeto propunha a criação ou adaptação de uma Igreja a fim de torná-la um “TEMPLO CRIOULO” para a organização de festas religiosas, com missas ou cultos ecumênicos, casamentos, batizados e festas “À GAÚCHA”.

Constava também no projeto a organização de uma feira de livros, com obras referentes à cultura, poesias, contos, mitos, costumes e folclore gaúcho.

Destacam-se ainda a criação da secretaria responsável pela cultura do município – a PASSOTUR (Secretaria de Turismo, Cultura e Desporto) –, a elaboração do projeto “Cultura e Folclore nas Escolas Municipais de Passo Fundo”, a realização do 1º Rodeio Crioulo Regional de Passo Fundo, a 1ª Carreta da Canção Nativista de Passo Fundo e o projeto Programa Permanente de Fomento à Tradição e Folclore, realizado junto às escolas municipais. Essas ações foram realizadas todas na década de 80.

No que se refere às ações do poder público para o fortalecimento e utilização da identidade gaúcha no município, merece destaque a criação do PASSOTUR (Secretaria de Turismo, Cultura e Desporto) em substituição à Diretoria de Turismo. A criação deste órgão mostra que o poder público e político passou a regular a cultura, moldando as ações culturais em prol de uma identidade a ser criada, representando e moldando, assim, também as atitudes e ações da comunidade.

Nesse caso, o poder público municipal de Passo Fundo tornou o projeto turístico cultural um mecanismo regulador, vindo ao encontro daquilo que Hall (1997) chama de governo através da cultura. A cultura, no caso, molda e influencia as ações, ou seja, “toda a nossa conduta e todas as nossas ações são moldadas, influenciadas e, desta forma, reguladas normativamente pelos significados culturais. Uma vez que a cultura regula as práticas e condutas sociais, neste sentido, então, é profundamente importante *quem regula a cultura*” (1997, p. 41).

Com o intuito de fazer essa regulamentação, a criação da PASSOTUR foi indispensável, sendo que esta foi instituída dois meses depois do lançamento do projeto “Passo Fundo Tchê, a mais Gaúcha Cidade do Rio Grande do Sul” e a CICASP indicou o secretário da nova pasta²⁹.

²⁹ Conforme documentos oficiais do projeto, BATISTI, Aldo B. PASSO FUNDO, TCHÊ. A mais Gaúcha Cidade do Rio Grande do Sul. 16 de novembro de 1981.

A CICASP, através de seu presidente, enviou ao poder público municipal o ofício de nº 034/81, sugerindo que a terminologia “Passo Fundo Tchê” fosse usada nos relatórios, documentos oficiais ou pronunciamentos das autoridades municipais quando estes se referissem à cidade, visto que muitos comerciantes já estavam utilizando a logomarca em seus estabelecimentos, até em notas fiscais remetidas a outros estados da federação³⁰.

O uso da terminologia “Passo Fundo Tchê” passou a integrar, então, os ofícios, cartas, mensagens de Natal, propagandas, convites e despachos da Prefeitura Municipal, bem como, da CICASP (Câmara da Indústria, Comércio, Agropecuária e Serviços de Passo Fundo).

A Prefeitura Municipal de Passo Fundo, através da PASSOTUR, participou efetivamente da realização do primeiro Rodeio Crioulo de Integração em caráter regional, realizado nos dias 2, 3 e 4 de janeiro de 1981. Mais tarde, em 1985, o Rodeio se tornou de âmbito internacional (RAMPAZZO, 1992). Além da premiação em valores, a Prefeitura sempre esteve envolvida também na programação do Rodeio Internacional e na realização das obras de infraestrutura necessárias para o bom andamento do evento.

Além disso, a PASSOTUR realizou outros eventos ligados ao gauchismo, como a 1ª Carreta Canção da Música Nativista do Rio Grande do Sul, realizada em Passo Fundo nos dias 29 e 30 de setembro e 1,2,3 de outubro de 1982. Também promoveu o concurso da mais linda gaúcha do município, evento em que as candidatas desfilaram “devidamente” pilchadas³¹.

Dessa forma, observa-se que o poder público municipal investiu na cultura e no lazer fortalecendo a identidade e a ideia de que Passo Fundo era realmente uma cidade gaúcha e que cultua a tradição.

Outro projeto realizado pelo poder público municipal, por meio da Secretaria da Educação, diretamente ligado ao Passo Fundo Tchê, foi o projeto Prática do Tradicionalismo e Folclore Gaúcho nas Escolas. O foco de ação foram as escolas municipais de Passo Fundo e o projeto contou com apoio da CICASP, do MTG, em especial da 7ª região Tradicionalista, da FNART/MEC – Fundação Nacional de Arte e da Secretaria da Cultura, Desporto e Turismo do Estado do Rio Grande do Sul.

³⁰ Cf. ofício nº 034/81 enviado ao Sr. Prefeito Firmino Duro, assinado pelo presidente da CICASP, Gilson Grazziotin, e Aldo Battisti, presidente da comissão de cultura da mesma entidade, em 29 de janeiro de 1981.

³¹ Cf. cartilha e regulamento do Festival.

Segundo Welci Nascimento, secretário da Educação do Município na época, este projeto obteve grande aceitação nos vários segmentos da sociedade. Nas escolas, professores e alunos descobriram “valores adormecidos” e fontes significativas de pesquisa e de informação, e os pais participaram com entusiasmo nas promoções de caráter folclórico³². (NASCIMENTO, 1981). O projeto Prática do Tradicionalismo e Folclore Gaúcho nas Escolas teve início no ano de 1981, e foi realizado por três anos consecutivos, constituindo-se num elemento importante na construção do gauchismo em Passo Fundo.

Nos anos 90, ainda com a ideia de construir e afirmar a cultura voltada para o gauchismo, outro projeto é lançado junto à Secretaria Municipal de Educação, trata-se do “Programa Permanente de Fomento a Tradição e Folclore”, criado e oficializado pela Lei Municipal nº 2830, de 11 de dezembro de 1992. O referido projeto objetivava despertar nos alunos o gosto pelo folclore, o conhecimento, a valorização e a vivência do folclore rio-grandense nas suas diversas manifestações, principalmente através das invernadas de danças, declamações, artesanato campeiro, etc.

Este projeto teve grande êxito nas escolas municipais de Passo Fundo, resultando na criação de 33 invernadas de danças. Em 1993 o programa também foi incorporado ao Rodeio Internacional de Passo Fundo com a participação das escolas em todas as modalidades artísticas do rodeio, exceto a parte campeira como laço e gineteada.

O “Programa Permanente de Fomento a Tradição e Folclore” vigorou até 1997 e, conforme Dutra (2008)³³, foi importante para solidificar ainda mais a ligação de Passo Fundo com o Tradicionalismo Gaúcho e manter não apenas invernadas artísticas nas escolas, mas para fortalecer as invernadas dos próprios CTGs, pois os alunos que dançavam nas invernadas das escolas também atuavam em suas entidades tradicionalistas.

Ainda nos anos 90, Passo Fundo entra no cenário cultural de uma forma mais global, ou seja, é realizado pela primeira vez no município o Festival Internacional de Folclore. O evento ocorreu no período de 17 a 31 de agosto de 1992, e foi promovido pelo CIOFF (Conselho Internacional das Organizações de Festivais de Folclore), com representação oficial em Passo Fundo, pela Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores. Este festival, além de trazer grupos artísticos internacionais, incluía nas apresentações invernadas artísticas de CTGs

³² Cf. NASCIMENTO, Welci. Relatório das atividades do projeto “Prática do Tradicionalismo e Folclore nas Escolas”. Passo Fundo, 1983.

³³ Cf. Paulo Gilberto Bilhar Dutra, funcionário da Câmara Municipal de Passo Fundo, e funcionário da Secretaria de Cultura e Desporto, Presidente da Seção Nacional de C.I.O.F.F.- em conversa informal sobre a cultura gaúcha em Passo Fundo, no dia 06/06/2008.

de todo o Estado, bem como das escolas municipais de Passo Fundo em praticamente todas as noites do evento. Os órgãos municipais tinham o objetivo de mostrar os valores culturais e folclóricos da cultura gaúcha no município (CIOF, 1992).

É importante observar e lembrar que os projetos culturais do município envolveram de uma forma significativa a educação, tornando-a um elemento importante na construção da identidade gaúcha. Através do estudo da história, da memória e da tradição, disciplinava-se também a ideia de que a cultura gaúcha é a mais importante, singularizando o gauchismo como a única digna de ser lembrada e construída.

Esta forma de homogeneização e construção identitária e cultural pode ser notada no município de Passo Fundo por meio dos aparelhos educacionais, que transmitiam aos alunos a perspectiva de uma História do Rio Grande do Sul e uma História de Passo Fundo fundamentalmente ligadas à figura do gaúcho.

A educação, vinculada ao poder público municipal, regula, legitima e auxilia na construção da identidade ligada ao gauchismo no município. Além disso, como afirma Afonso (2001), esta identidade transmite e legitima um projeto social integrador, como foi o caso do projeto “Passo Fundo Tchê a cidade mais Gaúcha do Rio Grande do Sul”.

3.4 A imprensa no contexto da criação do projeto “Passo Fundo Tchê a mais Gaúcha Cidade do Rio Grande do Sul”

A imprensa tem uma função importante na construção e divulgação de um projeto turístico identitário. Isso pode ser notado na medida em que os meios de comunicação fortalecem a elaboração de um imaginário social. Além disso, a imprensa possui grande poder de persuasão, influenciando a construção de práticas culturais, modos de vida e formas de agir num dado local. No caso do município de Passo Fundo, este imaginário tem como figura central o gaúcho.

O imaginário social é constituído de representações pelas quais um grupo expressa suas aspirações e desejos, através das representações ideológicas que uma comunidade pretende afirmar. Para Baczko (1984), o imaginário social é uma força que regula a vida coletiva, exercendo também certo controle através de mitos, ideias e modos de ação que

buscam uma homogeneidade social. Segundo o autor, “os imaginários sociais são referências específicas no vasto sistema simbólico que produz toda coletividade e através do qual ela se percebe, se divide e elabora suas finalidades” (BACZKO, 1984, p. 27).

A imprensa participa da elaboração deste imaginário que produz a consciência de simultaneidade e possibilita a criação de um espírito de pertencimento, ligando os indivíduos a um sentimento identitário comum, como nos afirma Hall (1998). A vivência dos indivíduos que compartilham destes sentimentos no imaginário social auxilia no processo construtivo da identidade cultural.

Para entender a importância da imprensa no processo de construção da identidade gaúcha no município de Passo Fundo, serão tratadas as manchetes dos principais jornais que retrataram o assunto, principalmente nos anos de 1980 a 1983. Dentre eles, destacam-se os jornais de Passo Fundo – O Nacional e Diário da Manhã –, bem como outros jornais de circulação estadual e nacional, tais como, Correio de Povo, Folha da Tarde, Zero Hora e Folha de São Paulo.

Em agosto de 1980 os jornais O Nacional³⁴ e Diário da Manhã noticiaram que CICASP encampara projeto “Passo Fundo a mais Gaúcha Cidade do Rio Grande do Sul”³⁵, dando início à divulgação do projeto. O Jornal Correio do Povo também trouxe reportagem a esse respeito com a manchete: “Projeto transforma Passo Fundo na mais gaúcha das cidades”³⁶. A Folha da Tarde também apresenta uma reportagem afirmando que “Passo Fundo será a mais gaúcha das cidades, Tchê”³⁷ e ressalta que a “Capital do Planalto vai se lançar no mercado turístico explorando a imagem que dela faz o País, ou seja, uma cidade típica dos pampas, remodelando até a arquitetura da cidade”.

Em setembro de 1980, o Jornal O Nacional abordou uma entrevista com o apresentador do projeto Walmor Palma, trazendo como título: “Passo Fundo Tchê a mais gaúcha cidade do Rio Grande do Sul”³⁸. Em outubro, o jornal destaca: “Passo Fundo, Tchê - a mais gaúcha cidade do Rio Grande foi apresentado na CICASP e entusiasmo”³⁹.

No mesmo ano ainda foram publicadas mais de 30 reportagens sobre o assunto, em nível regional, nos jornais O Nacional e Diário da Manhã. Ressalta-se que as reportagens

³⁴ Quando nos referirmos às notícias publicadas nos jornais e revistas, apresentaremos a data da publicação e o ano em nota de rodapé.

³⁵ Diário da Manhã, Passo Fundo: 29/08/1980.

³⁶ Correio do Povo, Porto Alegre: 24/9/1980.

³⁷ Folha da Tarde regional, Porto Alegre: 24/9/1980.

³⁸ O Nacional, Passo Fundo: 29/9/1980.

³⁹ O Nacional, Passo Fundo: 13/10/1980.

obtiveram atenção especial nos meses de agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro. Na ocasião grande parte do comércio de Passo Fundo e o Poder Público utilizaram os jornais para trazer felicitações comemorativas de Natal e Ano Novo, estampando os símbolos do projeto.

Após o lançamento do projeto pelo poder público municipal, as reportagens se intensificaram, conclamando a participação mais efetiva da comunidade local, comércio e serviços. Isso demonstra que a imprensa tem um papel importante no poder de persuasão e na criação do imaginário social, neste caso, o imaginário do gaúcho em Passo Fundo.

A utilização dos símbolos gaúchos no comércio e serviços se fez conhecer através das reportagens realizadas pelos jornais locais. Foi o jornal O Nacional, por exemplo, que trouxe ao conhecimento da comunidade o caso do Banco Itaú, agência de Passo Fundo, que utilizava a terminologia Tchê nas suas divulgações em nível nacional e a ilustração do símbolo do projeto, a cuia, no talão de cheques.

Em suas reportagens, a imprensa enaltecia os elementos tradicionais da cultura gaúcha para engrandecer a tradição na cidade, como podemos observar na seguinte frase: “Barbaridade de cidade bonita, Tchê! A roda de chimarrão, o churrasco delicioso e todas as tradições gaúchas. Em Passo Fundo, pode entrar que a casa é sua, Tchê!”⁴⁰. Esta forma de veiculação das reportagens, aliada à maneira ufanista com que se apresentavam as manchetes, auxiliou na criação do imaginário social ligado ao gauchismo no município.

O Secretário de Turismo e Cultura do Estado, Barbosa Lessa, tomou conhecimento do projeto e decidiu que o Estado daria prioridade ao projeto “Passo Fundo, Tchê”⁴¹. Nessa perspectiva, o jornal Zero Hora, de Porto Alegre⁴², publicou uma matéria, no dia 05 de agosto de 1980, sobre a cidade de Passo Fundo, anunciando esta comemorativa 124 anos de emancipação e o poder público estava eufórico por conta dos preparativos de lançamento em nível estadual do projeto “Passo Fundo Tchê”, marcado para o dia 06 de agosto de 1981, pelo então vice-governador, Otavio Germano.

No dia do lançamento do projeto, os jornais locais assim se referiram ao acontecimento: “Paulo Pires: o projeto ‘Cidade mais Gaúcha do Rio Grande do Sul’ é irreversível”⁴³. O Nacional traz a manchete: “Projeto ‘Passo Fundo, Tchê’ e Pólo Cultural vão

⁴⁰ O Nacional, Passo Fundo, 24/01/1981.

⁴¹ O Nacional, Passo Fundo: sexta-feira, 17/07/1981.

⁴² Jornal Zero Hora, Porto Alegre, 05/8/1981.

⁴³ O Nacional, Passo Fundo, 04/8/1981.

ser oficializados hoje”⁴⁴. No dia seguinte, outra manchete: “Passo Fundo é pólo cultural da região”⁴⁵. É importante observar como a imprensa constrói um imaginário, uma ideia de pertencimento, pois pouco depois de um dia após o lançamento do projeto em nível estadual, a referida reportagem afirma categoricamente que “Passo Fundo é pólo cultural regional”, mesmo o projeto estando apenas no início.

A forma ufanista como o jornal *Diário da Manhã* escreveu seu editorial, no dia 07 de agosto de 1981, retratava a importância do projeto. O texto afirmava que para Passo Fundo “tal evento é de um significado tão grande ou maior que o da sua emancipação político-administrativo”⁴⁶ e acrescentava que “a comunidade passo-fundense é co’responsável no desenvolvimento do projeto Passo Fundo Tchê”⁴⁷. O jornal *Diário da Manhã*, através deste editorial, supervaloriza o projeto “Passo Fundo Tchê”, na medida em que o compara ao processo emancipador político-administrativo, dizendo ainda que o mesmo poderia ser até mais significativo. Outra característica importante desta reportagem está no fato de que o jornal chama a comunidade para auxiliar na construção do projeto identitário do município, fazendo um papel de construtor da tecitura do imaginário social ligado ao gaúcho.

Além dos jornais, a revista *Marketing* de agosto de 1981 traz uma reportagem significativa de quatro páginas sobre o projeto, afirmando que o município poderia se tornar um pólo cultural e um importante centro de cultuação das tradições gaúchas. O título da reportagem foi: “Projeto faz de Passo Fundo a mais gaúcha cidade do RS”. Nesta matéria, a autora garante que

até pouco tempo atrás era apenas um slogan. Hoje, Passo Fundo Tchê, a mais Gaúcha Cidade do Rio Grande do Sul é uma realidade que começa a criar corpo através de um projeto turístico com o objetivo de dar uma nova cor local à região, transformado Passo Fundo em um importante centro de atrações capazes de retratar fielmente os hábitos e costumes do povo gaúcho (ELIANE, 1981, p. 08).

A participação da imprensa na divulgação do projeto foi significativa devido à frequência – e também ao teor – das reportagens realizadas. Nos jornais *Diário da Manhã* e *O Nacional*, no mês de agosto, foram publicadas mais de 14 reportagens falando sobre o projeto; em setembro, foram ao todo 20 reportagens; em outubro, foram 15; em novembro e dezembro de 1981, foram publicadas 10 reportagens.

⁴⁴ *O Nacional*, Passo Fundo: 06/8/1981.

⁴⁵ *Idem*, 07/8/1981.

⁴⁶ *Diário da Manhã*, Passo Fundo, Editorial, 07/08/1981.

⁴⁷ *Idem*.

Além dos jornais regionais, no dia 08 de junho de 1982, a Folha de São Paulo traz a seguinte notícia: “A cidade gaúcha de Passo Fundo promove neste domingo, em seu calçadão central, uma festa regional com o nome de ‘Repondo’ a fibra gaúcha, com a qual concorre ao título de ‘Cidade mais Gauchesca do Estado’ (1982)⁴⁸.”

No mês de junho, os festejos de São João foram realizados à “moda gaúcha” em Passo Fundo. O que foi assim noticiado pelo jornal Zero Hora: “Passo Fundo faz hoje a festa do São João Gaúcho” tendo como lema “Respeitando a tradição: um São João com danças de chula e chimarrão”⁴⁹.

Além dos jornais, o futebol também foi usado como instrumento de formação de opinião e divulgação do projeto. Um exemplo disso foi o modo de vestir do técnico Juarez Vilela, que comandava o time do Esporte Clube Passo Fundo pilchado, sendo o “tradicionalismo do Esporte Clube Passo Fundo”⁵⁰ aprovado pela torcida.

Outro clube da cidade, o Esporte Clube Gaúcho, utilizou como fardamento camisas cujas golas traziam uma pintura em formato de lenço e calções com a figura de uma boleadeira. Numa das transmissões de jogos do clube, Edegar Schmidt, radialista e comentarista esportivo da Folha da Tarde, referindo-se à vestimenta dos jogadores, comenta:

quem diz que o fardamento de um time de futebol não pode ser criativo. O gaúcho[...] vai disputar a fase final da Segunda Divisão com dois símbolos bem rio-grandenses: a camiseta acompanhando a gola, tem a pintura de um lenço; e numa das pernas do calção a pintura de uma boleadeira. Quem sabe e já viu garante que ficou bonito. Isso faz parte da campanha turística Passo Fundo, a mais gaúcha das cidades gaúchas (1981).

O uso dos “símbolos” do tradicionalismo gaúcho nos vários segmentos da sociedade, como no esporte, auxiliou para a construção da identidade cultural no município e também para a divulgação desta em todo o Estado do Rio Grande do Sul.

Vale lembrar que a partir do projeto turístico identitário “Passo Fundo Tchê a mais gaúcha cidade do Rio Grande do Sul” nasceu o projeto Cultura e Folclore nas escolas. A imprensa também notificou com grande ênfase esse evento. Algumas reportagens tiveram destaque, entre elas a do jornal Diário da Manhã que diz: “Tradição e Folclore na Rede Municipal de Ensino”. Essa matéria relatou com entusiasmo a apresentação do referido

⁴⁸ Folha de São Paulo, São Paulo, 08/06/1982.

⁴⁹ Zero Hora, Porto Alegre, 06/06/1982.

⁵⁰ Diário da Manhã, Passo Fundo, 28/10/1999.

projeto no 27º Congresso Tradicionalista Gaúcho, em Bom Princípio, ocasião em que foi muito elogiado pelo MTG (Movimento Tradicionalista Gaúcho)⁵¹.

Quando da aprovação e implantação do projeto “Cultura e Folclore nas Escolas” em nível estadual pela Secretaria de Cultura do Estado, o jornal O Nacional noticiou o acontecimento, enaltecendo o projeto e enfatizando: “Tradição e Folclore na escola: Passo Fundo vai sediar um projeto piloto a nível estadual”⁵².

Em abril de 1982, o jornal Diário da Manhã destacou novamente o tradicionalismo por conta da realização de um treinamento (ocorrido em duas etapas) de professores sobre tradicionalismo gaúcho, enfatizando a participação da SMEC (Secretaria Municipal de Educação) apoiada pelo MTG, (Movimento tradicionalista Gaúcho) e IGTF (Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore)⁵³. No dia 16 de abril de 1982, cinco dias após a notícia sobre o treinamento dos professores, aconteceu o encontro “Tradição e Folclore”, assim noticiado pelo jornal: “100 professores no encontro Tradição e Folclore nas Escolas”⁵⁴. E no dia 20 do mesmo mês, o jornal publicou a seguinte matéria: “Encerrou o Treinamento sobre Tradicionalismo e Folclore”⁵⁵.

A segunda etapa do referido treinamento realizou-se em novembro de 1982, noticiada também pelo jornal O Nacional: “Realizada segunda etapa do Projeto Folclore e Tradicionalismo nas Escolas”⁵⁶.

O projeto “Passo Fundo Tchê a mais Gaúcha Cidade do Rio Grande do Sul” permaneceu oficialmente até o ano de 1984. A não continuação da execução do projeto se deve à mudança dos agentes do poder público municipal que não o levaram adiante.

Os jornais, então, passaram a veicular notícias relacionadas com o fencimento do projeto, lamentando o fato. Por outro lado, iniciou-se uma discussão questionando se Passo Fundo seria realmente a cidade mais gaúcha do Rio Grande do Sul e, assim, o foco da imprensa se voltou para preocupação a respeito do título de Cidade Mais Gaúcha do Rio Grande do Sul, se este era mesmo de Passo Fundo ou não.

É importante observar que o projeto deixou de ser trabalhado pelo poder público municipal, mas a ideia do “Passo Fundo Tchê a mais Gaúcha Cidade do Rio Grande do Sul”

⁵¹ Diário da Manhã, Passo Fundo, 07/01/1982.

⁵² O Nacional, Passo Fundo, 12/01/ 1981.

⁵³ Diário da Manhã, Passo Fundo, 11/04/1982.

⁵⁴ Idem , 16/04/1982.

⁵⁵ Diário da Manhã, Passo Fundo, 20/4/1982.

⁵⁶ O Nacional, Passo Fundo: 25/12/1982.

se perpetuou. Isso mostra a força da narrativa identitária do gaúcho em Passo Fundo, construída por movimentos socioculturais, pelo poder público municipal, pela educação e, por fim, pela imprensa.

Ressalta-se ainda que os vários movimentos socioculturais não necessariamente representam o gauchismo no município, mas constituíram uma narrativa que não só forjou o mito como o naturalizou.

CONCLUSÃO

Os estudos acerca das identidades regionais tomaram impulso significativo a partir do pós a segunda grande guerra, quando as identidades nacionais passaram a ser ameaçadas pelos fluxos migratórios e pelo processo acentuado da globalização. As identidades nacionais eram consideradas fixas e homogêneas, percebidas a partir de um viés essencialista pouco afeito à alteridade. A globalização, vale ressaltar, intensificou as resistências à homogeneização cultural, considerada uma ameaça às identidade nacionais e regionais. O enfraquecimento do Estado-nação, até então o cimento constitutivo das identidades culturais, suscitou movimentos de resistência culturais no seio do próprio Estado, promovendo o fenômeno do regionalismo e comunitarismo. Isso produziu diferentes resultados em termos de identidade e desencadeou resistências que afirmaram e fortaleceram algumas identidades nacionais, locais e regionais, ou mesmo suscitaram o surgimento de novas posições de identidade.

A identidade do lugar, portanto, passa pela cultura, visto que e esta voltou a ter um papel central no século XX, principalmente nos anos 50 em diante, influenciando todos os aspectos da vida social.

Isso nos parece importante, visto que as regiões fortalecem suas identidades, para que haja desenvolvimento tanto no aspecto econômico como sociocultural. Para Becker, fazem parte desta identidade a cultura e a natureza do local, pois “o cultural, produto das relações dos homens entre si e dos homens com a natureza do local, e o natural, transformam-se nos elementos possibilitadores ou limitadores de um desenvolvimento diferenciado do lugar” (BECKER 2000 p. 33).

No mundo globalizado novas identidades surgem impondo sua cultura e a questão do desenvolvimento reaparece, é o local que se fortalece, valorizando o desenvolvimento sociocultural regional.

Por tanto, as identidades regionais são criadas para proporcionar o desenvolvimento, tornando-se um fator preponderante na análise dos processos fortalecedores das identidades regionais, desde que estas não se mostrem essencialista e homogêneas . Desta foram, a partir do ponto em que há uma transmissão de relatos históricos, hábitos, crenças, e costumes de uma determinada cultura, esta pode auxiliar no desenvolvimento de características ligadas a

identidade do lugar, e quando estas características são moldadas, refletem na sociedade e condicionam o desenvolvimento local.

As identidades locais e regionais são construídas e naturalizadas através de narrativas e desta forma. Este processo pode ser observado a partir da construção de uma identidade em torno do gauchismo no Rio Grande do Sul, nomeadamente em Passo Fundo, objeto dessa pesquisa, fazem parte desse contexto de reavivamento do regionalismo do pós-guerra.

Diante de tais questões, o presente estudo teve como objetivo analisar a construção das narrativas identitárias que forjaram a imagem do gaúcho no referido município, destacando as estratégias utilizadas na naturalização da identidade cultural da região e os agentes sociais implicados nesse processo. Fala-se, aqui, da historiografia, do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), dos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs), dos projetos “Passo Fundo Tchê, a mais gaúcha cidade do Rio Grande do Sul”, “Cultura e folclore nas escolas municipais” e “Programa Permanente de Fomento a Tradição e Folclore”, da educação e da imprensa, utilizados como mecanismos de divulgação e aglutinação social em torno da criação de uma identidade ligada ao gaúcho.

Sem dúvida, a historiografia teve um papel importante na construção da narrativa do gaúcho em Passo Fundo, pois, ao narrar e utilizar alguns eventos históricos, auxiliou na construção da sua epopeia no município, como é o caso da Batalha do Pulador, acontecida no ano de 1894 e ainda hoje encenada anualmente, com o objetivo de cultuar a tradição dos antepassados. Esse fato é importante na medida em que evoca um passado “glorioso” que constrói um tempo presente, colaborando na construção e na narrativa da imagem do gaúcho no município e na região.

A Batalha do Pulador, empregada pela historiografia como mito fundador, serve como liga sentimental e afetiva, garantindo estabilidade e fixação para a identidade. Neste caso, em Passo Fundo, a historiografia naturalizou a ideia de que todos os que vivem no município são gaúchos.

A historiografia passo-fundense contribuiu ainda na construção da imagem do gaúcho por meio da elaboração de uma identidade que tem como fonte o peão e o soldado, atribuindo-lhe uma aura de “herói”, como parte de um processo ideológico que o concebe como portador de “glória e bravura”, de uma forma romântica e mitificadora, aos moldes da historiografia rio-grandense. De maneira análoga, esta evoca a Revolução Farroupilha como um marco na história dos gaúchos, sendo esse fato o mais importante do Rio Grande do Sul,

mitificando a figura do peão e do soldado como os “heróis farroupilhas” e criando, no imaginário social, o mito fundacional da cultura sul-rio-grandense vivida, simbolicamente, na memória de todos os que residem no Estado.

Por meio de um discurso ufanista, a historiografia bem como a literatura passofundense reescreveu e reconstruiu fortemente uma identidade regional gauchesca, que, enraizada no passado, auxiliou na construção de um imaginário acerca da figura simbólica do gaúcho de Passo Fundo, idealizado a partir de um tipo social que supostamente habitava na campanha, representado pelo “peão e o soldado”, homens dotados de “coragem” e “liberdade”.

Aliados à historiografia, o MTG e os CTGs foram importantes na construção do imaginário social do gaúcho, porque é nessas instituições que as práticas sociais ligadas ao gaúcho são cultuadas, reproduzidas e institucionalizadas. O MTG teve seu início, em Passo Fundo, a partir dos anos 1950, quando foi fundado o primeiro CTG no município, sendo também o primeiro da região e o quarto do Estado. Os CTGs foram relevantes na construção da narrativa do gaúcho, na medida em que reproduziram e reconstruíram essa cultura através das práticas sociais que buscavam levar aos seus associados as “verdadeiras raízes” do tradicionalismo. Cabe ressaltar, aqui, que o objetivo primordial do movimento consiste em cultivar a tradição, que, legada pelos antepassados, deve perpassar os tempos, sem sofrer adulterações das correntes oposicionistas, a fim de que as raízes profundas dos conhecimentos populares e seus adeptos, representados por elementos que congregam os centros de tradições, preservem e cultuem as origens da cultura, isentos de modismos.

Essas práticas sociais ligadas ao imaginário do gaúcho são, assim, reproduzidas pelos CTGs, representados e organizados aos moldes de uma estância, onde o patrão possui toda a autoridade sobre seus associados, e todas as atividades culturais, cívicas ou campeiras recebem nomes relacionados a usos e costumes das estâncias gaúchas, tais como *rondas*, *rodeios*, *tropeadas*, *invernadas* etc. Desse modo, a estrutura de dominação agrária oligárquica, constitutiva da expropriação e exploração da gauchada, está sendo reproduzida pela própria cultura tradicionalista de caráter regionalista. Esse modelo organizacional pode levar à homogeneização da sociedade, sobrepondo outras culturas, como pode ser observado no contexto da criação da cultura nacionalista, no século XX.

Salienta-se, com base nisso, que o gauchismo é um movimento construído e que possui uma força ideológica bastante interessante, o que o leva a ser reproduzido intensamente na área urbana do município, mostrando-se homogeneizador, vivido

simbolicamente, ritualizado inclusive, não apenas em Passo Fundo, mas no Rio Grande do Sul como um todo e também fora dele. Com efeito, o movimento gaúcho se apresenta e se realiza regionalmente, sendo típico de um grupo, da construção de uma memória coletiva, que busca rememorar seu passado, recriando os moldes do homem sulino que, supostamente, vivia nas áreas pastoris, dos campos, fazendas e estâncias no sul do Estado.

Além da historiografia, do MTG e dos CTGs, em Passo Fundo, observou-se que o gauchismo foi construído com o auxílio do poder público, por meio do projeto “Passo Fundo Tchê, a mais gaúcha cidade do Rio Grande do Sul”. Dentro desse projeto, destaca-se, também, o relevante papel da educação, que fomentou permanentemente o estudo e o culto à cultura gaúcha no município, sem esquecer o auxílio da imprensa como divulgadora de tais projetos. Salienta-se que, na referida cidade, a educação foi utilizada como um importante instrumento para a construção da cultura regional, colocando-se como um mecanismo homogeneizador que, ao eleger o gauchismo como a única manifestação cultural “verdadeira”, o sobrepôs às demais culturas locais. Note-se que essa forma pedagógica mostra-se celetista, essencialista e moralizadora, porque, por meio de um projeto pedagógico identitário, naturaliza a identidade no sujeito histórico, no mito fundacional particular, que imagina a comunidade como igualitária.

De fato, o gauchismo, no município de Passo Fundo, apresenta-se de uma forma essencialista e homogeneizadora, construída pela diferença que marcou as fronteiras, separando o “nós” do “eles”, pelos mitos, pela história, pela memória e tradição, de modo a oprimir as culturas locais, para construir uma única identidade atrelada ao gaúcho. Essa forma de atuação do poder municipal constrói uma identidade essencialista, a qual, por sua vez, se torna um instrumento pedagógico de coerção e sobreposição.

Entende-se, igualmente, que a imprensa, representada pelos jornais Diário da Manhã e O Nacional, foi outra grande divulgadora e, por conseguinte, construtora da imagem do gaúcho em Passo Fundo e na região, pois os meios de comunicação eram responsáveis pela reprodução simbólica das práticas sociais ligadas ao gauchismo, e através deles os agentes municipais trabalharam na elaboração dessa figura identitária. Os meios de comunicação, sobretudo os jornais da cidade, possuíam grande alcance regional e exerciam um expressivo poder de persuasão, influenciando na produção cultural da identidade gaúcha, por meio da construção de imaginários e de discursos capazes de (re)produzir práticas culturais, modos de vidas simultâneas e formas de agir de um povo, neste caso, o da região de Passo Fundo.

Verifica-se, assim, que a cultura gaúcha teve o seu marco impulsionador a partir dos anos 1950 e ainda hoje é preservada, por meio das práticas sociais institucionalizadas, através do MTG, dos CTGs ou do poder público municipal, que reelabora constantemente o imaginário social ligado ao gaúcho, recorrendo à memória e ao culto às tradições. Nesse último âmbito, o projeto “Passo Fundo Tchê, a mais gaúcha cidade do Rio Grande do Sul”, criado a partir dos anos 1980, foi estratégico na construção da imagem do gaúcho no município, visto que, após esse período, surgiram várias atrações locais com vistas a enaltecer e a reforçar essa ideia, na cultura, na educação, na música. Em suma, a construção dessa identidade, em Passo Fundo, está profundamente ligada ao referido projeto, que se transformou no símbolo maior do gauchismo passo-fundense.

Diante de todas essas considerações, pode-se observar que os agentes responsáveis pela construção da imagem do gaúcho em Passo Fundo constituíram uma narrativa que não apenas forjou o mito, mas que também o naturalizou.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. Reforma do estado e políticas educacionais: entre a crise do Estado-nação e a emergência da regulação supranacional. **Educação Social**. v. 22 n.75 Campinas, ago. 2001.

ALVES, Francisco das Neves. O enaltecimento da Farroupilha versus o esquecimento da Federalista: um estudo de caso historiográfico. **Biblos - Revista do Departamento de Biblioteconomia e História**, n. 17. Rio Grande: FURG, 2005, p.103-120.

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo, Ática, 1989.

BACZKO, Bronislaw. **Los Imaginarios Sociales: memórias y esperanzas colectivas**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1984.

BANDEIRA, Jobs Paim. **Batalha do pulador: história e encenação** (Revolução Federalista em Passo Fundo /RS – 1893/1895). Passo Fundo: Berthier, 2006.

BATISTELLA, Alessandro; KNACK, Eduardo Roberto Jordão. Antologia do município de Passo Fundo: a cidade e região durante os séculos XVII, XVIII e XIX. In: BATISTELLA, Alessandro. (org.). **Passo Fundo, sua história**. v.I. Passo Fundo: Méritos, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução, Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

_____. **Modernidade Líquida**. Tradução, Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

_____. **O mal estar da modernidade da pós-modernidade**. Tradução Mauro Gama, Claudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1998.

BECKER, Denizar Fermiano. **REDENEP: a pesquisa, o planejamento e a gestão em rede do desenvolvimento local-regional**. Lajeado: UNIVATES Editora, 2000.

BERNARDES, Nilo. **Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul.** Ijuí: Editora Unijuí, 1997.

BERND, Zila. **Literatura e identidade nacional.** Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 1992.

BERTOL, Sonia; FROSI, Fabíola. O surgimento da mídia impressa no município de Passo Fundo: Os primeiros 50 anos. In: BATISTELLA, Alessandro. (org.). **Passo Fundo, sua história.** V.I. Passo Fundo: Méritos, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CALDRE E FIÃO, José Antonio do Vale. **O corsário:** romance rio-grandense. Porto Alegre: Movimento: IEL; Brasília: INL, edição de 1979.

CAMARGO, Odalgirio Nogueira de. Falando em tradição e folclore. Passo Fundo: Berthier, 2000.

_____. Odalgirio. **Informativo campeiro.** Passo Fundo: Berthier, 1997.

CANEN, A. **Educação multicultural, identidade nacional e pluralidade cultural:** tensões e implicações curriculares. Cad. Pesquisa, n. 111, São Paulo. dez. 2000.

CARVALHO, João Soeiro de. **Folclórica:** projeção nacional, política cultural e etnicidade em Portugal. Disponível em: < <http://www.sibetrans.com/trans/trans2/soeiro.htm> >. Acesso em: jun. 2009.

_____. **História e literatura.** 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

CHAVES, Flávio Loureiro; BATTISTI, Elisa. Imaginário social e representação literária: apontamentos sobre a poesia de Augusto Meyer. In: **Cultura Regional 2:** língua, história, literatura. Caxias do Sul: EducS, 2006.

CIOFF. **Festival Internacional de Folclore**. Revista dos Participantes. Passo Fundo: Berthier, 1992.

D'ORBIGNY, Alcides. **Viagem à América Meridional – 1826-1833**. Buenos Aires, Futuro, 1945.

D'AVILA, Ney Eduardo. **Passo Fundo terra de passagem**. Passo Fundo: Aldeia Sul, 1996.

DUARTE, Fabiano. Do caminho de Tropeiros a Pólo Regional. Diário da Manhã, edição especial de aniversário de 149 anos do município. Passo Fundo: 2006.

ELIANE, S. Projeto faz de Passo Fundo a mais gaúcha cidade de RS. Revista Marketing, ano 14, nº 93. Agosto de 1981.

FELIPPI, Ângela Cristina Trevisan. **Jornalismo e identidade cultural**. Construção da identidade gaúcha em Zero Hora. 2006 (Tese de doutorado). Porto Alegre: PUCRS, 2006.

FEREIRA FILHO, Arthur. **O decênio heróico**. Passo Fundo: Fundação Cultural Planalto de Passo Fundo, 2001.

FILHO, Arthur Ferreira. **Revoluções e caudilhos**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986.

FIOREZE, Zélia Guareschi; BITENCOURT, Luciane Rodrigues de; JORGE, Márcia da Silva. Passo Fundo: 150 anos e a dinâmica do território. In: BATISTELLA, Alessandro. (org.). **Passo Fundo, sua história**. V.I. Passo Fundo: Méritos, 2007.

FISCHER, Luís Augusto. **Literatura gaúcha: história formação e atualidades**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

FLORES, Moacyr/FLORES, Hilda A. H. - **Rio Grande do Sul: aspectos da Revolução de 1893**. Porto Alegre: Martins, 2005. 3ª edição.

FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**. 8. ed. Porto Alegre: Ediplat, 2006.

_____. **Rio Grande do Sul: Guerras e Conflitos**. Memorial do Rio Grande do Sul Caderno de História, nº 38. Disponível em:

<http://www.memorial.rs.gov.br/cadernos/guerraseconflitos.pdf>

FONSECA, Pedro Ari Veríssimo da. **Formação do gaúcho**. Passo Fundo: Diário da Manhã 1982.

_____. **O gaúcho quem é**. Passo Fundo: Berthier, 1990.

_____. **Tropeiros de mula: a ocupação do espaço, a dilatação das fronteiras**. 2. ed. Passo Fundo: Berthier, 2004.

FREYRE, Gilberto. **O manifesto regionalista**. Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1976.

GOLIN, Tau. **A Fronteira: Governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina**. Porto Alegre: L&PM, 2002. V. 1.

_____. **Identities: questões sobre as representações socioculturais no gauchismo**. Passo Fundo: Clio, Méritos, 2004.

_____. **Uma história de 12 mil anos de Rio Grande do Sul para adolescentes e outras idades**. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2004.

_____. **Como o exército de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul**. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2004.

_____. **O Movimento Tradicionalista Gaúcho em discussão**. 'A missa crioula é uma ode ao mundo estancieiro. Disponível em http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_entrevistas&Itemid=29&task=entrevista&id=6505 . Acesso em: jan. 2010.

GONZAGA, S. (org.). **RS: cultura & ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

_____. As mentiras sobre o gaúcho: primeiras contribuições da literatura. In: DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sergius (orgs). RS: **Cultura & Ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996, p. 113-132.

JATAHY, Sandra. **A revolução farroupilha**. Col. Tudo é história. São Paulo. Brasiliense 1985.

GUTFREIND, Ieda. **Historiografia rio-grandense**. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 1998.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

HOBSBAWN, Eric J. **Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade**. Trad. Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (org.). **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e terra, 1997.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2006.

_____. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu. (org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 103-133, 2008.

_____. **A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo**. Cultura, Mídia e Educação – Educação & Realidade. Porto Alegre, v. 22, n2, p15-46, jul./dez. 1997.

ISABELLE, Arsénè. **Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1949.

JACQUES, João Cezimbra. **Assuntos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Erus, 1979 (publicado originalmente em 1912).

KRÄMER, Elva Verlang. Terra gaúcha: estudos sociais. São Paulo: FTD, 1992.

KUJAWA, Henrique. Passo Fundo 149 anos: Colonização. Diário da Manhã, Passo Fundo, Agosto, p. 3. 2006. Não é assim a referência a jornal – rever.

KUJAWA, Henrique; DALBOSCO, Vera Lucia; DIEHL, Astor Antonio. (orgs.). **Visões da história do planalto rio-grandense (1980-1995)**. Passo Fundo: UPF, 2001.

LIBERMAN, Rosa. Educação e religião atraíram Judeus. Diário da Manha. Edição especial de aniversário de 149 anos do município. Passo Fundo: 2006.

LESSA, Barbosa. Secretaria de cultura, desporto e turismo do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 29 de agosto de 1981.

_____.Revista Carreteira: Caderno de folclore Passo fundo, Out/ Nov/ Dez, 1991.

MACHADO, Ironita Policarpo. **Cultura historiográfica e identidade**: uma possibilidade de análise. Passo Fundo: UPF, 2001

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e jornalismo**: A saga dos cães perdidos. São Paulo: Hacker Editores, 2000

MARQUES, Wilton José. **O índio e o destino atroz**. Letras & Letras, Uberlândia 22 (1) p. 175-191, jan./jun. 2006.

MELO, Orfilina Vieira. **Resgate da música gaúcha em Passo Fundo**. Passo Fundo: Berthier, 1998.

MONTIEL, Edgar. A nova ordem Simbólica: a diversidade cultural na era da globalização. In: SIDEKUN, Antonio (Org.). **Alteridade e multiculturalismo**. Ijuí: Ed: Unijuí, 2003.

MORAES, Antonio Carlos Robert - DG/USP. Disponível em:<

<http://www.ig.ufu.br/coloquio/textos/Antonio%20Carlos%20Robert%20Moraes.pdf>> Acesso em julho 2010.

MOREIRA, Maria Eunice (coordenadora). **Narradores do Partenon Literário**. Primeiros Textos Vol. 3. Instituto Estadual do Livro, Porto Alegre, 2002.

MORETTO, Cleide Fátima. A história econômica do município de Passo Fundo: evidências à luz do seu desenvolvimento socioeconômico. In: BATISTELLA, Alessandro. (org.). **Passo Fundo, sua história**. V.I. Passo Fundo: Méritos, 2007.

MOURE, Telmo Remião. **A História do Rio Grande do Sul**. São Paulo: FTD, 1994

MTG, Movimento Tradicionalista Gaúcho. Disponível em:
<<http://www.mtg.org./oquee.html>> Acesso em: 28 jul. 2008.

MUSSINI, Luís; WEGHER, Flori. **Semana Farroupilha: um movimento cultural em evolução**. Passo Fundo: Berthier, 1993.

NASCIMENTO, Welci. **As Ruas de Passo Fundo do Século XIX**. Passo Fundo: Academia Passo-fundense de Letras, 2005.

_____. **Conheça Passo Fundo, Tchê**. Passo Fundo: Berthier, 1992.

_____. **Terra, gente e tradições gaúchas**. Passo Fundo: Berthier, 1992.

_____. **Pica-paus e maragatos: por que brigam tanto**. Passo Fundo: Berthier, 1993.

_____. **Relatório das atividades do projeto “Prática do Tradicionalismo e Folclore nas Escolas**. Passo Fundo, Secretaria da Educação, 1983.

NETO, João Simões Lopes. **Contos Gauchescos & lendas do sul**. (Reeditado)Passo Fundo, Berthier. 2005

OLIVEIRA, Francisco Antonio Xavier E. **Annaes do município de Passo Fundo: Aspectos históricos**. Coord. Marília Mattos. Passo Fundo, Gráfica e Ed. Universidade de Passo Fundo, 1990.

OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil - nação**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

_____. **Rio Grande do Sul, um estado de fronteira**. Disponível em: <<http://www.celpsyro.org.br/v4/html/rsestadofronteira.htm>> Acesso em: mar. 2010.

_____. **A fabricação do gaúcho**. Ciências Sociais Hoje - 1984 (Anuário de Antropologia, Política e Sociologia). São Paulo, Cortez Editora/ANPOCS, 1984.

_____. **O Rio Grande do Sul e o Brasil: uma relação controvertida**. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_09/rbcs09_01.htm> Acesso em: 14 jul. 2008.

ORTIZ, Renato. **Diversidade cultural e cosmopolitismo**. Lua Nova – Revista de Cultura e Política, São Paulo, 1999, nº 47 p. 73-89.

PALMA, Walmor, Almir. **Alguns tópicos e razões para transformar Passo Fundo numa cidade essencialmente turística**. Passo Fundo, 10 de dezembro 1977.

PANDOLFI, D. (Org.) **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999. p.199-228.

PARIZZI, Marilda Kirts. **Passo Fundo sua história e evolução**. Passo Fundo: Berthier, 1983.

_____. **Nossas raízes: folclore**. Passo Fundo: Berthier, 1990.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Historiografia e ideologia. In: DACANAL, J. H.; GONZAGA, S. (orgs.). RS: **cultura & ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

PASSOTUR. **Folheto informativo da 1ª Carreta Canção da Música Nativa do RS**. Secretaria de Cultura e Desporto. Passo Fundo: 29 e 30/09, 1,2,3,10/1982.

RAMPAZZO, Aires. **A força do MTG**. VI rodeio em Jornal. Passo Fundo, dezembro 1992.

RIBAS, João Vicente. A história do gaúcho de Passo Fundo: a legitimação do gauchismo na historiografia do município nos séculos XX e XXI. In. BATISTELLA, A. (org.). **Passo Fundo, sua história**: V.I. Passo Fundo: Méritos 2007.

SANTOS, César. **É preciso CTG para cultivar a tradição**. Cenário Gaúcho. Passo Fundo: novembro, p. 2. 1997.

SCHIMITT, Adalberto. **Estudos rio-grandense**, 3. ed. Ampl. Porto Alegre: Sagra, 1985.

SEYFERTH, G. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: BATISTELLA, Alessandro. (org.). **Passo Fundo, sua história**. V.I. Passo Fundo: Méritos, 2007.

SILVA, Alberto da Costa e. Augusto Meyer: **Um poeta à sombra da estante**. Academia Brasileira de Letras, Conferência proferida na ABL, em 2 de maio de 2002, encerrando o ciclo de conferências em homenagem ao centenário de nascimento de Augusto Meyer.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e a Diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu. (org). **Identidade e diferença**: A perspectiva dos Estudos culturais. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SILVA, Mozart Linhares. **Educação intercultural, narrativas identitárias e alteridade: problematizações**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por mozatt@terra.com.br, em 07/11/2007.

_____. **Educação, etnicidade e preconceito no Brasil**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

SOBRAL, José Manuel Análise Social. **A formação das nações e o nacionalismo**: os paradigmas explicativos e o caso português, vol. XXXVII (165), 2003, 1093-1126

VERRISIMO, Erico. **Um certo capitão Rodrigo**. São Paulo: Globo, 1987.

_____. **Um Romancista apresenta sua Terra.** Rio Grande do Sul: Terra e Povo. Porto Alegre, Globo, 1969.

VLACH, Vânia. **O Estado-nação moderno na contemporaneidade:** uma outra geopolítica. Instituto de Geografia – UFU. Disponível em:< <http://www.ub.es/geocrit/-xcol/95.htm>>. Acesso em: ago. 2009.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu. (org). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos Estudos culturais. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

ZANIOL, Isabel. **Conhecendo a terra gaúcha.** São Paulo: EDART, 1982.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.